

Avante!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 677
18 de Dezembro de 1986
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Discurso de Cavaco

As hipocrisias do costume...

O discurso do primeiro-ministro constituiu um repetitivo exercício de demagogia e hipocrisia política, aliás habituais nas intervenções públicas de Cavaco Silva.

Para explicar os fracassos do Governo e o agravamento dos problemas nacionais, procura responsabilizar a acção das forças da oposição.

Para tentar prosseguir a sua política inconstitucional, insiste na guerrilha institucional, nomeadamente contra a Assembleia da República.

Tentando iludir o agravamento das condições de vida, provocado pelo novo pacote do aumento dos preços (economicamente injustificados e socialmente injustos) promete maravilhas para o futuro.

Apesar de todos os esforços em contrário, o discurso de Cavaco Silva não conseguiu encobrir a sua fraqueza e isolamento crescentes, tornando patente que está na ordem do dia a substituição do Governo minoritário do PSD por outro, apoiado pela maioria democrática existente na Assembleia da República.

13 de Dezembro de 1986

A SIP do PCP.

AUMENTOS DE PREÇOS DEMAGOGIA PROVOCAÇÕES



Política de Cavaco combatida em todas as frentes: vastas movimentações em defesa da gestão democrática dos baldios, Reforma Agrária protesta em Lisboa, greves e manifestações de trabalhadores em todo o País.

Semana

MANIFESTAÇÃO

Hoje, às 18.30, do Marquês de Pombal aos Restauradores

人民日报
RENMIN RIBAO

11
1986年12月13日
第11111号

活跃群众文化生活 促进精神文明建设 文化户遍布贵州城乡

群众文化活动丰富多彩，城乡文化户遍地开花，促进了精神文明建设。

保持农民收入稳定增长
为技术改造投资会
重债发行一亿企业债券

我国在世界锦标赛上
取得优异成绩

胡耀邦会见库尼亚尔一行时
各国共产党应坚持平等原则

APÓS VISITA À CHINA ÁLVARO CUNHAL ASSISTE AO VI CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DO VIETNAME

No dia 11 de Dezembro, último da sua visita à República Popular da China, Álvaro Cunhal deslocou-se a Shanghai onde se encontrou com Rui Xinwen, membro do Comité Central e Primeiro-Secretário do Comité do PCP da Municipalidade de Shanghai. O Secretário-Geral do PCP, que viajou acompanhado por Albano Nunes e Vítor Dias, membros do Comité Central, visitou nesta cidade e seus arredores a Fábrica de Relógios n.º 1, a sede do 1.º Congresso do PCP, uma comuna rural e o Palácio da Criança de Shanghai, onde lhe foi dispensada uma recepção particularmente calorosa e fraternal.

Pequim com Hu Yaobang, Secretário-Geral do PCC com quem procedeu a uma ampla troca de opiniões sobre questões de interesse comum. No encontro participou ainda pela parte chinesa, Wang Zhaoqun, Secretário do CC do PCC. Anteriormente teve também encontros com Hu Qili, membro do Bureau Político e Secretário do PCC, Quian Liren, membro do Comité Central e Director do «Diário do Povo» e Zhu Liang, Chefe do Departamento de Relações Internacionais do CC do PCC.

lácio Imperial e ao Armazém do Estado N.º 1 de Pequim. Como foi salientado durante a Conferência de Imprensa dada por Álvaro Cunhal, no dia 10 de Dezembro no Clube Internacional perante numerosos jornalistas chineses e estrangeiros, esta visita à República Popular da China constituiu um novo e importante passo no processo que se desenvolve há três anos de aproximação fraternal entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da China. Álvaro Cunhal, acompanhado por Vítor Dias, encontra-se no Vietname onde assiste aos trabalhos do VI Congresso do Partido Comunista do Vietname que tem lugar em Hanoi de 15 a 18 de Dezembro.

Editorial

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 677

18 de Dezembro de 1986

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Urge o tempo - estão maduras as condições

De modo evidente o problema de uma alternativa democrática ao Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD dominou a semana política nacional que acaba de passar. Mesmo nos actos do Governo e notoriamente na comunicação televisiva «natalícia» do Primeiro-Ministro ao País foi flagrante a dominância desta questão.

De facto, trata-se da necessidade objectiva de uma urgente mudança de fundo na política nacional cuja carga impregnou os debates na Assembleia da República em torno do Orçamento do Estado e da política financeira do Governo, impondo-se além disso como questão central do diálogo entre os partidos e outras forças da oposição democrática maioritária, ainda quando pela omissão ou pela negativa, e como fulcro da intensa movimentação popular de massas registada um pouco por toda a parte nas últimas semanas.

Toda esta acção parlamentar e extraparlamentar permitiu ainda aclarar uma outra questão de importância basililar para a viabilização de uma alternativa democrática: a de saber quais, se e quando os partidos da oposição democrática maioritária se dispõem a demitir o Governo e a substituí-lo por outro ou transigem com a sua política assumindo responsabilidades e suportando-lhes inevitáveis custos.

A comunicação do Primeiro-Ministro ao País no dia 12, depois do discurso que proferiu na Assembleia da República no encerramento da discussão do OE, mostrou mais uma vez com cruza a milhões de portugueses a indole do demagogo e do político visceralmente alérgico ao funcionamento democrático das instituições que é o actual chefe do Governo minoritário do PSD.

É uma faceta peculiar do reaccionário, animado, no nosso caso, pelo projecto restauracionista do poder económico e político dos monopólios que o 25 de Abril apeou e que mais uma vez revelou ao País.

Cavaco queria uma AR domesticada como apêndice do seu governo e enfurece-se quando este órgão de soberania no legítimo exercício dos seus poderes fiscalizadores não lhe faz a vontade, quando contraria e inviabiliza os seus projectos e medidas antipopulares e antidemocráticos, quando se afirma como oposição. Daí a sua guerra institucional contra a Assembleia da República.

Só a exalta quando o deixa passar em transes decisivos da existência do seu governo minoritário pela estranha inconsequência e complacência de partidos da oposição parlamentar democrática.

No dia 12 lá veio a repetição de que a AR votou em Novembro de 85 e em Junho de 86 o seu programa e a moção de confiança no seu governo. Na mesma linha de apreciações, Capucho, chefe do grupo parlamentar do

PSD exibiu os 98 votos a favor e os 75 contra na votação do OE para 1987. Propositadamente escamoteliaram um outro que, legitimados de facto pela AR graças à abstenção do PRD, o programa não deixou de ser um documento que recolheu apenas 84 votos a favor contra 86 e que o OE para 1987 só teve a seu favor os votos de 98 deputados. Foram, de facto, embora não de «jure» o «programa dos 84» e o «OE dos 98»...

Ocultando estas realidades o Governo minoritário Cavaco/PSD tenta esconder a sua congénita fragilidade e efectiva precariedade política. Como inseguro equilibrista o Governo caminha no arame sempre à mercê da primeira escorregadela.

Mais uma vez, maneando a sua Televisão, sem riscos de contradição, Cavaco Silva veio pintar de cores rosadas uma acção governativa e uma situação nacional cheias de sombras.

Exalta a política do Governo de «solidariedade e justiça social para os idosos e reformados, os trabalhadores agrícolas, os pescadores e os deficientes», mas ao acusar a oposição democrática de ter agravado o défice orçamental em 14 milhões de contos tenta envolver no manto do silêncio verdades que não podem ser iludidas.

Uma, é que a oposição fez votar entre outros benefícios para a população mais carenciada, contra os votos do PSD e a vontade do Governo, o aumento automático das pensões e reformas de acordo com o do salário mínimo nacional, a revogação das iníquas taxas moderadoras, a isenção para efeitos do Imposto Profissional dos subsídios das senhas de refeição até 500\$00, a dedução para efeitos do Imposto Complementar das quotas facultativas para a Previdência Social e dos gastos com livros e propinas até 17,5 contos por estudante, a verba de 2 milhões de contos para o pagamento dos salários em atraso.

Outra, é que os «generosos» aumentos das pensões e reformas agora «concedidas» pelo Governo, estando muito longe dos valores reivindicados pelos pensionistas e reformados e insistentemente defendidos pelo Grupo Parlamentar do PCP, não são uma dádiva de Cavaco, mas resultados parciais arrancados por uma dura e prolongada luta e agora substancialmente roídos pelos aumentos do pão, do leite, dos transportes, da electricidade, das rendas de casa.

Outra ainda, é que o agravamento do défice em 14 milhões de contos é uma ínfima parcela dos muitos milhões que o Governo já arrecadou e ainda vai arrecadar com a alteração favorável dos factores externos e não por efeitos da sua política. A queda de 17% nas cotações do dólar, a de mais de 30% nos preços do petróleo, as baixas sensíveis nos preços dos cereais e de matérias-primas importadas de que somos largamente deficitários, mete-

ram e vão ainda meter nos cofres do Estado volumosas verbas à revelia do Orçamento.

Diz o Primeiro-Ministro que em 1986 «Portugal deverá ser o País da Europa com maior crescimento da produção, de maior aumento do poder de compra dos salários e das pensões e em que a taxa de crescimento dos preços mais diminuiu».

Cavaco e o seu ministro das Finanças, a navegarem eufóricos nas águas da «macroeconomia», silenciam a não correspondência das suas «estatísticas» com o aumento real do custo de vida, do desemprego, das injustiças sociais de toda a ordem que fazem da vida dos trabalhadores e das suas famílias uma charada quando não um inferno.

Por outro lado, a referência a um crescimento diminuto do nosso Produto Interno Bruto (PIB) é ridícula quando na base e no ritmo referenciados, nem em 40 anos se verificaria a apregoada elevação da nossa economia e das nossas condições de vida ao nível actual dos países desenvolvidos da CEE.

O facto de os partidos da oposição maioritária na AR não terem ainda sido ganhos para uma mudança qualitativa nas suas convergências pontuais em importantes questões e medidas relativamente à política do Governo minoritário e continuarem fechados às insistentes propostas do PCP, tem inviabilizado até agora uma verdadeira alternativa democrática perfeitamente ao seu alcance e tem possibilitado a Cavaco Silva e ao seu partido um espaço de manobra que doutra forma não teriam.

Principalmente, a recusa do PS em considerar a formação de um governo alternativo das forças democráticas maioritárias na AR, constitui o mais forte sustentáculo do Governo minoritário de Cavaco no Poder e dá a este largas possibilidades de levar por diante o seu projecto restauracionista.

É difícil compreender os receios do PS de que a votação do OE terminasse com a derrota do Governo, como naturalmente é também difícil de compreender, na base das críticas dos renovados democráticos ao OE e das disposições dos seus dirigentes no sentido de uma alternativa ao Governo, que o PRD se tenha absteído na votação final permitindo assim a passagem do OE.

A miragem de um PS maioritário e sozinho como alternativa é, por outro lado, um sonho irrealizável que as mais elementares avaliações rejeitam.

A orientação claramente segregacionista da convenção da autodenominada «Esquerda Democrática» como tentativa de alargar a base eleitoral e política do PS, a aliança com o PSD nas eleições autárquicas do Montijo, juntamente com a deplorável proposta a este partido para um «acordo de cavalheiros» não trouxeram visivelmente

quaisquer sensíveis alterações na base do PS capazes de o alçarem como «alternante», mesmo minoritário, ao Governo Cavaco/PSD.

É por demais evidente que se os partidos dos quais depende uma alternativa democrática não corrigirem decidida e urgentemente as suas concepções erróneas assumirão pesadas responsabilidades diante das arremetidas políticas da direita restauracionista.

Constitui um aviso e uma indicação significativa para os partidos e forças da oposição democrática maioritária as importantes acções de massas que tiveram lugar na última semana.

Cerca de 1500 trabalhadores da Reforma Agrária dos cinco distritos onde esta promissora conquista de Abril abriu palpáveis esperanças de uma vida melhor na martirizada zona do latifúndio, vieram até à capital esclarecer os cidadãos e até à residência do Primeiro-Ministro trazer as suas queixas.

Muitos milhares de trabalhadores se manifestaram e concentraram em Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria, Braga, Setúbal, Évora, Beja, Portalegre e outras cidades e vilas do País, greves várias, plenários e concentrações em inúmeras empresas; às acções projectadas para os próximos dias, cuja preparação tem suscitado o largo apoio e adesão de vastos sectores da classe operária devem acrescentar-se as concentrações e desfiles dos Reformados e da Função Pública.

Importantes acções dos agricultores do Minho, de Trás-os-Montes, do Ribatejo, de Portalegre (de que se destacam os cortes de estradas em Arcos de Valdevez e Ponte da Barga, as concentrações dos produtores de batata transmontanos, a concentração em Viseu de mais de 1000 compartes dos baldios beirões, o desfile com 70 máquinas dos agricultores ribatejanos desde Benfica do Ribatejo e Almeirim até Vila Franca de Xira) e as novas acções em preparação contra a política agrícola imposta pelas condições de adesão à CEE mostram que no seio do campesinato cresce o descontentamento contra a política agrícola do Governo.

As greves dos estudantes do ensino superior, os seus veementes protestos contra a política educacional do Governo, são outro significativo sector de contestação anticavacista.

O movimento popular de massas, a firmeza e determinação dos trabalhadores são uma fonte de inspiração e de energias para uma necessária ponderação pelos partidos da oposição democrática maioritária das exigências e condições de uma alternativa democrática.

Urge o tempo, estão maduras as condições.

Resumo

10
Quarta-feira

São divulgados os novos preços: pão aumenta 13%, transportes — 8%, adubos — 5%, leite gordo e pasteurizados — 9% ■ Ao mesmo tempo que se importam milhares de litros de leite da CEE, ligas de agricultores denunciam a falta de escoamento do leite produzido em Trás-os-Montes ■ Cantoneiros da limpeza de Lisboa retomam o trabalho, recusando-se a fazer horas extraordinárias até domingo ■ Trabalhadores da comunicação social decidem protestar dia 17 contra o corte de verbas aos jornais «DN», «DP» e «A Capital» e contra a extinção da Anop ■ Grupo de jovens anuncia em Lisboa festival «Paz no Tejo» para Abril ■ A CIA compra em Portugal com o dinheiro do Irangate as armas que entregou aos «contras», segundo o «Miami Herald» ■ Realiza-se em Paris uma marcha de luto em memória de Malik Ousseine na qual participam centenas de milhares de pessoas ■ Conclui em Luanda assinala 30.º aniversário do MPLA ■ Reuniões de ministros da Agricultura e da Investigação Científica da CEE são interrompidas sem acordo ■ Comissão Europeia propõe em Bruxelas redução das quotas de pesca portuguesas ■ Nas Filipinas entra em vigor o primeiro cessar-fogo desde há 17 anos ■ Viktor Kulikov, comandante das forças do Tratado de Varsóvia, propõe encontro com o seu homólogo da NATO, Bernard Rogers, para discutir desarmamento ■ Vitória de Guimarães passa aos quartos de final da Taça UEFA

11
Quinta-feira

Uma resolução do Conselho de Ministros publicada no «PR» concede a Eurico de Melo, ministro de Estado e da Administração Interna, poderes de «coordenação» de todas as polícias ■ Rodoviária Nacional de Setúbal, Évora, Beja e Portalegre paralisa contra a repressão e pelo reinício das negociações do acordo de trabalho ■ Trabalhadores da administração local manifestam-se no Terreiro do Paço



Manifestação dos trabalhadores da administração local

por aumentos salariais justos e carreiras profissionais dignas ■ Inicia-se em Sevilha as negociações do acordo fronteiriço de pesca no Guadiana ■ Parlamento Europeu reprovou Orçamento da CEE para 1987; deputados do PCP declaram que o documento reflecte a «profundidade da crise financeira» do Mercado Comum ■ NATO concorda em negociar a redução de forças e armas convencionais na Europa proposta em Junho de 1985 pelos países do Tratado de Varsóvia ■ «Pravda» afirma que a URSS manterá a moratória nuclear e respeitará o Salt-II se os EUA também o fizerem ■ Greve geral no Uruguai defende uma plataforma com reivindicações laborais e políticas ■ Oliver

Avante!
Profissionais de todos os países UNI-VOS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PRÓPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

North, operacional do Irangate, vai a tribunal por envolvimento em tráfico de droga, segundo o «New York Post» ■ Dissolve-se o Comité que dirigiu a luta dos estudantes franceses; ficou marcada para Março uma assembleia geral de universitários ■ António Maidana está vivo e preso, segundo afirma um dirigente do PC do Paraguai ao jornal «Nepszabadsag» ■ Governo sul-africano reforça censura e poderes da polícia ■ Aviões israelitas bombardeiam campos de refugiados palestinos perto de Trípoli, a 18.ª acção deste género desde o início de 1986.

12
Sexta-feira

Cavaco Silva dirige aos portugueses promessas, ameaças, auto-elogios e mentiras gradas, em embalagem televisiva e com lacinhos de época festiva ■ Presidente da República regressa da visita a S. Tomé e a Cabo Verde ■ No 10.º aniversário das primeiras eleições autárquicas do PCP apresenta na AR projecto de lei-quadro das empresas públicas municipais, intermunicipais e regionais ■ Governo e NP assinam a escritura notarial da agência «Lusa» ■ É assinado em Sevilha o acordo de pesca na zona fronteiriça da foz do Guadiana ■ CUT e CGT promovem greve geral no Brasil contra as recentes medidas económicas do Governo ■ Oliver North, operacional do Irangate, irá a tribunal por envolvimento em tráfico de droga, segundo o «New York Post» ■ É destituído na Nicarágua Sam Hall, ex-congressista norte-americano, agora ao serviço do «Batalhão Phoenix», organização privada que recolhe informações secretas para o Pentágono ■ Parlamento Europeu condena apoio à «Renamo».

13
Sábado

IV encontro dos partidários da paz do distrito de Setúbal



União dos Sindicatos de Aveiro promove manifestação contra a degradação da situação social no distrito ■ Realiza-se no Barreiro o IV Encontro dos partidários da paz do distrito de Setúbal ■ Reúnem no Porto estruturas dos trabalhadores-estudantes de todo o país no âmbito da preparação do I Congresso dos TE ■ Falece Henry Winston, Presidente do Partido Comunista dos EUA ■ É anunciada a detenção em Estocolmo de dois suspeitos de envolvimento no assassinato de Olof Palme.

14
Domingo

APU conquista maioria absoluta na freguesia de Pedrouços, subindo nas restantes 3 novas freguesias do concelho da Maia e de Gondomar; nas novas freguesias do Montijo venceu a coligação PS/PSD ■ Direcção Nacional da JCP critica o novo regime de precedências e prescrições e denuncia o alastramento do



Inauguração do novo Centro de Trabalho em Algé

trabalho precário ■ É inaugurado o novo CT do PCP em Algé, com a participação de Carlos Brito ■ Termina reunião da Comissão Política do MDP/CDE ■ Compartes dos baldios manifestam-se em Viseu pela retirada dos projectos-lei do CDS, PSD, PS e PRD sobre a matéria ■ Realiza-se em Mirandela o 1.º encontro de trabalhadores da apanha da azeitona do distrito de Bragança ■ A cobertura da censura, racistas sul-africanos intensificam repressão ■ Trabalhadores da Franco Presse decidem prolongar por mais 72 horas a greve iniciada 5.ª feira contra o plano de remodelação da agência ■ Em jogo da 14.ª jornada do nacional de futebol o Sporting ganha por 7-1 ao Benfica.

15
Segunda-feira

Estudantes do Instituto Superior de Economia iniciam uma greve de dois dias contra o regime de precedências e prescrições; associações do superior confirmam greve para 15 e 16 de Janeiro ■ Sindicato dos Médicos da Zona Sul acusa o Governo de, com o novo projecto-lei, pretender «destruir qualquer vestígio de gestão democrática nos hospitais» ■ Conselho de Imprensa assina com mais 32 entidades um protocolo para continuar até 1991 a campanha de sensibilização para a leitura de jornais ■ O «Washington Post» revela que o Iraque recebe desde há quase dois anos informações da CIA sobre terminais petrolíferos e outros avios económicos iranianos ■ O «Lowell Sun», do Massachusetts, afirma que «grupos de pressão» usaram dinheiro do Irangate para impedir a eleição de congressistas que se opunham ao apoio militar aos «contras» ■ Inicia-se o VI Congresso do Partido Comunista do Vietname.

16
Terça-Feira

Assembleia da República aprova por unanimidade um voto de congratulação pelo 80.º aniversário de Fernando Lopes-Graça ■ Encontro de jovens desempregados no Barreiro exige Plano Nacional de Formação Profissional ■ Trabalhadores do sector público da comunicação social iniciam acção de protesto contra medidas do Governo ■ Comissão Parlamentar de inquérito às actividades do Ministério da Agricultura propõe procedimento judicial contra Álvaro Barreto ■ «Os Verdes» propõem na AR proibição de armas nucleares em Portugal ■ Cerimónia de encerramento das comemorações dos 75 anos do ISE é assinalada pelos protestos dos estudantes, em segundo dia de greve ■ Congresso Nacional Africano comemora 25.º aniversário do início da luta armada contra o apartheid ■ URSS assina o tratado de Raro Tonga para a desnuclearização do Pacífico Sul, já firmado pela Austrália, Nova Zelândia, Ilhas Cook, Niue, Fiji, Tuvalu, Kiribati e Samoa Ocidental ■ David Durenberger, presidente da Comissão de Informações do Senado, revela que Reagan autorizou várias operações de venda de armas ao Irão ■ Números oficiais reconhecem a existência de 2,9 milhões de desempregados em Espanha, 22% da população activa.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 98 69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 89 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67
Composto e impresso na Hesta Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Novembro: 30 825

Semana

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 677

18 de Dezembro de 1986

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Lisboa desfila hoje

Hoje à tarde os trabalhadores do distrito de Lisboa trazem para o coração da capital a luta pelo emprego, pelo salário e contra os salários em atraso. Esta acção é promovida pela União dos Sindicatos de Lisboa e pelo secretariado da Cintura Industrial de Lisboa e vem no seguimento da luta travada por todo o País contra a precaridade no emprego, o alastramento do desemprego e a degradação das condições de vida dos trabalhadores — a que se vêm acrescentar os aumentos de preços recentemente decretados pelo Governo (e também a degradação no sector da saúde, noticiada neste número do «Avante!»).

A concentração está marcada para as 18.30 horas, na Praça do Marquês de Pombal, junto ao Parque Eduardo VII. As 19 horas inicia-se um desfile com archotes pela Avenida da Liberdade, em direcção ao Rossio. Aqui os manifestantes manter-se-ão em vigília até às 22 horas. Outras acções e lutas desenvolvem-se pelo País.

Decorriam entretanto acções participadas na via pública, e manifestações importantes em Aveiro, Coimbra e Santarém.

Em Vila Real (Trás-os-Montes) prossegue a movimentação sindical, depois da concentração de 21 do mês passado.

Em Viseu desenvolveram-se acções no âmbito da campanha de defesa dos direitos e liberdades sindicais dos trabalhadores daquela zona do País.

No Porto decorrem várias lutas no distrito, e põem-se em prática as conclusões aprovadas no V Encontro Regional das Comissões de Trabalhadores.

Outras acções sindicais estão em desenvolvimento, incluindo a greve. Destacam-se as paralisações dos cantoneiros de limpeza do Município de Lisboa; nos consulados e missões diplomáticas; a greve da Rodoviária Nacional em alguns distritos do Sul; a manifestação dos trabalhadores da MDF (Metalúrgica Duarte Ferreira) do Tramagal.

Quarenta destes últimos trabalhadores representam os seus 400 companheiros de trabalho despedidos, com salários em atraso e

Pelo emprego! Pelo salário!

• Concentração às 18.30 no Marquês de Pombal

ameaças de mais despedimentos, numa deslocação de bicicleta a Lisboa, trajecto iniciado anteontem e previsto para durar três dias.

Ainda na MDF, mas no Porto, os trabalhadores, depois de cortarem o trânsito na estrada do Freixo, quinta-feira passada, paralisaram novamente anteontem para efectuarem um plenário.

Nesta batalha pelos salários e pelo emprego participam também os 40 trabalhadores da Fábrica Leão, que trabalham para a MDF (divisão do Porto) e que desde o dia 11 se encontram em greve.

O plenário de anteontem destinava-se a analisar uma proposta da administração da MDF e a apresentar reivindicações.

Prossegue a luta na Tabopan

Em Amarante prossegue a greve total dos trabalhadores da Tabopan.

Na base da luta estão os salários em atraso, que motivam em

Amarante a solidariedade dos trabalhadores e da população.

Diversas acções preencheram a semana passada, nesta batalha por direitos e garantias elementares. Os trabalhadores deram uma conferência de imprensa e desenvolveram vários contactos em defesa das suas reivindicações.

No passado dia 13, depois de uma assembleia de forças representativas da população, decidiu-se entregar uma resolução aos órgãos de soberania e do poder local. Foram distribuídos exemplares à imprensa, rádio e televisão.

Anteontem, 15, iniciou-se uma campanha de solidariedade material, integrada na quadra natalícia, a favor dos trabalhadores da Tabopan.

Continuava entretanto a movimentação dos bancários contra a desnacionalização e pela defesa dos postos de trabalho.

Os membros de estruturas representativas daqueles trabalhadores dirigiram uma carta-circular aos deputados, no sentido de impedirem a transformação da União de Bancos Portugueses (UBP) em sociedade anónima.

Os trabalhadores da banca são 60 mil em todo o País.

Em preparação o I Congresso dos Trabalhadores-Estudantes

• Reunião no Porto discute principais problemas

No âmbito da preparação do primeiro Congresso das Associações de Trabalhadores-Estudantes, a realizar no próximo ano, decorreu no passado sábado nas instalações da Escola Secundária Infante D. Henrique, no Porto, uma reunião nacional de todas as estruturas associativas dos trabalhadores-estudantes. Em debate estiveram naturalmente os principais problemas dos trabalhadores-estudantes, para além da situação actual do seu movimento associativo. No final foram aprovados documentos-síntese que constituem, agora, material de debate e informação com vista ao próximo Congresso.

Sobre os problemas dos trabalhadores-estudantes e, em particular, no tocante ao seu Estatuto (Lei n.º 26/81), este encontro concluiu ser tal documento «um instrumento importante de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores-estudantes». Os participantes nesta reunião

exigem, entretanto, a implementação de acções que «obriguem o patronato a cumprir as várias disposições do estatuto, sem os TE's estarem sujeitos às represálias do patronato ou à rescisão dos contratos a prazo ao fim da sua vigência» e que assegurem «a participação dos TE's nos vá-

rios órgãos de gestão da escola, e a isenção de propinas». Os TE's exigem igualmente que os Conselhos Directivos respeitem integralmente o disposto no seu Estatuto, «nomeadamente no que diz respeito ao sistema de faltas».

Mas os problemas dos trabalhadores-estudantes não se ficam apenas pela não aplicação do seu Estatuto. A criação nas escolas de infra-estruturas adequadas para a ocupação de tempos livres, o problema dos transportes — exigindo-se aqui a implementação de uma «rede de transportes urbanos e interurbanos coordenados com os horários escolares» — e das cantinas, «problema velho que exige medidas eficazes», são outros

tantos assuntos a requererem soluções por parte das entidades responsáveis.

O Ensino e a Formação Profissional

Entretanto, os assuntos relacionados com o ensino, os métodos pedagógicos, a formação profissional e a aprendizagem, foram, sem dúvida, aqueles que mais prenderam a atenção dos presentes.

Os trabalhadores-estudantes consideram que «há necessidade de discutir e tomar medidas que assegurem a interpenetração entre o trabalho que o TE exerce e a forma como o ensino lhe é ministrado» e reivindicam a

adopção de mecanismos que obriguem o patronato a reconhecer os conhecimentos adquiridos e a «garantir acessos e promoções no campo profissional de acordo com as habilitações obtidas».

As estruturas representativas dos TE's denunciam a falta de programas «que respondam aos requisitos de certos empregos especializados, estando-se por vezes a estudar meramente para se ficar com razoável cultura geral». Para obviar a esta situação, as estruturas associativas dos TE's reivindicam a adopção de «formas múltiplas de ligação entre o ensino ministrado e a actividade profissional desenvolvida».

Para o completo aproveitamento do ensino ministrado, os

TE's entendem ser necessário atender à especificidade da sua ocupação, em particular com «a preparação específica dos professores que evite tendências para um ensino paternalista, a revisão dos programas, o aumento da componente prática das aulas e a implementação de novos métodos pedagógicos».

Relativamente ao estado das estruturas associativas, esta reunião salientou a necessidade de dar especial atenção à criação de estruturas associativas nocturnas próprias e combater qualquer tentativa da sua absorção pelas AEs e ao reforço da ligação das organizações associativas dos trabalhadores-estudantes, em especial da sua Federação Nacional.

NOVEMBRO 1986

Preço: 50\$00

BRASIL
Perspectivas
do ressurgimento

problemas
da paz
e do
socialismo
revista
internacional
revista dos partidos comunistas e operários

O Mediterrâneo não deve ser
zona de confrontação
mas de cooperação



Há pessoas que têm o hábito de guardar recortes de jornais. É verdade que, com a exiguidade das casas e o recurso a outras memórias que a televisão explora, é hábito que vai caindo em desuso — e por vezes é pena.

Nos dias que vão correndo, organizar um caderninho com umas dezenas de certas notícias poderá vir a ser coisa deveras útil quando daqui a alguns meses ou anos se repetirem cenas em que boas almas não acreditarão. Referimo-nos à questão da venda de armas ao Irão por parte da administração de Ronald Reagan, mais tudo o que tem vindo atrás.

Assim, quando dentro de alguns anos alguém disser que é pura hipocrisia o discurso do imperialismo acerca dos «países que apoiam o terrorismo», poderá recordar-se (com recortes na mão) que, em 1986, ao mesmo tempo que a Casa Branca vociferava que o regime de Teerão era responsável por terríveis atentados terroristas em todo o mundo, a mesma Casa Branca vendia ao mesmo regime de Teerão toneladas e toneladas de armamento — coisa que é suposto ser útil para práticas terroristas.

Quando, dentro de alguns anos, alguém disser que guerras sem sentido e que apenas devastam povos e países — como é o caso do actual conflito entre o Irão e o Iraque — se devem a sórdidas manipulações de bastidores do imperialismo e alguém acrescentar que isto são calúnias pérfidas dos comunistas, poderá recordar-se (de recortes na mão) que a CIA do sr. Reagan, ao mesmo tempo que vendia armas ao Irão, dava informações militares decisivas ao Iraque sobre os alvos iranianos, assim assegurando que nem as armas vendidas a Teerão venceriam Bagdad, nem as informações dadas a Bagdad venceriam Teerão — perpetuando a guerra.

Quando, dentro de alguns anos, se disser que os «combatentes das liberdades» que o imperialismo lança contra os povos que se libertam, seja no Afeganistão ou na Nicarágua, em Angola ou no Líbano, não passam de bandos de mercenários pagos a peso de ouro por operações financeiras que tornam o sr. Al Capone num comerciante de mão de escada e alguém ripostar que essa é a cassete habitual de Moscovo, poder-se-á recordar (de recortes na mão) que as autoridades suíças congelaram em 1986 contas bancárias às ordens da CIA onde eram depositados os dinheiros das vendas de armas ao Irão e donde saíram milhões para pagar aos «libertadores» da Nicarágua e do Afeganistão que sem tais dólares parece não quererem libertar coisa rigorosamente nenhuma.

Quando, dentro de alguns anos, se disser que os dirigentes do imperialismo norte-americano mentem com quantos dentes têm na boca sempre que tanto é conveniente aos interesses que defendem e alguém acrescentar que tal afirmação não passa da habitual cassete da propaganda vermelha, poderá recordar-se (com recortes na mão) que o sr. Ronald Reagan vendia armas aos iranianos ao mesmo tempo que dizia serem eles terríveis criminosos, que o sr. William Casey, director da CIA, diz primeiro que não sabia de nada e depois que sabia de algumas coisas, que o sr. Schultz anda a fugir dos jornalistas como o diabo da cruz para não ter que esclarecer como é que sabia o que afinal não sabia e não sabia o que afinal sabia.

Quando, dentro de alguns anos, se disser que a decantada democracia americana está minada pelo poder dos monopólios, que a prática democrática é incompatível com a prática do imperialismo, que o respeito pelas liberdades e pela democracia é para o imperialismo uma adversidade e alguém contrapuser que, bem pelo contrário, a democracia americana é um modelo de seriedade e de defesa dos valores ocidentais, poderá recordar-se (com recortes na mão) que, no centro do poder nos Estados Unidos da América presididos pelo sr. Ronald Reagan, uma quadrilha de apaniguados do mediocre actor de Hollywood dirigiu durante meses a efectiva política da nação mais poderosa do Universo, sem olhar a meios, a preceitos morais, a respeito pelos outros órgãos de poder, mentindo ao Senado, mentindo à Câmara de Representantes, mentindo ao povo americano, mentindo aos povos do mundo, matando, assassinando, traficando, subornando, roubando, agredindo, pagando ainda com o dinheiro dos negócios de armamento as campanhas até contra outros americanos seus adversários políticos. Em 1939, um paranóico ao serviço dos monopólios alemães enviou soldados alemães da sua guarda pessoal disfarçados de soldados checoslovacos matar outros soldados alemães para dizer depois aos microfones que a Alemanha fora agredida.

Chamava-se Hitler e, com recortes na mão, podemos hoje recordar que entre os seus métodos e os do sr. Ronald Reagan as diferenças são de pormenor. Se tanto.

■ R.C.

Trabalhadores

Médicos protestam contra a degradação dos hospitais

• **Sindicato critica novo regulamento do Governo PSD**

A direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, que divulgou os nomes dos médicos encarregados de elaborar o «Livro Negro da Saúde em Portugal», enviou na passada sexta-feira aos órgãos de soberania e de comunicação social uma súmula da apreciação que fez ao «regulamento dos órgãos de gestão e direcção dos hospitais», cujo conhecimento prévio considera «sumamente importante», aconselhando a sua «leitura crítica». Vinha entretanto a público o primeiro *dossier* da comissão do LNSP.

Os médicos da direcção sindical do Sul sublinham que «o referido projecto tem como finalidade principal a intenção do Governo de destruir a gestão democrática da instituição hospitalar».

Segundo a disposição governamental, as direcções e administrações dos hospitais passam a ser nomeados pelo ministério ou ministra da Saúde. Deixam de ser eleitos como acontece actualmente.

Os elementos nomeados pelo Ministério para administrar os hospitais, passam a ter plenos poderes — adverte o Sindicato — «na planificação, direcção e controlo do funcionamento hospitalar».

O projecto do Governo Cavaço pretende mesmo nomear o director clínico.

A direcção sindical dos Médicos do Sul (sede em Lisboa) deixa entender, no seu comunicado do dia 12, que repudia inteiramente o projecto governamental sobre os órgãos de gestão e direcção dos hospitais.

Deixa entender também a necessidade de os profissionais da saúde e designadamente os médicos, organizados ou não, se oporem à concretização daquele projecto, onde se nota naturalmente a mão da ministra Leonor Beleza, acusada de favorecer por todos os meios os grandes lucros de certa medicina privada em prejuízo do Serviço Nacional de Saúde.

Nos hospitais mais conhecidos de Lisboa — um dos casos flagrantes é o Hospital de Santa Maria — chega a ficar uma só enfermeira, no turno da noite, para atender 40 doentes.

Situações como esta (e piores) foram reveladas pela Comissão do Livro Negro da Saúde em Portugal. Deste modo, muitos doentes morrem sozinhos durante a noite, referiram os médicos da Comissão, que na quinta-feira passada deram a conhecer publicamente o primeiro *dossier* que constará daquele Livro.

Foi afirmado, no Sindicato dos Médicos da Zona Sul perante os jornalistas, que entre aqueles 40 doentes com a assistência de uma única enfermeira, há os que estão a ser medicados a soro, enfermos a ser tratados «com oxigénio com terapêutica injectável, que não se deslocam à casa de banho, que precisam de roupa de cama mudada mais de uma vez por dia».

Os médicos encarregados do Livro Negro referem-se ainda a condições degradantes — e não menos degradantes do que as do Santa Maria — em hospitais

como o de São José, Santa Marta, Capuchos, Júlio de Matos e Miguel Bombarda.

No Instituto Português de Reumatologia — outro exemplo referido pela Comissão — as marcações passaram a fazer-se por telefone. Uma só telefonista, que faz também as inscrições, não chega naturalmente para o movimento das consultas, que assim se tornou muito menor.

Recorde-se no entanto que no mesmo Instituto se fazem, em média, 3159 primeiras consultas por ano. Antes da medida obrigatória do telefonema, centenas de doentes esperavam a sua vez, desde as 4 e 5 horas da manhã.

No Hospital de Santa Marta não existe sequer um serviço de sangue próprio. Qualquer transfusão obriga a ir procurar sangue ao São José; é necessário para isso pedir uma viatura à garagem central dos Hospitais Civis de Lisboa.

No Hospital Júlio de Matos chove nas enfermarias e nos refeitórios (pavilhão 21-A) sem aquecimento, com perigo iminente de curtos-circuitos e de incêndio.

No Miguel Bombarda, dos 480 enfermeiros indispensáveis para a população hospitalar estavam ao serviço apenas 145, em Maio findo.

O *dossier* refere casos alarmantes em hospitais e outros serviços dependentes do Gover-

no. Citámos apenas alguns exemplos. O Serviço Nacional de Saúde continua a fazer parte dos direitos constitucionais do cidadão. Mas antes de começar a

ser implantado já estava a ser destruído, por estranho que possa parecer, e este Governo prepara-se agora para lhe dar o golpe final.

Dossier

Alguns números da degradação

1.º Há ocasiões em que 1 (uma) enfermeira tem a seu cargo, de noite, 40 doentes graves.

2.º Dois bancos de urgência — Santa Maria e São José — servem o concelho e o distrito de Lisboa, todo o Sul e parte do Centro do País.

3.º Todos os serviços no Santa Maria (HSM) têm camas suplementares; no entanto, as 254 camas nessas condições não chegam; há hospitalizados em macas nos corredores sem lugar nas salas (se assim se podem chamar).

4.º Há 1 (um) serviço de hematologia no HSM; até agora só serviu para nele se rodarem cenas do filme «A Mala de Cartão»; ainda por abrir, o novo serviço ocupa um espaço de 18 camas que não estão lá, naturalmente.

5.º Duas horas e meia por dia é o tempo que os médicos não utilizam em fisioterapia no HSM por descoordenação entre horários com o pessoal técnico.

6.º Em alergologia no HSM a lista de espera tem seis meses de atraso.

7.º Nos Capuchos não foram satisfeitas 151 requisições de material desde 1981.

8.º No Júlio de Matos faltam 100 enfermeiros; a ministra Beleza convida a reformarem-se enfermeiros que não substituí.

9.º 145 enfermeiros no Miguel Bombarda trabalham em serviços que deveriam comportar 480; em 25 de Abril findo, era de 680 o total dos doentes no Bombarda, onde o serviço de urgência tem 12 (doze) camas; há doentes que dormem no chão.

10.º Ainda no mesmo hospital, 2 (dois) enfermeiros têm a seu cargo os serviços das 8 às 14 horas; para as restantes 18 horas do dia há só um; durante as férias é muito pior.

Desemprego juvenil a realidade que o Governo esconde

Um estudo elaborado pela CGTP-IN acerca da situação dos jovens no mercado de trabalho revela que, dos 300 mil jovens desempregados, mais de 60 por cento procuram emprego há mais de meio ano e que apenas 14 mil (4,7 por cento) recebem subsídio de desemprego.

Para uma população activa na classe etária dos 10 aos 24 anos de 1 040 100 pessoas, existem cerca de 233 200 desempregados. A taxa de desemprego juvenil cifra-se, segundo este estudo, em 22,4 por cento, muito acima portanto dos 10,3 por cento da taxa de desemprego nacional.

Este estudo da CGTP revela ainda que existem muitos jovens que abandonam precocemente o sistema de ensino, sem uma formação que lhes permita uma adequada integração no mercado de trabalho. Este fenómeno está bem patente na baixa taxa de escolarização verificada nos grupos etários dos 15 aos 19 anos (39,2 por cento) e dos 20 aos 24 (13,7 por cento).

As causas que envolvem este abandono precoce dos estudos permitem pensar, na opinião da CGTP que «no caso dos jovens à procura de primeiro emprego predominam razões económicas e, no caso dos que procuram novo emprego, o motivo principal é a duração limitada do emprego anterior».

Para contrariar esta grave situação da juventude trabalhadora, a CGTP propõe, como medida urgente, «o alargamento do subsídio de desemprego aos jovens à procura do primeiro emprego e a redução do tempo requerido para a atribuição do subsídio dos que procuram novo emprego, a aplicação do salário mínimo nacional a partir dos 18 anos, a regulamentação do trabalho a prazo de forma a evitar o recurso abusivo aos contratos a prazo e a limitá-lo apenas às necessidades conjunturais e anormais de mão-de-obra».

O departamento de juventude da CGTP transmitiu já à Assembleia da República estas reivindicações, num memorando que entregou recentemente à Comissão Parlamentar de Juventude.

Trabalhadores

Salários da Função Pública

Os aumentos mais baixos de toda a contratação colectiva

«Os mais baixos aumentos salariais aprovados este ano em toda a contratação colectiva» foram assinalados na passada quinta-feira pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Dirigentes nacionais da FP sublinharam numa conferência de imprensa em Lisboa que «as verbas existentes no Orçamento do Estado permitiam aumentos superiores a 14 por cento». O Conselho Nacional da Federação (FNSFP), decidido a «continuar a luta em defesa dos TFP», (ver **Lutas e Tarefas**) apresentou várias reclamações ao Governo, designadamente «a negociação, até 31.12.86, do decreto-lei que vier a regular a tributação dos vencimentos da Função Pública, garantindo que não haverá diminuição dos salários líquidos dos trabalhadores e salvaguardando a compensação não só do Imposto Profissional em 1987, mas também a do Imposto Complementar em 1989». As negociações com o Governo devem continuar.

Muitas das questões incluídas na Proposta Reivindicativa Comum (PRC/87) ficaram por discutir, afirmam os dirigentes nacionais da FNSFP.

Recorde-se que em 19 de Novembro findo, através do secretário

de Estado do Orçamento, Rui Carp, o Governo rompeu unilateralmente as negociações da PRC/87, subscrita por 29 sindicatos.

Com a subordinação da UGT, que não tem organizações verda-

deiramente representativas entre os TFP, o Governo decidiu naquela data aumentar em apenas 11,5 por cento os salários e pensões da Função Pública para 1987.

O subsídio de refeição foi aumentado para 250 escudos e para 2 mil escudos as diurnidades. Em contrapartida, os TFP passam a pagar impostos a partir de Janeiro próximo.

Segundo foi afirmado na conferência de imprensa do dia 11, os salários na FP são inferiores em média 15 por cento aos dos trabalhadores do sector privado, para as mesmas categorias profissionais.

Os TFP com vínculo precário são quase 24 por cento do total.

Embora salientem a importância das propostas da Assembleia da República no que respeita a concursos e progressão na carreira, os dirigentes da FNSFP dis-

cordam inteiramente da tributação imposta aos TFP, sem negociações com os sindicatos representativos e antes da reestruturação fiscal.

O Governo não chegou onde queria

Mas ainda assim o Governo não conseguiu chegar onde queria. Foram evitados os 9,5 por cento em Julho findo, quando a Secretaria de Estado do Tesouro queria encerrar as negociações.

Conseguiu-se que a Assembleia da República, através do OE/87, contribuisse para «a estabilidade de emprego e a progressão na carreira dos TFP».

Por isso, o Conselho Nacional da FNSFP saúda com toda a justiça todos os trabalhadores «pela firmeza e combatividade demonstradas ao longo do processo de negociação da PRC/87».

Além da exigência de negociação com o Governo do decreto-lei que vier a regular a tributação dos vencimentos da Função Pública, o Conselho Nacional da Federação sindical reivindica:

— A nomeação de um seu representante para a Comissão do Sistema Retributivo da Função Pública, garantindo assim a participação dos próprios trabalhadores na revisão do seu regime remuneratório;

— A publicação, após negociação com os sindicatos, do decreto regulamentar dos concursos de habilitação necessários para a intercomunicabilidade entre as carreiras, previsto no n.º 7 do art.º 17.º do DL 248/85, de 15 de Julho;

— A imediata publicação de legislação que dê cumprimento às normas da Lei do Orçamento do Estado relativas a «Carreiras» e «Tarefeiros»;

— A reabertura da negociação da PRC/87, em particular quanto a «Vínculos», «Carreiras», «Formação Profissional», «Horário de Trabalho», «Férias, Faltas e Licenças», «Higiene e Segurança no Trabalho».

BANCÁRIOS

Encontro Nacional

Prepara-se a realização de um Encontro Nacional de trabalhadores bancários. «Em defesa da banca nacionalizada e dos postos de trabalho», serão amplamente debatidos os problemas do sector, designadamente o nacionalizado, onde a instabilidade é cada vez maior. A Coordenadora de Setúbal (distrital) do PCP emitiu sobre o assunto o seguinte comunicado:

«A Coordenadora Distrital dos Bancários do PCP analisou a situação social no sector bancário, a qual, no seu entender, se caracteriza pela continuação do ataque à banca nacionalizada, nomeadamente com o aparecimento dos projectos do Governo (SARL, Fundo de Garantia Bancária, Fundo de Pensões) os

quais criam cada vez maior instabilidade no sector.

«A ofensiva do Governo contra a banca nacionalizada é ao mesmo tempo uma ofensiva contra os postos de trabalho dos bancários e as suas garantias contratuais.

«As alterações estatutárias que o Governo pretende para a

banca nacionalizada não asseguram a total manutenção dos postos de trabalho, nem a vinculação futura das empresas a transformar em SARL (sociedades anónimas de responsabilidade limitada) ao ACTV (acordo colectivo de trabalho vertical) dos bancários, como aliás já hoje acontece com os bancos privados, que não subscrevem cláusulas e capítulos importantíssimos, como os da Segurança Social e SAMS, entre outros.

«É digna de realce em toda esta matéria a actuação das Comissões de Trabalhadores e da sua Coordenadora Nacional em defesa dos interesses dos bancários. Em contrapartida é de realçar negativamente a actuação da direcção do SBSI (Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas) que, com as suas posições ambíguas, mais não tem feito que servir de dique ao despertar da consciência dos bancários, levando mesmo à sua frustração, nomeadamente quando, em face da maior greve realizada na banca (95 por cento de adesões), cedeu vergonhosamente às pretensões do Governo.

«Face ao avolumar das situações e às preocupações cada vez mais sentidas pelos trabalhadores bancários em geral, decidiram as várias organizações de bancários do PCP preparar a realização de um Encontro Nacional, onde estas e outras questões serão amplamente debatidas na perspectiva da sua resolução de acordo com os interesses dos trabalhadores bancários».

Era entretanto anunciada para ontem e hoje no Porto uma reunião da mesa do congresso do SBN (Sindicato dos Bancários do Norte). Da agenda dos trabalhos destaca-se a apreciação das bases em que assentará o programa de acção para 1987. O início da reunião foi anunciado para as 14 horas de ontem, dia 17. Da ordem de trabalhos consta também a análise do orçamento sindical para o próximo ano.

LUTAS E TAREFAS

Hipermercado ou campo de concentração?

No hipermercado Modelo-Continente, o «herói», como lhe chamava em Setembro passado o «Jornal de Notícias» do Porto, havia há cerca de um mês «300 trabalhadores, metade dos quais alugados». Segundo a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, aquele hipermercado transformou-se num «autêntico campo de concentração, ali mesmo à saída do Porto». O horário de trabalho é de «mais de 50 horas semanais». A FEPCES adiantava (e oxalá a situação se tenha alterado) que «não é pago qualquer trabalho extraordinário, nem sequer o trabalho nocturno». A administração da empresa descobriu «a semana dos oito dias: trabalha-se 6 dias seguidos (8 horas e 20 minutos por dia) e descansa-se nos dois seguintes». O trabalho é pago à hora ou à semana, havendo trabalhadores que fazem 12 horas por dia, e menores de 18 anos a trabalhar até às 24 horas. O administrador está ligado ao grupo Sonae. O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto pediu a intervenção dos inspectores do trabalho.

A Federação (FEPCES), através de uma nota do seu Secretariado, acusava entretanto o Ministério do Trabalho de prejudicar 35 mil trabalhadores, por não publicar as portarias regulamentadoras de trabalho (PRTs) para os escritórios — não abrangidos por outras convenções —, para as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e ainda para os consultórios, laboratórios, centros de fisioterapia e outros. A decisão de não publicar as PRTs «contraria frontalmente a lei da contratação colectiva», afirma a FEPCES, que interveio junto do Ministério do Trabalho.

Governo obrigado a abrir concursos na Função Pública

A propósito da aprovação do Orçamento do Estado na Assembleia da República, a Comissão Executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública recorda que as propostas aprovadas pelos deputados obrigam o Governo a abrir concursos de acesso para o preenchimento de vagas existentes nos quadros de pessoal, por forma a garantir a normal progressão na carreira e ainda a tomar as disposições adequadas para a regularização do pessoal impropriamente chamado tarefeiro, promovendo a sua integração através de concursos internos abertos para o efeito. A proposta do Governo para o OE/87 foi alterada de acordo com «propostas alternativas oportunamente entregues e defendidas pelos sindicatos da Função Pública», o que, segundo a Federação, constituiu «uma importante vitória» dos trabalhadores resultante da luta que «culminou em 18 de Novembro com a grande manifestação

para São Bento». Quanto aos impostos, a Assembleia da República manteve a proposta do Governo, pelo que já em Janeiro serão tributados os vencimentos dos TFP. A Federação assinala ainda, sobre as taxas moderadoras, que a sua abolição pela Assembleia da República significa que «vale a pena lutar», pois se deve à «luta desencadeada pelos trabalhadores em geral, pelos profissionais da saúde», e à «pressão exercida pelo movimento sindical unitário junto dos órgãos do Poder». O comunicado sobre as taxas, além da Federação, é assinado pela direcção do Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul e Região Autónoma dos Açores e pela direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul.

Obras perdidas pela Mompur

Recentemente em greve por reivindicações salariais e contra a destruição de 55 empregos, os trabalhadores da Mompur assinalam que a empresa perdeu este ano (até 30/7) um número de obras que lhe deveriam ter sido adjudicadas num total superior a um milhão de contos. Segundo a Comissão de Trabalhadores (CUTM), essas obras «possibilitavam a ocupação de 385 trabalhadores efectivos durante um ano». A Mompur é uma das principais empresas de metalomecânica pesada do sector empresarial do Estado. Em 1 de Janeiro de 1984, tinha 672 trabalhadores efectivos; em 30 de Agosto de 1986 esse total baixara para 433. A CUTM sublinha que a Mompur não tem trabalhadores a mais. As organizações representativas (ORTs) e os sindicatos recusam a destruição de mais postos de trabalho na Mompur e nas outras empresas do sector, designadamente a Sorefame, incluindo as instalações da Amora, e Equimetal.

1.º Congresso dos Sindicatos de Leiria

Num manifesto onde se afirma que «o 1.º Congresso da União será uma grande iniciativa de massas», a União dos Sindicatos de Leiria marcou para 30 e 31 de Janeiro próximo a primeira reunião do seu órgão máximo que «representará um marco histórico na vida do Movimento Sindical Unitário no nosso distrito». Os objectivos centrais do Congresso são: «contribuir para a resolução dos problemas dos trabalhadores; defesa dos direitos sindicais e democráticos; reforçar a unidade dos trabalhadores, aumentar a sindicalização e alargar a rede de delegados sindicais; mobilizar os trabalhadores para lutar contra a degradação das condições de vida e pela reposição do seu poder de compra; pelo pagamento dos salários em atraso; contra todas as formas de trabalho precário (contratos a prazo, trabalho clandestino, à hora, de empreitada, à tarefa ou trabalho ao domicílio); lutar pelo desenvolvimento económico do distrito; pelo emprego, pela semana de 40 horas, pela paz».

Frinil

Repressão dos Mellos escolhe o Natal

Com 60 mil contos de dívidas salariais a perto de 70 trabalhadores, a administração Mellos da Frinil instaurou sete processos disciplinares, alegando recusa de efectuar tarefas que, segundo o Sindicato, «não têm minimamente nada a ver» com a categoria profissional dos atingidos pela repressão nesta quadra do Natal.

A administração da Frinil, que pretende quebrar a unidade dos trabalhadores, escolheu para vítimas da medida disciplinar 4 delegados sindicais e membros da comissão de trabalhadores, afirma o Sindicato.

Numa curta nota à imprensa, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa sublinha ser «esta a prenda de Natal da administração (Mellos) aos trabalhadores».

Os salários em dívida somam 20 meses. Mas a situação inqualificável que já se vive na empresa não chega para satisfazer na Frinil, atacando directamente as ORTs — Organizações Representativas dos Trabalhadores.

São patrões destes que convêm a um Governo desqualificado perante quem trabalha e tem direito a receber o seu salário ao fim do mês.

Impõe-se uma atitude solidária da parte de todos os trabalhadores da Frinil contra a repressão dos Mellos.

Recorde-se, como faz o Sindicato, que «não bastando já a situação vivida na empresa, a administração deslocou trabalhadores de Lisboa para a margem sul, sem cumprir as garantias fixadas na Lei».

Em defesa da gestão democrática dos baldios

Encontro em Coimbra

«Deixem-nos viver em paz»

As mais recentes iniciativas legislativas sobre baldios apresentadas na Assembleia da República — um projecto de lei e uma «proposta» ou «contribuição» sobre esta matéria, da autoria respectivamente do PRD e do PS — foram severamente criticadas pelos participantes no III Encontro (extraordinário) de Baldios do Distrito de Coimbra, realizado no passado dia 14, na Casa do Povo de Côja, concelho de Arganil.

Contando com a participação de 60 compartes, em representação dos 41 concelhos directivos de baldios (CDB's) que aderiram à iniciativa, o Encontro manifestou o vivo repúdio dos povos serranos por estas duas novas iniciativas que interpretam como «dois novos e grandes perigos» que, a concretizarem-se, «poderão pôr em causa, duma vez por todas, essa grande conquista dos povos conseguida com o 25 de Abril» e materializada no Dec.-Lei 39/76: a gestão democrática e autónoma dos baldios pelos povos.

Recorde-se que nos últimos

dez anos foram já doze as tentativas legislativas para roubar os baldios aos povos, tentativas que encontraram sempre pela frente a resistência e a luta dos compartes, a última das quais (em Julho deste ano) se saldou por nova vitória ao fazer adiar a votação dos projectos de lei sobre baldios do PSD, do CDS e do deputado Ribeiro Teles.

Legítimos e históricos proprietários dessas terras comunitárias, os compartes dos baldios têm realizado obras notáveis no desenvolvimento e progresso dos seus lugares e aldeias, melhoramentos que constituem um

feito grandioso o qual, como mostrou o balanço efectuado e como foi salientado pelos participantes, «pode ser mostrado a quem de boa-fé o quiser ver».

No decorrer dos trabalhos, a que assistiram dois dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e em que participaram representantes de baldios dos concelhos de Penacova, Lousã, Pampilhosa da Serra, Góis, Oliveira do Hospital e Arganil, foram aprovadas duas moções e um documento de conclusões onde se consubstanciam as principais preocupações e problemas levantados ao longo do debate.

Na moção onde repudiam mais esta tentativa de roubo dos seus maninhos, documento aprovado por unanimidade, os subscritores chamam a atenção dos deputados para a «monstruosidade» que constituiria a aprovação de semelhantes projectos, recordando que tal significaria, entre outras coisas, a apropriação das serras pelas celulosas trazendo de novo fenómenos migratórios. «Está provado que os baldios nas mãos dos povos produzem riqueza, são fonte de prosperidade e desenvolvimento», acentua a moção para logo a seguir deixar um veemente «deixem-nos em paz! Deixem-nos viver com os nossos baldios!»

Os presentes decidiram ainda por unanimidade participar no IV Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal, a realizar em 15 de Fevereiro em Coimbra por iniciativa da CNA, participação que, afirmam, deverá constituir um momento alto da luta que desde já se propõem prosseguir e reforçar em defesa da actual Lei dos Baldios, uma lei que consideram «boa e justa».



Concentração em Viseu

Mil manifestantes dizem não à lei roubo

Cerca de um milhar de compartes dos conselhos directivos de baldios (CDB's) do distrito de Viseu exigiram no último domingo, no decorrer de uma concentração efectuada no centro daquela cidade, a retirada imediata da Assembleia da República dos projectos de lei da autoria do CDS, do PSD, do deputado Ribeiro Teles e mais recentemente do PRD e do PS, iniciativas legislativas que a serem aprovadas, afirmam, «conduziriam às situações de triste memória já vividas no passado».

A anteceder um desfile pelas ruas da cidade até ao recinto da Feira de S. Mateus, os presentes aprovaram um caderno de reclamações, a entregar aos órgãos de soberania e a outras entidades oficiais, no qual apelam aos deputados eleitos pelo distrito de Viseu «e muito especialmente aos do PS e do PRD», para que honrem promessas e compromissos anteriores designada-

mente por ocasião da deslocação de 150 compartes do distrito de Viseu ao Parlamento, em Julho último.

Reclamando o fim da ofensiva legislativa contra a administração democrática dos baldios, os manifestantes exigiram por outro lado o respeito integral sobre o que nesta matéria está fixado na Constituição da República, exigência que estendem às juntas de freguesia e aos Serviços Florestais no sentido de que cumpram o despacho do procurador-geral da República de 22 de Agosto de 1984.

Conscientes da importância alcançada pelos baldios para o progresso das regiões serranas, os compartes presentes em Viseu não deixaram de acentuar a necessidade de que esse inestimável papel — factor de prosperidade e desenvolvimento nos mais recônditos lugares e aldeias do Norte e Centro — seja reconhecido, apreciado e acari-

nhado pelos diversos órgãos de soberania.

«Hoje, passados dez anos sobre a publicação dos Decretos-Lei 39/76 e 40/76 vemo-nos confrontados com a mais perigosa ameaça de sempre sobre essas leis», recordou no decorrer da concentração, no Rossio de Viseu, perante numerosa assistência, Manuel Rodrigues, do Secretariado dos Baldios, numa breve intervenção onde pôs em destaque a importância das leis ainda em vigor a quem se fica a dever a devolução do «uso, fruição e administração dos baldios, que puseram fim à roubalheira desses nossos bens».

Perante a concordância dos compartes provenientes de muitos concelhos do distrito, o orador afirmou ainda que a «luta do povo, compartes e CDB's hoje aqui travada vai continuar até ao dia em que nos deixarem trabalhar em paz e sossego na administração dos nossos baldios».

Solidariedade em defesa dos baldios

Subscrito por 222 personalidades, entre as quais se encontram homens de letras, juristas, técnicos e intelectuais, acaba de ser tornado público um abaixo-assinado, a ser entregue ao Presidente da República, no qual se transmite um testemunho de solidariedade aos povos dos baldios e se exprime o voto de que a «Assembleia da República — em vez de combater e entrar — promova, estimule e valorize a realidade secular admirável que são os baldios».

Comçando por alertar para os objectivos das mais recentes propostas legislativas, iniciativas que consideram «pôr em causa a gestão dos baldios pelos povos», os subscritores do documento chamam depois a atenção para a «instituição eminentemente democrática, por cuja existência viva se bateram sucessivas gerações de camponeses, arrostando sofrimentos sem conta e travando heróicas lutas em defesa do regime comunitário com tão longa tradição».

Depois de enaltecerem a «gesta admirável dos povos pelo seu direito aos baldios», história gravada em «páginas admiráveis por Aquilino Ribeiro», recordam que a própria Constituição da República veio «estabelecer entre os adquiridos relevantes da sociedade liberta da ditadura, o inalienável direito dos povos dos baldios que se exerce pela dinâmica das associações de compartes e dos seus conselhos directivos».

Entre os subscritores, encontram-se figuras como Adolfo Rocha (Miguel Torga), escritor, Coimbra; Alberto Correia, director do Museu Grão-Vasco, Viseu; Amadeu Dias Ferreira, sacerdote, Vale de Cambra; Ângelo Granja, jornalista, Lisboa; António Almeida Azevedo Brandão, director do jornal «Defesa de Arouca», Arouca; António Arnault, advogado, Coimbra; António Avelãs Nunes, professor da Faculdade de Direito, Coimbra; António Macêdo, jornalista, Lisboa; Aquilino Ribeiro Machado, engenheiro, Lisboa; Arlinda Leal Franco Oliveira, investigadora coordenadora, Lisboa; Fernando Paulouro Neves, jornalista, Fundão; Ivo Cortesão, professor, director da revista «Vértice», Coimbra; Jacinto Batista, jornalista, Lisboa; Jaime Galheiro, advogado e dramaturgo, S. Pedro do Sul; Joaquim Namorado, escritor, Coimbra; José Eduardo Linhares de Castro, presidente do Sindicato dos Professores da Região Centro, Coimbra; José Joaquim Teixeira Ribeiro, professor da Faculdade de Direito, Coimbra; José Mendes da Costa Carvalho, presidente da Coopvinhal, Castelo Branco; José Salgado Sampaio, pedagogo, Lisboa; Lino Teixeira, engenheiro silvicultor, Coimbra; Otílio Figueiredo, médico, escritor, Vila Real; Valdemar Leite Duarte, director do «Jornal de Arouca»; Zilda Carvalho, investigadora científica, Lisboa.

Produtores transmontanos exigem escoamento do leite

Confrontados com a falta de escoamento da sua produção leiteira, situação lesiva que a curto prazo ameaça estender-se a muitas outras explorações da região, os produtores de leite dos concelhos de Mirandela, Vila Flor, Macedo de Cavaleiros e Bragança estão a viver momentos de grande preocupação, admitindo-se que a curto prazo possam vir a verificar-se casos de ruína se o Cachão (CAICA) — empresa responsável pelo escoamento deste produto — continuar a não proceder ao levantamento do leite.

O alerta foi tornado público pelas Ligas de Agricultores dos referidos concelhos, organizações que em comunicado responsabi-

lizam o Ministério da Agricultura e o Cachão pela situação criada, uma conjuntura que de acordo com a sua opinião só se explica pela falta de atenção quando não pelo desprezo que as entidades oficiais dispensam aos interesses da nossa agricultura e dos agricultores.

Exigindo a recolha e pagamento do leite a tempo e horas bem como o aproveitamento das potencialidades da região lembra ainda o comunicado que os agricultores não estão dispostos a sofrer as consequências de uma incorrecta política agrícola vocacionada para a defesa de interesses estrangeiros, nomeadamente da CEE, em detrimento da produção nacional.

Recorde-se que os agricultores desta região foram em tempos incentivados a aumentarem a sua produção leiteira no sentido de satisfazer as carências então existentes com a promessa de que não haveria problemas com o escoamento dada a grande qualidade do leite.

Acontece, porém, que na sequência dos acordos com a CEE — registe-se que a Comunidade é excedentária em leite — as coisas modificam-se, começam a surgir as dificuldades no escoamento e fala-se já numa baixa do preço do leite à produção para o próximo ano.

Seguros de que o leite produzido nas suas explorações não é

de qualidade inferior ao da CEE, os produtores transmontanos não estão pois dispostos a ser sacrificados e muito menos a que seja à sua custa que a CEE encontre solução para os milhares de toneladas de leite que tem para escoar.

«Fala-se muito no apoio à agricultura portuguesa com os milhões de contos vindos da CEE, mas quanto desse dinheiro é para apoio à agricultura transmontana e como é que os agricultores o obtêm?» interrogam-se as organizações de agricultores para logo concluir que «ninguém sabe informar nada nem os agricultores sentem qualquer apoio».

Terra

Reforma Agrária exige em Lisboa

O termo das ilegalidades e abusos, nova política e novo governo

• Manifestações de apoio em todo o País

Uma magnífica afirmação de combatividade e determinação dos trabalhadores agrícolas em prosseguirem a luta em defesa das suas UCP's/Cooperativas contra as arremetidas ilegais do Governo, a par da existência de um amplo movimento de solidariedade abrangendo o movimento sindical, forças políticas e personalidades democráticas, eis os dois traços mais marcantes da jornada de luta que na passada semana trouxe a Lisboa, durante quatro dias seguidos, com o objectivo de se avistarem com o Primeiro-Ministro, delegações dos cinco distritos da Reforma Agrária.

Na origem desta movimentação que mobilizou cerca de 1300 trabalhadores agrícolas, como temos vindo a noticiar em edições anteriores, estão os mais recentes ataques governamentais desferidos contra as UCP's/Cooperativas, ofensiva que a ir por diante, só até ao final do corrente ano, significaria o roubo de mais de 45 mil hectares de terras, milhares de cabeças de gado, centenas de máquinas e a destruição de dezenas de cooperativas e de cerca de três mil postos de trabalho.

Com esta ofensiva, conforme os trabalhadores têm insistentemente denunciado, está em causa a destruição completa da Reforma Agrária, propósito inconstitucional que o Executivo de Cavaco Silva não esconde e os seus actos confirmam com a re-

causa em receber as delegações que para o efeito lhe haviam solicitado audiências, recusa ao diálogo que é, por si, um sinal claro do seu comprometimento no objectivo de aniquilar por completo esta realidade de Abril, suporte da própria democracia.

Abusos de poder e corrupção

Ora é contra esta tentativa de destruir essa realidade criadora que os trabalhadores agrícolas se levantam, com tanto mais razão e firmeza quanto é sabido que para além das constantes afrontas à legalidade, abusos de poder, corrupção atitudes de desrespeito pelas decisões de outros órgãos de soberania levadas a cabo impunemente pelo Governo, o que está em jogo é,

afinal de contas, o próprio regime democrático, a defesa da produção, o desenvolvimento da agricultura nos campos do Alentejo e Ribatejo, a diminuição da dependência alimentar em relação ao estrangeiro.

Com efeito, dez anos de ofensiva violenta traduziram-se no roubo de 720 mil hectares de terras, mais de 250 mil cabeças de gado e mais de 12 mil máquinas, na destruição de 53 mil



postos de trabalho e de 231 UCP's/Cooperativas.

E para quê? A verdade é que o Governo, para além dos 30 milhões de contos de dívidas às cooperativas que deixou acumular, não apresentou nenhuma alternativa válida à gestão democrática dos trabalhadores nas suas unidades de produção. Ao limitar-se pura e simplesmente a reconstituir o caduco latifúndio — a suposta distribuição de terras a

pequenos agricultores revelou-se como uma verdadeira farsa já que apenas 5 por cento receberam de facto terras roubadas às cooperativas enquanto 90 por cento do total foi parar às mãos dos agrários e 5 por cento a indivíduos de outras profissões —, o Executivo de Cavaco Silva mais não fez do que executar uma política de terra queimada, atrás da qual ficou um rasto de destruição e miséria, como o atestam as

terras abandonadas (mais de 500 herdades totalizando cerca de 300 mil hectares) e os mais de trinta mil desempregados existentes na região.

Apoio e solidariedade

Ao deslocarem-se a Lisboa e a outras regiões do País — Viana do Castelo, Porto, Braga, Aveiro e Coimbra foram distritos onde se realizaram sessões de solidariedade que contaram com a presença de dirigentes da Reforma Agrária —, os trabalhadores agrícolas foram portadores desta amarga realidade indigna do regime democrático saído do 25 de Abril, denúncia que concitou as mais diversas manifestações de apoio e solidariedade.

Em todos os locais onde chegou a voz dos trabalhadores da Reforma Agrária foi manifesto por parte dos presentes o entendimento quanto ao papel da luta dos trabalhadores agrícolas do Sul, tendo ficado bem expressa a necessidade de travar a ofensiva e de ser criado um clima de estabilidade que permita que os trabalhadores produzam e contribuam para a riqueza do País.

Quem assistiu às concentrações em frente à residência oficial do Primeiro-Ministro — local onde chegaram muitas dezenas de saudações e moções das mais diversas proveniências e onde se sentiu a força e o calor do apoio e da solidariedade expresso por exemplo em contribuições materiais no valor de centenas de milhares de escudos — não teve dificuldade em constatar que esta é uma luta que ultrapassa o âmbito da Reforma Agrária.

Em causa estão a defesa dos interesses nacionais, da produção, do bem estar dos trabalhadores, do próprio regime democrático.

Como lembrava um trabalhador da UCP da «Volta do Vale», Couço, faz hoje oito dias em S. Bento, «não é a Reforma Agrária que tem que acabar. É o Governo. Ele é que está fora da lei».

Daf a disposição de prosseguir a luta. Com redobrado vigor. A marcha massiva da Reforma Agrária para Lisboa, talvez já em meados de Janeiro, constituirá seguramente um valioso contributo para esse objectivo.

				
Mariana do Céu, Cooperativa «Paços de Lenine» «Viemos para ver se não nos tiram mais terras. Já chega de desemprego e miséria!»	Maria Madalena Damásio, Cooperativa «Fidel Castro» «Com a Reforma Agrária foi uma vida nova: mais liberdade, trabalho garantido, regalias sociais, melhores condições de vida.»	José Francisco Fala, Cooperativa «Conqueiros» «Neste momento estamos a aguentar os postos de trabalho porque é um período de intenso trabalho, sobretudo devido à azeitona. Mas daqui a uma semana as mulheres vão ter que ir para o desemprego.»	José Jacinto, Cooperativa «25 de Abril» «As nossas queixas são as mesmas. Atiram-nos para fora da Reforma Agrária e depois é que se vê: terras abandonadas ou subaproveitadas e os agrários podem e dispõem como antigamente. Em muitos sítios é já o trabalho de sol a sol.»	Manuel João Charua, Cooperativa de Produção Agrícola «Albergue» «Temo-nos defendido com o arroz, a cevada e as forragens para o gado. Já nos tiraram mais de metade das terras mas estamos dispostos a defender a Cooperativa. Se a destruísem seria a fome.»
				
Dionísio Moisés, «Fusão da Volta do Vale» «A nossa Cooperativa é uma exploração modelo e por isso é uma afronta para o Governo e para os agrários. Quem passa na estrada vê logo a diferença: as nossas terras estão cultivadas; as deles estão abandonadas ou mal tratadas.»	Ângelo, Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Setúbal «Todas as cooperativas do distrito estão ameaçadas com pedidos de reservas. A concretizarem-se, seria o fim da Reforma Agrária e isso os trabalhadores não estão dispostos a permitir.»	Rosa Concelção, UCP «Alentejo em Frente» «Quando arrancámos com a nossa Cooperativa naquelas terras era só mal que subia por cima das árvores; trabalhavam lá duas pessoas. Desbravámos tudo, preparámos as terras e os postos de trabalho aumentaram para 60. A vida modificou-se. Investimos milhares de contos. Hoje, o desemprego voltou à freguesia.»	Hilário Francisco Filipe, UCP «Terra de Catarina» «Dos 12 mil hectares que já possuímos restam hoje 2800. Na semana passada tiraram-nos uma reserva de 600 hectares para a dar a Maria Luísa Castelo Branco, uma agrária que já tem mais de três mil hectares. Investimos mais de 200 mil contos. Vamos resistir até à última.»	José Rosa Valente, UCP «Lutar É Viver» «Já tivemos 50 cooperantes e hoje estamos reduzidos a nove. Os que não estão no desemprego tiveram que ir para outros sectores ou emigrar. Nas terras entregues aos agrários volta a crescer o mato. É o nosso futuro que está em jogo. Voltaremos a Lisboa as vezes que forem precisas. Não deixaremos que destruam a Reforma Agrária.»



Terra

Lisboa deu solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária

A Reforma Agrária é alvo de uma das maiores ofensivas contra ela desencadeadas. Alarga-se também o movimento de solidariedade para com os trabalhadores das UCP's e cooperativas. Têm sido expressão dessa solidariedade diversas iniciativas em que, por todo o País, gente do Alentejo e Ribatejo tem falado dos ataques que enfrentam no dia-a-dia, do desemprego e da fome que vão ganhando terreno à medida que são inviabilizadas cooperativas e unidades colectivas de produção, da luta renhida para defender, palmo a palmo, as terras onde uma vida melhor ganhou raízes com a Revolução de Abril.

Durante esta semana, em que os trabalhadores de todos os distritos da zona de intervenção trouxeram o protesto até à porta do Primeiro-Ministro, a União dos Sindicatos de Lisboa, a CIL e a CGTP-IN organizaram plenários em empresas, sessões públicas na Amadora, em Sacavém e em Lisboa, na Casa do Alentejo.

Aos trabalhadores concentrados junto à residência oficial de Cavaco Silva foram entregues centena e meia de moções de solidariedade de sindicatos democráticos. Os sindicalistas de Lisboa realçam que o trabalho de sensibilização da opinião pública para a situação que se vive no Alentejo e no Ribatejo foi recebido com compreensão e carinho pela população.

Uma nota de imprensa da USL, CIL e CGTP-IN chamava a atenção, a propósito das iniciativas de solidariedade no distrito de Lis-

boa, — nas quais, como informou ao «Avante!» o dirigente da CGTP-IN, Álvaro Rana, participaram mais de 3 mil pessoas — para o carácter da presente ofensiva contra a Reforma Agrária: «Ataques a esta conquista sempre tem havido», lembrava, mas «**agora estamos no que os seus autores querem que seja o último ataque**».

Denunciando as ilegalidades que acompanham a ofensiva, as organizações sindicais alertam: «**há 8 anos que findou o prazo para a entrega de reservas, 337 decisões do Supremo Tribunal estão por cumprir, até a terra dada a pequenos agricultores lhes está a ser tirada para dar aos agrários**».

Uma das consequências tem sido o aumento do desemprego e, segundo a referida nota, «**a continuar esta destruição até final do ano mais de 3 mil postos de**

trabalho estarão em perigo, a juntar aos já 53 mil desempregados das 231 cooperativas inviabilizadas».

A USL, a CIL, e a CGTP-IN sublinham que «**é necessário e é possível travar esta ofensiva destruidora**», frisando que «**a defesa da Reforma Agrária é tarefa prioritária de todos os trabalhadores e democratas**». Daí o apelo: «**Deixem semear, deixem cultivar e produzir! Deixem desenvolver e progredir! A Reforma Agrária tem um papel a cumprir, merece o nosso apoio e tem a nossa solidariedade!**».

Indústrias químicas

A Assembleia de Delegados do Sindicato das Indústrias Químicas do Sul aprovou no dia 10 de Dezembro, em Setúbal, uma moção em que manifesta o «**apoio e fraternidade**» da classe «**a todos quantos promovem esta jornada de luta e cimentam dia-a-dia, contra tudo e contra todos, a Reforma Agrária**».

Neste documento os trabalhadores químicos recordam os acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis às UCP's e cooperativas e denunciam o facto de que o «**Governo minoritário do PSD, arrogante e prepotente, continua provocatoriamente a desafiar as instituições, a violar a legalidade e a não cumprir as decisões do STA**».

União dos Sindicatos de Évora protesta contra aumento de preços

Uma delegação da US de Évora foi recebida na Câmara Municipi-

pal desta cidade. Na reunião, solicitada pela União dos Sindicatos, foram apresentadas «**felicitações pela passagem da cidade de Évora a património mundial**» e também expostas «**as preocupações mais prementes do movimento sindical e dos trabalhadores da região**».

A US de Évora manifestara na

véspera, em nota de imprensa, a sua posição face aos aumentos de preços decretados pelo Governo, afirmando que «**repudia tais aumentos e apela às populações e aos trabalhadores em geral**» para que lutem pela sua revogação e exijam a «**baixa de preços de bens essenciais como o leite, o pão e aos combustíveis**».

Comissão de Inquérito da AR propõe queixa-crime contra ministro da Agricultura

Está agendado para discussão na próxima sexta-feira um projecto de lei do PCP que «**suspende a atribuição de reservas na zona de intervenção da Reforma Agrária até à conclusão da actividade decorrente do inquérito parlamentar à actuação do Ministério da Agricultura**».

Trata-se de uma matéria de superior importância e cujo debate ganha nova acuidade com o anúncio de que a Comissão Parlamentar de Inquérito vai propor à AR a apresentação de uma queixa-crime contra o ministro Álvaro Barreto por este não ter deliberadamente cumprido o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 8 de Março de 1984 que anulava a atribuição de algumas reservas. O assunto tinha sido apresentado à Comissão da AR atra-

vés de um relatório apresentado pelos secretários e uniões das UCP's/Cooperativas Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal.

Tal a gravidade da situação criada que correm insistentes rumores, não claramente desmentidos, de que o próprio ministro teria já apresentado a sua demissão a Cavaco Silva.

No final de uma intensa jornada de luta dos trabalhadores da Reforma Agrária contra a ofensiva do Governo em curso contra aquela conquista de Abril, esta decisão da Comissão parlamentar de inquérito constitui importante vitória da razão e coragem de quem trabalha.

Aguarda-se, entretanto, com grande expectativa o debate da iniciativa do PCP sobre este assunto.

São 30% das explorações agrícolas

Rendeiros querem estabilidade

• Nova lei só favorece senhorios

A substituição eminente da actual Lei do Arrendamento Rural por uma outra que introduzirá profundas alterações ao regime geral do arrendamento — modificações que a serem aprovadas provocarão inevitavelmente mais perturbações e conflitos sociais — está a suscitar uma crescente onda de repúdio no seio dos agricultores rendeiros os quais se vêem confrontados com um novo factor de instabilidade e insegurança no cultivo das terras.

Abrangendo cerca de trinta por cento das explorações agrícolas do País, os agricultores rendeiros debatem-se deste modo com redobradas preocupações no exercício da sua actividade na medida em que o novo diploma foi elaborado com o intuito de beneficiar exclusivamente os senhorios.

Conforme salientam as conclusões de um Encontro de Rendeiros recentemente realizado no Porto por iniciativa do MARN (Movimento da Agricultura Rendeiros do Norte), basta proceder a uma ligeira leitura do texto da proposta de lei para facilmente se constatar que ela esquece de forma flagrante os rendeiros, justamente aqueles que são «**economicamente mais débeis e que deveriam merecer melhor protecção e carinho**».

Vidas de miséria

Na memória dos rendeiros

continuam ainda vivas as situações dramáticas de instabilidade e miséria provocadas por diplomas anteriores — «**Lei dos Senhorios Ricos**», como lhe chamam — cuja aplicação esteve a cargo justamente daqueles que são hoje os autores da nova lei em discussão na Assembleia da República.

Vidas inteiras a trabalhar em terras alugadas, vidas de cansaças e privações, de miséria e trabalhos árduos, os agricultores rendeiros receiam, pois, legitimamente, ver-se confrontados com situações ainda mais graves como seja o despejo sem apelo nem agravo por parte dos senhorios.

Como sublinharam vários oradores no referido Encontro, de que demos notícia no último «**Avante!**», a ir por diante este diploma, estaria fatalmente em causa a estabilidade e seguran-

ça no arrendamento, com os senhorios a poderem despejar das terras e das casas os rendeiros sempre que o entendessem e sem que estes tivessem qualquer possibilidade de se oporem a tais arbítrios.

Ameaças e vingança

Mesmo sem a nova lei estar em vigor, são já vários os sintomas de qual vai ser a reacção de muitos senhorios, os quais, aliás, não se coíbem de fazer desde já ameaças nem de manifestar os seus propósitos de vingança.

Com efeito, tal lei, para além de submeter os rendeiros à livre vontade e aos caprichos de alguns senhorios sem escrúpulos, é também adversa quanto ao regime de benfeitorias, impossibilitando os rendeiros de receber quaisquer compensações pelos melhoramentos introduzidos nas explorações.

A imposição de rendas anualmente actualizáveis, a restrição no direito de opção e a extinção das Comissões Concelhias de Arrendamento Rural previstas na Lei em vigor, constituem outros tantos aspectos profundamente

gravosos para os rendeiros contidos no novo diploma elaborado pela direita parlamentar.

Manifestando uma firme disposição de se oporem às arbitrariedades que lhes pretendem aplicar, os rendeiros prosseguem entretanto com várias movimentações com vista a garantir a defesa dos seus interesses, os quais, garantem, são coincidentes com os interesses nacionais.

Entre as reclamações mais prementes contam-se o aumento dos prazos de arrendamento rural para 18 anos, a redução a escrito de todos os contratos de arrendamento rural e a fixação das rendas em dinheiro com o estabelecimento de tabelas de rendas justas.

Na opinião dos rendeiros importa ainda manter a possibilidade de obstar ao despejo por falta de pagamento de renda sempre que, embora com atraso, pague ou deposite as rendas em dívida acrescidas dos juros de mora, bem como assegurar a manutenção das Comissões Concelhias de Arrendamento Rural e garantir a salvaguarda da subsistência económica do arrendatário no caso de denúncia para exploração directa pelos senhorios.

Agricultores de Amarante exigem reabertura do matadouro

Mais de duzentos agricultores de Amarante acorreram no passado dia 16 de Dezembro a uma reunião em Amarante, promovida pela Associação de Agricultores do Porto (APA) para fazer o ponto da situação em relação à construção de um dispositivo de abate, que lhes fora prometido por algumas entidades em Maio passado.

Os agricultores presentes na reunião questionaram quer o vereador da Câmara Municipal, quer o delegado, no Porto, da JNPP, tendo-lhes sido informado que, finalmente, foi apresentado o projecto para a construção do referido «**dispositivo de abate**», mas que só no final de Janeiro é que o mesmo seria ou não aprovado. Foi vivamente criticada a actuação da JNPP, por não ter, a seu tempo, realizado as obras de conservação que se mostravam necessárias antes se preocupando em, apenas, receber as taxas.

Na reunião, uma delegação da Comissão Parlamentar de Agricultura, integrada por deputados do PCP, PRD e do PSD, manifestou o seu apoio unânime às reclamações dos agricultores. Foi particularmente bem acolhida a informação ali prestada pelo camarada Rogério Brito, que integrou aquela delegação, de que o PCP havia apresentado um projecto de lei na Assembleia da República que, a ser aprovado, resolverá de imediato a reivindicação dos agricultores de Amarante.

Como refere um comunicado da APA, os agricultores «**estão dispostos e determinados a lutar pela reabertura do seu matadouro como o demonstraram no passado dia 5 de Maio, aquando do corte de estrada que fizeram na EN n.º 15 (Porto/Vila Real), sendo certo que o afastamento dos matadouros dos centros de produção lesa os interesses dos agricultores ao mesmo tempo que a criação de grandes matadouros industriais apenas servirá para arruinar os agricultores, dado que «**todo o circuito ficaria na mão de meia dúzia, os quais importam os preços à produção**».**

Assembleia da República

Meios audiovisuais e Emparcelamento Rural dominam atenções

A questão do emparcelamento rural e a situação dos meios audiovisuais dominaram a atenção dos deputados na semana que passou, isto para não falar do aniversário das primeiras eleições para os órgãos do Poder Local Democrático a que fazemos referência nesta mesma página e a aprovação na passada terça-feira de um voto de homenagem à figura ímpar de Fernando Lopes Graça, na passagem do seu octogésimo aniversário.

A discussão daquelas matérias foi motivada pela apresentação por parte do Governo de uma Proposta de Lei de Emparcelamento Rural e um Projecto de Lei de Bases dos Meios Audiovisuais, da autoria do PS.

Se, relativamente ao primeiro ponto, houve oposição frontal por parte do grupo parlamentar do PCP, relativamente ao projecto do PS sobre os meios audiovisuais, Jorge Lemos, em nome do PCP, teve oportunidade de tecer algumas considerações sobre o propósito de tal iniciativa.

«Gostáramos que este debate pudesse ser realizado em condições propícias a uma profunda reflexão sobre as reais implicações das transformações que vêm assinalando a verdadeira revolução audiovisual em curso. Duvidamos que assim possa suceder», afirmou o deputado comunista, que adiantou: «este debate faz-se sob ultimato de um Governo minoritário que quer forçar a aprovação de medidas comprovadamente reprovadas pela maioria da Assembleia da República».

Jorge Lemos condenou, na sua intervenção, a actual ofensiva do Governo contra o sector público da comunicação social (aceleração da liquidação da ANOP, reprivatização da Rádio Comercial, reprivatização da EPNC e da EPDP) concluindo, «não sacrificaremos as necessidades imediatas à reflexão estrutural».

Considera o PCP necessário, no domínio da comunicação social em geral, a aprovação de medidas que permitam «desgovernamentalizar, reestruturar e modernizar, viabilizar e desenvolver o sector público de comunicação social; definir uma nova política para o audiovisual; apoiar a informação escrita e difundir o gosto pela leitura; garantir novas condições do exercício da profissão dos jornalistas e dos demais trabalhadores do sector; melhorar a qualidade da informação produzida e salvaguardar a independência do sistema informativo nacional».

Em concreto sobre o projecto de lei de Bases dos Meios Audiovisuais, Jorge Lemos adiantou que o PCP encara «com natural abertura algumas das soluções adiantadas pelo projecto do PS quanto ao modelo de gestão que propõe para as empresas públicas de radiotelevisão e de radiodifusão». É igualmente com abertura que o grupo parlamentar do PCP vê a ideia da «criação de uma entidade de composição plural que tenha como principal missão uma intervenção vinculativa no processo de licenciamento de estações emissoras de radiodifusão».

Contudo o PCP, pela voz de Jorge Lemos, reputa de inaceitáveis, as disposições que ex-

cluem a CGTP-IN dos conselhos gerais das empresas públicas, bem como a ausência de referência à participação das regiões administrativas nesses conselhos.

Completa é a discordância relativamente à parte do projecto do PS que viabiliza «antes de uma revisão constitucional, o exercício de actividades televisivas por entidades privadas». Sublinhou Jorge Lemos que tal facto, a verificar-se «só poderia significar a instauração de novas formas de manipulação ideológica por parte dos grandes grupos económicos que aliás não escondem a sua garra às forças da esquerda».

Por iniciativa do PS, este projecto baixou à Comissão para apreciação na especialidade,

Emparcelamento

As explorações agrícolas com menos de 4 hectares que correspondem a cerca de 80 por cento das explorações, ocupam mais de 2 milhões de pessoas e representam menos de 15 por cento da superfície agrícola do continente. Nestes 15 por cento da superfície agrícola, geram-se 34 a 36 por cento do produto agrícola bruto.

Estes números chegam para conferir ao debate da proposta de lei do emparcelamento rural, discutida na passada sexta-feira, uma grande importância.

Como referiu o deputado comunista João Abrantes, «a amplitude dos problemas da nossa agricultura, o seu estado de subdesenvolvimento estão, pois, muito longe de resultar das deficiências estruturais do minifúndio». Prosseguiu aquele deputado, afirmando que «se as potencialidades dos recursos existentes ao nível dos restantes 85 por cento da superfície agrícola estivessem capazmente exploradas, teríamos por certo uma agricultura tão desenvolvida quanto a de outros países europeus».

Nesta medida, a proposta de lei do Governo é perfeitamente inaceitável. Em primeiro lugar porque, como disse João Abrantes, «pretende-se priorizar a acção a desenvolver sobre o minifúndio em termos de alterações estruturais que podem comportar um processo de rotura violenta do tecido sócio-estrutural e económico das populações rurais».

Esta proposta do Governo esconde, de facto, a intenção de, por via da selectividade das medidas de política que vêm sendo implantadas, concentrar a propriedade à custa da liquidação

das pequenas explorações agrícolas. Tal facto, como bem frizou João Abrantes, conjuga-se com «os programas de financiamento previstos para a agricultura, que privilegiam a concentração de capitais produtivos, em simultâneo com a marginalização das pequenas explorações».

Trata-se, no fundo, de mais um passo no sentido da satisfação subserviente dos interesses da CEE.

Esta proposta de lei do emparcelamento rural acabaria, contudo, por não ser votada na sessão desta terça-feira. Nessa sessão, entretanto, os deputados decidiram a baixa à Comissão de Direitos e Liberdades de um projecto do PSD que condiciona o exercício de propaganda política. Esta decisão deveu-se ao facto de aquela proposta apresentar disposições claramente inconstitucionais.

Poder Local

Eleições autárquicas

Cavalgando o velho estratagema de torcer os resultados eleitorais em direcção às conveniências políticas das forças no poder, a quase generalidade da comunicação social estatizada noticiou e comentou os 11 escrutínios autárquicos realizados no passado fim-de-semana sob uma espécie de silogismo que «filosofou» mais ou menos assim, nas suas patuscas premissas: **O PSD/PS ganhou tudo; a APU não é o PSD/PS, logo a APU não ganhou nada.** É o que se chama a quintessência da lógica batatolinal, certamente alinhada por uma outra premissa — a de que este «jardim à beira-mar plantado» não passa, afinal, de uma grandecíssima plantação de nabos...

Na verdade se a APU não é o PSD/PS (e o facto, no plano do trabalho autárquico, emerge com tal evidência que dispensa explicações), já não é correcto afirmar que o PSD/PS «ganhou tudo» nas eleições do passado domingo. Aliás não só não ganhou tudo, como perdeu muita coisa. Milhares de votos, por exemplo, e, atrás disso, prestígio, influência eleitoral... e lugares autárquicos. A favor da APU, que se teve perdas, averbou vitórias tão significativas que mobilizaram todos estes esforços para os anular perante a opinião pública.

Olhando as coisas de frente e começando pelo princípio, importa recordar os empenhos desenvolvidos pelos mesmos fazedores de notícias no sentido de demonstrar (e até «sondagens» se encomendaram) que a APU estava em queda livre nas autarquias (e não só, é claro), como reverso de uma outra realidade — o ascenso do PSD (e até do PS, dado que convinha não hostilizar o parceiro de aliança anticomunista, nomeadamente no Montijo). Isto em deliberado silenciamento dos factos que, ao longo do ano e em sucessivos actos eleitorais autárquicos, têm provado exactamente o contrário: o ascenso da APU, quer em zonas de influência tradicional (Almada é um exemplo recente), quer lá onde impera o caciquismo, a

Poder Local Democrático

Sexta-feira foi dia de comemoração na Assembleia da República. Assinalou-se o X aniversário das primeiras eleições gerais para as autarquias locais, realizadas a 12 de Dezembro de 1976. Motivo que justificava outra mais concreta atitude da parte do órgão de soberania a quem está reservada a competência para legislar sobre o Poder Local, que apenas só o discurso de circunstância.

Não obstante não se ter proporcionado o agendamento da discussão de matéria legislativa sobre o Poder Local — em particular o Estatuto do Eleito Local — o grupo parlamentar do PCP sublinhou a ocasião apresentando, por sua iniciativa, um Projecto de Lei Quadro das Empresas Públicas Municipais, Intermunicipais e Regionais que «procura definir o meio jurídico adequado a permitir aos municípios (e futuramente às regiões administrativas) disporem de um importante instrumento de gestão, permitindo-lhes uma maior eficácia, rigor e transparência no exercício das suas competências.» Saliente-se que a existência destas empresas públicas municipais está prevista desde 1977 mas a ausência de uma lei reguladora do seu funcionamento impediu, até ago-

ra, a sua constituição.

Na intervenção que proferiu em nome do grupo parlamentar do PCP, João Amaral, depois de assinalar que «os eleitos do Poder Local podem, com legítimo orgulho, afirmar que gerindo autonomamente recursos financeiros próprios, mudaram a face do país», referiu-se com mais detalhe aos impasses legislativos existentes e que tolhem o trabalho dos eleitos locais.

Neste particular, João Amaral saudou a aprovação da nova Lei das Finanças Locais, que assinala uma «inflexão» na atitude da AR relativamente ao Poder Local. «O divórcio entre a Assembleia da República e o Poder Local, vivido durante os anos do estrangulamento financeiro e da legislação inquinadora da autonomia autárquica, constituía uma perigosa prática, a resvalar para a degradação institucional do Poder Local, a minar-lhe os alicerces.»

No tocante à regionalização, João Amaral salientou o intenso e rico debate a decorrer em todo o país em torno do Projecto de Lei Quadro das Regiões Administrativas apresentado pelo grupo parlamentar do PCP. A propósito, a Comissão de Poder Local fixou já prazos imperativos

para a apresentação por outros partidos de projectos sobre a matéria (15 de Janeiro) e para aprovação pelas Assembleias Municipais dos respectivos pareceres (15 de Março). A partir dessa data, a AR pode decidir sobre esta matéria, encarando de frente esta que é já hoje uma questão de interesse nacional.

Na sua intervenção, o deputado comunista João Amaral lembrou que o PCP apresentou há meses na Mesa da AR um projecto de lei sobre a tutela administrativa, bem como um outro projecto de lei que abre a possibilidade, nas maiores freguesias, de os eleitos locais se poderem dedicar totalmente ao trabalho para que as populações os elegeram.

Realce, ainda, nesta sessão para a carta que Ramalho Eanes enviou a todos os partidos com assento parlamentar, manifestando a «disponibilidade do seu partido para serem criadas as condições para que o ano de 1987 possa vir a significar um marco decisivo da regionalização em Portugal», e para a intervenção de Raul Castro, em nome do MDP/CDE, que homenageou o trabalho dos que «logo a seguir ao 25 de Abril integraram as comissões administrativas».

Ganharam o quê?!...

autárquicas na freguesia-mãe (Águas Santas), enquanto o PS baixava 30% e o PPD 34%. Isto num quadro de elevada abstenção.

Só que no distrito do Porto não se realizaram eleições apenas numa freguesia, (a conquistada pela APU) mas em quatro. Nas três restantes (e nós não escamoteamos resultados), duas foram ganhas pelo PSD (Águas Santas e Rio Tinto) e a terceira pelo PS (Baguim). Significará isto, por si só, que a APU saiu derrotada e o PSD e PS confirmados como vencedores em ascensão? Ora observemos, também aqui, os resultados.

No conjunto das quatro freguesias a APU foi, apesar da abstenção, a única força política que aumentou o número absoluto de votos (passando de 5953 em Dez./86 para 6273, agora). Conforme refere o comunicado da DORP, emitido na noite do passado domingo, «a subida concreta e indiscutível da APU desmentiu, uma vez mais, todas as campanhas e pseudo-sondagens com que a direita e outros sectores procuram mistificar a opinião pública e mostrou a quebra de apoio do PSD, confirmando a necessidade da urgente demissão do Governo minoritário de Cavaco Silva». De facto o PPD perdeu, nas eleições do passado domingo, no distrito, um total de 4383 votos (passando de 13505 nas últimas eleições autárquicas para apenas 8922 agora). Também o PS sofreu uma quebra de 2602 votos (de 9275 votos ficou agora com apenas 6673 votos).

E a realidade continua a ser outra quanto aos resultados do Montijo, embora não fuja ao facto de a coligação PS/PSD haver conquistado quatro das cinco freguesias em disputa e uma lista de cidadãos eleitores, publica-

mente conotada com o PS, haver arrebatado a 5.ª à APU por uma escassa margem de votos. Na verdade se tais vitórias corresponderam, naturalmente, à derrota das perspectivas da APU em retomar, já e passado apenas um ano, a posição majoritária que sempre deteve (e continua a deter) no concelho do Montijo, não traduzem, por outro lado, qualquer reforço na zona da aliança espúria coreográfica há um ano pelo PS e o PSD com o exclusivo objectivo de derrubar a APU. No meio da forte abstenção do eleitorado e da desenfreada demagogia governamental que mobilizou o próprio Cavaco Silva numa deslocação eleitoral ao município, os resultados do passado domingo no Montijo voltaram a confirmar que a APU continua a ser, de longe, a força majoritária do concelho e que a precária aliança PS/PSD continua a ser uma fragilidade com derrocada a prazo.

Como nota final repesquemos, com alguma bonomia, algo que a comunicação social havia agitado antes das eleições de domingo passado e que, curiosamente, «deixou cair mal» se souberam os resultados. Referimo-nos à definição da freguesia de Rio Tinto, no Porto, como uma autarquia/tipo quanto a projecções eleitorais como significado nacional. Diz-se então (e a televisão foi um dos ansiosos arautos) que de Rio Tinto poderia sair uma avaliação mais ou menos rigorosa sobre a actual influência eleitoral das diversas forças políticas no País. Ora os resultados deram à APU 24% dos votos expressos, 28% ao PS e 38% ao PSD...

«Significado nacional»? Livra! A ser assim, com uma boa campanha eleitoral a «APU em queda» ainda se arrisca a arrancar uns trinta e tal por cento numa próxima virada!

PCP

Concelho de Guimarães O trabalho nas freguesias debatido em Assembleia

A constituição de comissões de zona em **Moreira de Cónegos, Pevidém, Taipas e Cidade** e de 32 comissões de freguesia contam-se entre os objectivos dos comunistas do concelho de Guimarães, que estiveram reunidos no passado dia 7 na sua 2.ª Assembleia da Organização.

Participada por 90 camaradas, a Assembleia funcionou em sessão plenária e em duas secções: uma sobre a interven-

ção dos comunistas e activistas autárquicos no Poder Local e outra sobre o trabalho do Partido nas freguesias e o papel das comissões de freguesia do PCP.

A nova Comissão Concelhia, eleita na 2.ª Assembleia, segundo o documento-base (relatório e perspectivas de trabalho futuro), «deve assegurar e responsabilizar-se», no âmbito do trabalho de direcção que lhe cabe até à próxima Assembleia, pela

ligação e direcção das mais importantes organizações de freguesia do Partido no concelho; pela direcção das mais importantes frentes de trabalho de âmbito local (autarquias, associativismo, etc.), pela orientação de algumas direcções de trabalho específicas (fundos, propaganda, comissões de sede, etc.).

Participou nos trabalhos da 2.ª Assembleia o camarada **António Lopes**, da Comissão Política do PCP.

Moreira de Cónegos

Aspectos da vida interna do Partido como a estruturação, recrutamento, imprensa, cartões, fundos e formação de quadros partidários, que intervieram no debate e colocaram diversas questões relativas ao escoamento dos produtos e à falta de diálogo por parte dos serviços do MAFA na região.

No decorrer dos trabalhos os camaradas sublinharam o empenhamento da organização para abrir um Centro do PCP em Moreira de Cónegos. Nove camaradas constituíram a nova Comissão de Freguesia do Partido, eleita na Assembleia.

Iniciativa do PCP

Encontro de agricultores do distrito de Portalegre

• A CEE e os financiamentos...

A Comissão Distrital de Portalegre do PCP realizou no último sábado, na Casa do Povo de Campo Maior, um Encontro de agricultores, rendeiros e seareiros.

Participaram cerca de uma centena de agricultores de todo o distrito, membros do Secretariado da Comissão Distrital do Partido, Diamantino Dias, do CC, Álvaro Brasileiro, deputado comunista e vice-presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia da República, e outros camaradas ligados ao sector, como o engenheiro técnico agrário, Joaquim Manuel.

Saliente-se ainda a participação de pessoas de outras forças partidárias, que intervieram no debate e colocaram diversas questões relativas ao escoamento dos produtos e à falta de diálogo por parte dos serviços do MAFA na região.

No Encontro foi chamada a atenção para os graves problemas que já se colocam aos agricultores com a entrada de Portugal na CEE, tendo-se referido como exemplos os casos do tomate e do arroz.

A nós não nos restam dúvidas que há muita gente do partido do Governo a abotoar-se em seu proveito próprio com milhares de contos da CEE.

Pelo que se conhece, os financiamentos destinados a apoiar o investimento nas áreas de transformação, acondicionamento e comercialização de produtos agrícolas foram preenchidos pelos senhores das grandes empresas agrícolas capitalistas ou pelos grandes grupos dos supermercados.

Os financiamentos destinados a apoiar o investimento nas explorações agrícolas não terão, ao que se conhece, aplicação prática este ano e serão no futuro condicionadas pelos excedentes da CEE. Isto significa, tal como aconteceu este ano com o tomate, em que 40% da produção nacional apodreceu por falta de escoamento e provocou situações dramáticas para milhares de agricultores, que vão ser criadas ainda muito maiores limitações à produção nacional.

A imposição da compra de cereais à CEE mais caros cerca de 12% no primeiro seme-



Os problemas mais salientes da agricultura no distrito de Portalegre estiveram em debate numa interessante iniciativa da Comissão Distrital do PCP

tre de 1986 do que os de países não membros da CEE, traduz-se num prejuízo para a economia nacional.

A abertura de contingentes à importação de produtos agrícolas — sobretudo espanhóis — veio agravar a situação de muitos produtores. Os nossos mercados estão hoje inundados de todo o tipo de produtos espanhóis.

A proibição pela CEE da ex-

portação de carne de porco por Portugal alegando a existência da peste suína, ao mesmo tempo que a permitiu em situações idênticas à Bélgica e Holanda, comprova a existência de inadmissíveis discriminações.

A diferença entre os preços dos factores de produção e os preços dos produtos agrícolas tende a agravar-se em prejuízo da agricultura.

Porto

Em 18 de Janeiro a 1.ª Assembleia do Sector Intelectual

Já está em distribuição o projecto do documento da 1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto, do PCP, que decorrerá em 18 de Janeiro. A marcação de reuniões para debater e enriquecer aquele material, eleger os delegados e concretizar vários aspectos relacionados com a Assembleia será agora uma etapa fundamental do trabalho preparatório.

Problemas sociais, profissionais e políticos, bem como aspectos de ordem ideológica, que

se colocam aos intelectuais do distrito, e questões relativas ao seu movimento e intervenção, serão tratados na Assembleia, a realizar na Faculdade de Economia da cidade do Porto.

Outros temas em perspectiva para uma análise cuidada nesta iniciativa são as consequências da política de direita no sector, a política democrática alternativa, o balanço crítico da actividade desenvolvida pelo Sector Intelectual e as linhas de orientação e de trabalho para os intelectuais comunistas.

Entrega de cartões — o exemplo de Valongo

Os cartões do Partido para 1986/87 foram já entregues a 67% dos militantes organizados no concelho de Valongo (Porto).

Desde o início de Março, terminadas que estavam as campanhas eleitorais, começou a dar-se grande atenção à entrega dos cartões e à cobrança das quotas, acompanhando as preocupações da Comissão de Organização e da DORP e até porque, em relação aos anos anteriores, estava a verificar-se algum atraso nesta tarefa.

Entendeu-se também que a entrega dos cartões e o seu controlo através de uma ficha específica da Secretaria de Organização da DORP responsabilizava mais os camaradas a quem estava cometida a tarefa e os que recebiam o cartão, aproximava os organismos de direcção e os militantes, proporcionando um

melhor conhecimento da situação real e também a discussão sobre o aumento do valor das quotizações.

O controlo quinzenal pela Secretaria de Organização da DORP e a concretização desse controlo na organização concelhia através de canais que não os camaradas responsáveis pelas organizações (muitas vezes mais envolvidas noutras tarefas) permitiram que se avançasse mais.

Por outro lado, a realização de uma «Campanha da Quota» em Ermezinde e de duas assembleias de organização (Campo e Ermezinde), a dedicação e o empenho de alguns camaradas mais ligados a esta tarefa foram contributos importantes para que a Organização ficasse mais próxima do objectivo «A cada militante o seu cartão».

Conclusões da DORSA

No distrito de Santarém um grande número de pequenas e médias empresas já encerraram (Moall, Interagro, Vieira da Cruz, Avilima, Sardan, Branco Silva & Simões, etc) e muitas outras estão em situação difícil, particularmente no sector metalúrgico (MDF, VM, SIC), alimentar (Compal, Unital) e na construção civil (Urbetal, Ducano, etc). Hoje estão em vias de desaparecimento várias unidades industriais de grande importância

a nível local e regional — revela a Direcção Regional de Santarém (DORSA) do PCP.

Reunida há dias na vila de Alparça, a DORSA do PCP apreendeu a situação económica, social e política e definiu as principais tarefas do Partido no distrito para o 1.º semestre de 1987. Na nossa próxima edição, contamos dar um apontamento desenvolvido com as conclusões da reunião.

Camaradas Falecidos

Joaquim António Sargaço

Com 37 anos, faleceu recentemente o nosso camarada Joaquim António Sino Sargaço, membro da Comissão Concelhia do Alvão, do PCP. Pertencia aos Bombeiros Voluntários e aos corpos gerentes da Associação Desportiva e Recreativa do Alvão.

José Belo Roberto

Residente no Alto dos Arcos, na freguesia da Parede, concelho de Cascais, faleceu há dias o militante comunista José Belo Roberto, de 46 anos, membro da célula do Partido no Murtal. Operário, o nosso camarada integrava o Rancho Folclórico da Sociedade 1.º de Maio, de Tires.

José Neto Paiva

Natural de Manteigas e residente em Sta. Marinha do Zêzere, faleceu o camarada José Neto Paiva, vítima de acidente de viação. Antifascista de longa data, José Neto Paiva, de 76 anos, conheceu as masmorras do fascismo, nomeadamente a cadeia-fortaleza de Angra do Heroísmo, para onde foi enviado nos anos trinta. Neto Paiva, cujo funeral se realizou para o cemitério de Benfica, em Lisboa, foi um dos fundadores da Organização Revolucionária da Armada (ORA).

Aos familiares, amigos e companheiros das militantes comunistas desaparecidos, o colectivo do Avante! manifesta o seu profundo pesar.



O Centro de Trabalho do PCP em Alfama acolheu no último domingo a 4.ª Assembleia da Organização dos trabalhadores comunistas da Função Pública, da ORL do Partido. «Dinamizar a organização, participar mais, intervir melhor» foi o lema que presidiu aos trabalhos. Cerca de 200 pessoas, entre delegados (54% dos quais mulheres) e convidados, participaram na iniciativa.

Durante a Assembleia foi aprovada uma resolução política que traça perspectivas para o reforço da organização e também para o trabalho de massas. Moções de solidariedade com a Reforma Agrária e os trabalhadores em luta foram aprovadas pelos participantes.

A 4.ª Assembleia, como lhe competia, elegeu o novo organismo de direcção, constituído por 43 elementos (47% são mulheres).

O retrato da situação na administração central, questões da vida partidária e as metas de trabalho para o reforço da ligação aos trabalhadores e às massas foram temas abordados no decorrer da Assembleia, cuja intervenção de encerramento coube ao camarada **Blancul Teixeira**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. O significado da Assembleia e a actualidade política foram pontos salientes da intervenção do dirigente comunista.

Uma mensagem de Seia Podíamos todos comprar o Avante!

No âmbito da actividade do Partido, a nossa imprensa, a começar naturalmente por este jornal, merece referências na documentação e nas intervenções das Assembleias do Partido, aos mais diversos níveis. Numa altura em que se denota em todo o País um reforço assinalável do trabalho organizativo é oportuno chamar a atenção para essa realidade, o que faremos com regularidade nas próximas edições.

Por hoje, em jeito de «arranque», deixamos aqui à apreciação dos nossos leitores algumas passagens de uma intervenção feita por um dos delegados à 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Seia, recentemente efectuada. São palavras que muito podem interessar a quem se preocupa com a situação política?

«O nosso Avante!, para além do seu editorial que semanal-

pela divulgação da imprensa do Partido no concelho de Seia. A caminhada tem sido longa e difícil. Há 6 anos que cumprio com esta tarefa. Tem sido através de muitos sacrifícios que ando nesta luta e tenho aguentado pelo muito amor que tenho ao nosso Partido.

«Já muito se avançou, se nos lembrarmos que em 1981 eram distribuídos em Seia 10 Avantes! e hoje já se vendem cerca de 40, e com boas perspectivas de alargamento. Quanto ao «Militante», passámos de 4 para 16.

«Temos que divulgar a venda do Avante! no nosso concelho. Há camaradas, mesmo aqui em Seia, que não lêem o Avante! Como é que esses camaradas querem estar informados da situação política?

«Estou aqui como responsável

mente nos faz o ponto da situação, é um grande jornal de informação para todos os trabalhadores.

«Com os órgãos de informação, manipulados pelo Governo, torna-se mais do que nunca necessário que todos os trabalhadores leiam o Avante!

«Nós sabemos que a vida está muito difícil. Sabemos que não podemos comprar os jornais todos os dias porque não ganhamos para isso. Então a única alternativa é comprar o Avante!, que é um jornal semanal de grande informação.

«Se cada membro do Partido comprar semanalmente o Avante!, só ganha com isso. Com um bocadinho de boa vontade podíamos comprar todos o Avante!, Creio, camaradas, que era um passo muito importante.»



Delegação de estudo do PC da Checoslováquia

A convite do Comité Central do PCP deslocou-se a Portugal uma delegação de estudo do Partido Comunista da Checoslováquia dirigida por **Joseph Havlin**, secretário do Comité Central do PCCh. A delegação foi recebida no CC do PCP por **Jorge Araújo**, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, **Aurélio Santos**, do CC, e **Domingos Lopes**, membro suplente do CC. A delegação do PCCh teve oportunidade de conhecer actividades do PCP no domínio cultural e visitou os distritos de Lisboa, Porto, Coimbra e Setúbal, tendo mantido contactos com instituições e personalidades da vida cultural portuguesa. A visita insere-se no quadro das tradicionais relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCCh.

AVEIRO 600 mil contos de salários em atraso e um OE adverso ao distrito

Mantém-se a política de agravamento da situação económica, social e política, geradora de tensões e luta das diversas camadas laboriosas — refere a Comissão Distrital de Aveiro do PCP na resolução que divulgou sobre a situação social e política que ali se vive.

«Aumentam os salários em atraso, atingindo cerca de 600 mil contos a dívida conhecida, o que tem vindo a originar lutas sucessivas em diversas empresas, das quais destacamos a **Metalurgia Casal** em Aveiro e a **Manuel Lima** em Lourosa. O desemprego, os despedimentos e a instabilidade de emprego sucedem-se. Exemplos recentes: a **téxtil Abel Araújo Malheiro**, em Oia, onde 48 trabalhadores, vítimas de «lock-out», ocuparam as instalações defendendo os seus direitos, e ainda a situação na **Quimigal**, na **Nova Vouga**, na **Oliva** e em muitas empresas do distrito.» Na ponta final de 1986 e descendo à realidade que a política de demagogia tenta disfarçar todos os dias na Comunicação Social que controla, a verdadeira situação no distrito de Aveiro (19 concelhos, 207 freguesias, cerca de 260 mil pessoas na população activa) foi caracterizada pela Comissão Distrital do Partido, numa reunião em que também aprovou o Plano de Actividades para 1987.

Salientando que «o trabalho precário e o trabalho infantil aumentam de forma preocupante, particularmente nos sectores corticeiro, de calçado e têxtil», a Comissão Distrital do PCP revela que «os contratos a prazo e as horas extras (estas muitas vezes pagas a singleto ou em espécie) são recurso permanente e abusivo do patronato».

Na resolução que aprovou sobre a situação social e política no distrito, a CD do Partido aponta «a frente cada vez mais alargada de problemas» com

tário e a posição da Distrital de Aveiro do PCP:

«É sintomático o facto de o Governo, para além de não ter utilizado 14 milhões de contos das verbas atribuídas no Orçamento de 1986 para a rubrica de desemprego e salários em atraso, apesar de ser precisamente este um dos problemas sociais mais gritantes a nível nacional, com elevada expressão no distrito, ter também agora na proposta de Orçamento para 1987 diminuído as verbas para esse fim. E ainda que a oposição tenha reforçado tal rubrica em dois milhões de contos, tendo em vista o cumprimento da lei dos salários em atraso a que o Governo está obrigado para o ano de 1987, a verdade é que o Orçamento de Estado distribui verbas de costas viradas para os grandes problemas dos trabalhadores, como é o caso dos salários em atraso.

A demagogia do Governo difundida por todos os meios de comunicação social, não teve qualquer correspondência ao nível da proposta de Orçamento de Estado, e foi a votação convergente da oposição que permi-

que deparam os agricultores, os regulamentos e interdições que prejudicam os pescadores e particularmente os da pesca artesanal, as consequências desastrosas da adesão à CEE (exemplificando com os fundos comunitários do FEDER junto das autarquias), o não cumprimento da Lei das Finanças Locais, e o Orçamento do Estado e os seus reflexos no distrito.

De costas viradas

Quanto a este último aspecto, vejamos em pormenor o comen-



Aveiro: o retrato da situação no distrito é feito na resolução aprovada pela CD do Partido

tiu que, por exemplo, as pensões mínimas aumentem na mesma proporção dos eventuais aumentos do salário mínimo.

E acrescenta a CDA:

«Também importantes projectos regionais de investimento da administração central (PIDAC), para o distrito de Aveiro, são esquecidos no Orçamento de Estado aprovado. Uma ou outra reivindicação agora contemplada no PIDAC viram verbas tão ridículas, que é justo pensar que o que se pretende é calar a voz e domesticar o protesto popular. É o que acontece com o velho projecto da instalação do Hospital da Feira, para o qual é prevista a irrisória verba de cinco mil contos.»

PCP

30 mil contos para as obras no Vitória



Vitória!

Imaginação, esforço, entusiasmo e arrojo nos próximos 180 dias de campanha

Recolher até Maio de 1987 30 mil contos para responder aos pesados encargos das obras de restauro e melhoramentos no Centro Vitória é o objectivo da campanha de fundos que agora começou na Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, e para a qual estão já programadas diferentes iniciativas nos concelhos e sectores.

Num espaço de cerca de dois anos esta é a segunda campanha dedicada ao conhecido Centro de Trabalho do Partido em Lisboa. A explicação é dada na carta que a DORL está a dirigir a camaradas e amigos:

«Há cerca de dois anos dirigimos-te um apelo especial pedindo a tua participação na campanha para a compra do edifício. Nessa altura levámos por diante uma

campanha cujo objectivo inicial foi o de angariar os 60 mil contos necessários para essa compra. Um segundo objectivo apontado já no decorrer da campanha foi o de conseguir o dinheiro suficiente para procedermos às obras de restauro do edifício. O primeiro destes objectivos foi totalmente alcançado; ficámos, no entanto, bastante aquém do previsto no que respeita ao segundo».

A DORL lembra que a receita bruta da campanha foi então de 78 mil contos, a que se deduziram 4 mil de despesas com a própria campanha e os 60 mil para a compra do edifício. Sobraram 14 mil contos, «verba esta que vai ser quase inteiramente absorvida com as obras do exterior já em curso».

Mas as coisas não ficam por aqui. «Para tornar o Vitória mais funcional e poder corresponder ao intenso trabalho que ali realizamos (milhares de reuniões, colóquios e convívios todos os anos), consideramos indispensável promover obras de beneficiação que calculamos venham a atingir mais

de 30 mil contos». A título de exemplo, a DORL revela que só a substituição dos elevadores e das instalações eléctricas ronda os 15 a 20 mil contos!

Por tudo isto se impõe a campanha que agora arranca e que certamente encontrará a solidariedade e a compreensão dos militantes comunistas e também de muitos democratas que vêem no PCP uma força fundamental para a vida democrática da sociedade portuguesa.

Até Maio de 1987

Na carta a que já aludimos a DORL do PCP refere a dado passo:

«Todos sabemos as enormes dificuldades que os trabalhadores e outras camadas sociais do distrito sentem como consequência da política de direita que há quase 11 anos tem vindo a ser aplicada. Todos sabemos, também, que na luta travada contra essa política e em defesa dos interesses do povo e do País, o PCP teve, tem e terá um papel decisivo e insubstituível. Todos sabemos, ainda, que os trabalhadores são a base fundamental de apoio da actividade do PCP e seu sustentáculo essencial no plano financeiro».

E é por estas razões que «apelamos à tua participação na campanha dos 30 mil contos que, até finais de Maio de 1987, vai exigir a todos nós grandes esforços (...) Com a participação activa e entusiástica de todos nós, militantes e amigos do Partido, venceremos».

Para além de iniciativas e materiais coordenados pela comis-

são responsável da campanha, a dinâmica desta nova tarefa dos comunistas da ORL viverá das iniciativas que as organizações do Partido venham a realizar até Maio. Entre outras estão programadas um espectáculo, feira do livro e do disco, feira do artesanato, excursão à Reforma Agrária, concurso de pesca desportiva, almoço de confraternização de âmbito distrital, garralada e uma feira da ladra.

As metas das organizações já

estão definidas. E esta é sem dúvida uma boa quadra do ano para avançar nos contactos e abordagens e na promoção de iniciativas de convívio.

Pela sua parte, o «Avante!» acompanhará com a máxima regularidade possível esta campanha distrital, levando aos nossos leitores a informação mais completa sobre o desenrolar da importante iniciativa dos comunistas da ORL.



A compra do Vitória e a campanha que a possibilitou constituíram um importante sucesso da ORL do PCP e demonstraram a profunda ligação do Partido aos trabalhadores e ao povo do distrito (na foto: o encerramento da campanha dos 60 mil, frente ao Vitória, na noite de 24 de Abril de 1985)



Tornar o Vitória um Centro de Trabalho mais apto para o desenvolvimento da acção do Partido no distrito, um CT à altura da importância e das responsabilidades da ORL do PCP, é objectivo da campanha agora iniciada: 30 mil contos para as obras de melhoramento e restauro de um edifício classificado como imóvel de interesse público



Há quem não se conforme com a ideia de que este edifício é um Centro de Trabalho do PCP, ao serviço da luta dos trabalhadores e da democracia portuguesa. Ainda recentemente, a pretexto do início das obras de restauro da frontaria do edifício, iniciadas em Agosto passado, forjaram uma série de mentiras para concluírem, falsamente como a DORL demonstrou, que as referidas obras eram «ilegais»...

Comunistas de Vila Viçosa melhor preparados para as tarefas do presente e do futuro

«Com o PCP, reforçar Abril, construir a Paz» foi o lema da 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do Partido Comunista Português de Vila Viçosa. Realizada no passado dia 29 no cinema da vila, com a participação de 80 delegados e 40 convidados, entre os quais democratas amigos do Partido, esta Assembleia foi ao encontro de quatro objectivos essenciais, assim definidos no documento-base aprovado:

- Prestou contas do trabalho desenvolvido no concelho nos últimos anos;
- Definiu e orientou o Partido para o trabalho futuro, tendo em vista o reforço da organização, a sua ligação às massas e o melhor enquadramento das várias frentes de acção unitária;
- Elegeram a Comissão Concelhia, órgão que dirigirá a actividade do Partido neste concelho alentejano até à realização da próxima Assembleia;
- Proporcionou um conhecimento mais profundo e objectivo da realidade socioeconómica e política do concelho de Vila Viçosa, que «faz parte da mais im-

portante zona de extracção de mármore do País».

Depois de um primeiro capítulo em que aborda a importância e objectivos da Assembleia da Organização, o documento-base avança em seguida a caracterização do concelho (demografia, actividades económicas, educação, cultura, desporto e tempos livres, saúde, habitação e urbanismo, saneamento e salubridade, protecção civil, comunicações e transportes, defesa do meio ambiente, caracterização política) e logo de seguida um outro contendo as propostas dos comunistas para o desenvolvimento geral do concelho. As preocupações e tarefas para o reforço do Partido são temas em foco na parte final do documento. A título de exemplo, a Assembleia apontou o esforço e o empenhamento de um camarada da organização que num só mês recrutou para o Partido 27 novos

militantes.

A nova Comissão Concelhia do PCP é um organismo com predominância de quadros jovens. A média de idades fica pelos 32 anos. A CC saiu da Assembleia com a responsabilidade de ser o organismo responsável e dinamizador da vida do Partido no concelho, que é constituído por cinco freguesias: Conceição e S. Bartolomeu (urbanas), Bencatel, Cíldadas e Pardais (rurais), abrangendo uma área total de 19 km².

A situação política e a acção do Partido foram questões analisadas na intervenção de encerramento da Assembleia, por intermédio do camarada **Diamantino Dias**, membro do Comité Central, que chamou a atenção para a necessidade de um verdadeiro entendimento das forças democráticas para a substituição do Governo minoritário do PSD de Cavaco Silva.



1.ª Assembleia de Organização do PCP de Vila Viçosa

PCP

Carlos Brito no comício de inauguração do novo CT do Partido em Algés:

Os recentes aumentos de preços são um emblema da política de Cavaco

«Enquanto os outros partidos democráticos continuam tolhidos pela teia das suas hesitações, indefinições e indecisões, o PCP passa abertamente ao ataque, tanto na luta pela demissão do Governo da direita, como na resposta aos problemas nacionais, como na sua própria vida interna. O reforço do PCP apresenta-se assim, claramente, como a via segura para a alternativa e para a viragem democrática que a situação nacional reclama».

As palavras com que abrimos este apontamento são do camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e presidente da bancada comunista na Assembleia da República, e foram proferidas no último domingo durante um comício integrado na jornada festiva da inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Algés, no concelho de Oeiras.

Depois de referir que a demissão e substituição do Governo de direita e a questão da alternativa democrática estão na ordem do dia e passam a ser questão central do debate democrático, o dirigente comunista, que antes do comício já tinha visitado o novo Centro do Partido, condenou vigorosamente a política do Governo e os aumentos de preços decretados, afirmando a dado passo:

«O recente aumento dos preços tem um significado emblemático da política antipopular do Governo do PSD ao atingir precisamente o pão e o leite e os transportes colectivos que tanto pesam nos orçamentos das famílias trabalhadoras.»

«É preciso lembrar que a Assembleia da República introduziu uma dotação no Orçamento suplementar de Julho para que o Governo pudesse proceder à baixa do preço do leite. O Governo não respeitou essa verba, não baixou e agora aumenta-o sem qualquer justificação.»

«É preciso lembrar também que há meses atrás o Primeiro-Ministro se opunha a que baixassem os preços dos combustíveis com a alegação demagógica de que isso só iria beneficiar os privilegiados. Agora aumenta os preços dos transportes colectivos que só vão agravar as condições de vida dos que não são privilegiados.»

Resultados positivos da convergência

Noutra passagem da sua intervenção no comício realizado no Sport Algés e Dafundo, Carlos Brito lembrou que «o PCP tem privilegiado o diálogo franco com os outros partidos da oposição democrática e tem valorizado a convergência democrática na AR, nas autarquias e nos diferentes aspectos da vida política nacional».

E acrescentou o deputado comunista:

«Através da convergência foi possível, particularmente na Assembleia da República, derrotar ou adiar iniciativas e propostas de lei especialmente perigosas apresentadas pelo Governo e fazer aprovar medidas positivas, designadamente de alteração aos orçamentos.»

comunicação social que o Governo quer liquidar».

Alterar a política implica substituir o Governo

Concluindo que «são largamente positivos estes como outros resultados da convergência democrática», Carlos Brito sublinhou desde logo que isso não chega... E explicou:

«O Governo tem no nosso sistema institucional larguíssimos poderes. É ao Governo que compete conduzir a política geral do País e é ele também o órgão superior da administração pública. Acresce que o actual Governo de direita, sendo embora minoritário, não se limita às suas competências, pois procura alargar os seus poderes através da repressão e do fortalecimento do aparelho de segurança, invade e desrespeita as competências da Assembleia e não acata as decisões dos tribunais.»

«É um Governo de confrontação e rebelião institucional, como o mostra mais uma vez a recente comunicação do Primeiro-Ministro. Isto só tem sido possível, até agora, pelas hesitações do PS e do PRD e pela falta de coragem política destes dois partidos para encararem de frente a necessidade de demissão e substituição do Governo de Cavaco Silva.»

«Não há nenhuma possibilidade de mudar a política sem se demitir e substituir o Governo. A convergência democrática só atingirá pequenos e inseguros resultados se se limitar a uma



Carlos Brito no Sport Algés e Dafundo: «Ao contrário do que pretende fazer crer, Cavaco Silva está agarrado ao poder como uma ostra à rocha, como uma vez mais ficou provado com a sua comunicação ao País na passada sexta-feira»

convergência pontual. A convergência democrática capaz de operar uma viragem na vida política nacional tem que ter por centro e objectivo uma alternativa democrática.»

«O PCP lamenta que o PRD, alegando que não há uma alternativa visível, tenha permitido a passagem do Orçamento do Estado com o que contribuiu para adiar a queda do Governo.»

«O PCP lamenta que o PS fuja a encarar de frente as suas responsabilidades na construção de uma alternativa democrática com o que contribui para tornar possível a continuação do gover-

no e as suas desastrosas consequências em todas as áreas da vida nacional.

«A insistência do PS em querer arvorar-se sozinho em alternativa ou mais rigorosamente em partido de alternância com a direita são perigosos caminhos já trilhados no passado pelo PS e com as consequências que não só o PS está a pagar, que estão a ser pagas por todos nós e pelo País.»

«Os resultados imediatos não são brilhantes. O acordo de cavalheiros proposto por Vítor Constâncio a Cavaco Silva e a que este nem se digna respon-

der não aponta de maneira nenhuma para a «derrota da direita», de que fala o secretário-geral do PS mas para a sua conservação no Poder. Da chamada «Convenção da Esquerda Democrática» já se diz que a montanha pariu um rato. Não teve repercussão séria na vida nacional. Não trouxe novidades nem na análise, nem nas propostas, nem nas conclusões. Insistiu no anticomunismo. Em breve esquecerá. Foi um episódio interno da área do PS e que alguns dirigentes deste partido querem traduzir em novos recrutamentos, mais nada» (...)

Bancas de Natal e festas de fim de ano



Na última edição do «Avante!» falamos das bancas de Natal que estão a funcionar em numerosos Centros de Trabalho do PCP em todo o País. E de algumas até avançamos pormenores de interesse: Santarém, Tomar, Alpiarça, Amadora, Lisboa (Vitória, Alcântara, Santos, Lumiar), Coimbra, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure, Faro, Olhão, Lagos, Porto (Boavista), Gaia e S. Mamede. Por agora acrescentamos à lista as bancas dos Centros de Trabalho de Braga e Viana do Castelo. Segundo nos informa a DORM do PCP, brinquedos, livros, filigranas, linhos, tapeçarias, cestaria, madeiras, artesanato, peles e couros, bebidas, frutas secas e... bacalhau são alguns dos artigos que se encontram na banca do CT de Braga. Uma palavra também, «cá» mais abaixo, na região de Lisboa, para o CT de Moscavide, onde a banca natalícia funciona das 20 às 23 horas, todos os dias

Três espaços de animação e convívio em simultâneo — discoteca, estúdio de cinema e café-concerto — são argumentos de peso para a participação na grande festa de fim-de-ano que o Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP organiza pelo terceiro ano consecutivo na Voz do Operário. Na próxima edição do «Avante!» daremos todos os pormenores desta iniciativa, que decorrerá entre as 22 horas e as 5 da manhã... do 1.º dia de 1987.

No Porto, o CT da Boavista vai receber na última noite de 1986 uma festa de fim de ano em cheio. A iniciativa é do Comité Local do Porto e incluirá uma «grande discoteca»!



COMPRA JÁ O TEU CONVITE
RESERVA JÁ A TUA MESA
BAILE
ESPECTÁCULO
CEIA E....
MUITAS SURPRESAS!!!!!!



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PCP

Alenquer 3.^a Assembleia concelhia

Conhecer e desenvolver as potencialidades da organização

A realidade social, económica e cultural do concelho de Alenquer, onde hoje vivem mais de 34 500 pessoas, distribuídas por 15 freguesias e mais de 150 lugares, abrangendo uma área total de 302,2 km², foi um dos temas em análise e debate durante a 3.^a Assembleia da Organização Concelhia do PCP, reunida no passado dia 7 no pavilhão do Sporting Clube local.

Como se lê no primeiro parágrafo do relatório de actividades, aprovado pelos cerca de 90 delegados presentes, «prestando contas do trabalho desenvolvido desde a 2.^a Assembleia (22 de Fevereiro de 1981) até à presente data e apreciando os seus aspectos negativos e positivos, é nossa tarefa definir a situação actual, apontar orientações para o trabalho futuro e eleger a Comissão Concelhia».

Realizada entre as 10 e as 18 horas, a Assembleia proporcionou também um melhor conhecimento da actividade, do funcionamento e das potencialidades da organização partidária neste

concelho do norte do distrito de Lisboa e uma definição das linhas prioritárias de trabalho dos militantes.

Trazer mais gente ao Partido, num esforço de recrutamento a orientar durante 1987, essencialmente para os jovens, mulheres e camponeses; criar um organismo para o acompanhamento das células de empresa e reforçar a sua ligação aos trabalhadores; pôr a funcionar o organismo do Partido para o trabalho camponês e promover debates, sessões e reuniões para o esclarecimento das consequências da integração na CEE — são objectivos definidos pela Assembleia,

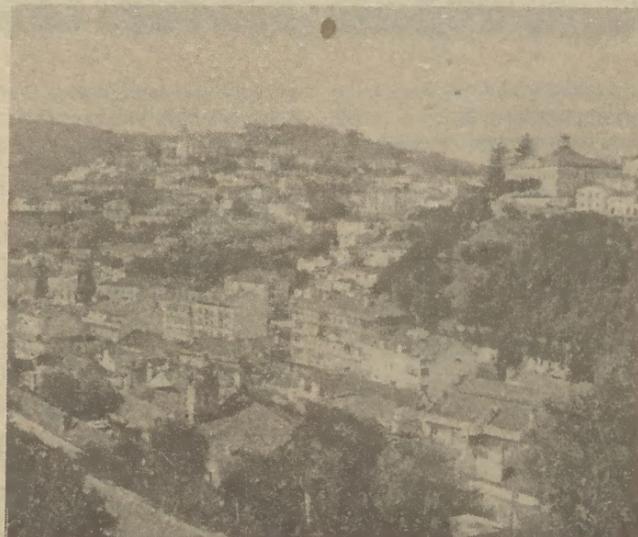
que apontou a necessidade de manter e reforçar o funcionamento da comissão de autarquias, «melhorando a sua acção».

Vejamos outras decisões tomadas pelo órgão máximo dos comunistas do concelho de Alenquer:

- Aprofundar a ligação e a atenção à juventude; melhorar as receitas do Partido e o recebimento das quotizações; criar uma comissão de fundos e controlo financeiro; promover mais iniciativas no concelho; defender e conservar o património do Partido.

A nova Comissão Concelhia

Por unanimidade, foi eleita a Comissão Concelhia do PCP, constituída por 27 elementos, registando-se apenas a presença de duas camaradas.



Em 1986, num levantamento feito por ocasião da 2.^a Assembleia da Organização, 12 das principais empresas do concelho empregavam 2210 trabalhadores. Hoje, essas mesmas empresas empregam apenas 1447 trabalhadores, dos quais cerca de 400 com salários em atraso e encontrando-se duas delas encerradas: a «Brilhaves» e a «Marblarte»

No decorrer dos trabalhos foram recebidas várias saudações enviadas por organizações concelhias e de freguesia, tendo sido aprovadas três moções: de apoio à Reforma Agrária, de solidariedade com o povo do Chile e outra de solidariedade aos trabalhadores do concelho de Alenquer com salários em atraso ou vítimas de outras situações ilegais e repressivas.

Participaram na Assembleia, a que assistiram várias dezenas de convidados, os camaradas da direcção do Partido José Casanova, membro da Comissão Política, e Hipólito Santos, do CC, da DORL e responsável pelos organismos dos concelhos do norte.

A importância da Assembleia e a actual situação política foram temas salientes na intervenção de encerramento, proferida por José Casanova.

Célula da CM da Amadora

Trabalhadores comunistas reunidos na 1.^a Assembleia

A 1.^a Assembleia da célula dos trabalhadores comunistas da Câmara Municipal da Amadora, realizada no passado dia 6, resultou de um esforçado trabalho que conduziu a um significativo fortalecimento da organização da célula e ao aumento da actividade e influência das organizações unitárias dos trabalhadores, com contributo dos comunistas.

A Assembleia, largamente participada, decorreu no refeitório do edifício da CMA. Nos trabalhos participou o camarada **Euclides Pereira**, membro do Comité Central e da DORL, e como convidados estiveram presentes os eleitos comunistas da Câmara.

Cerca de vinte intervenções antecederam a aprovação, por unanimidade, do documento-base apresentado à Assembleia, que incluiu diversas alterações propostas durante os trabalhos.

O PCP e a unidade

«O papel e a importância da organização do Partido na Autarquia» é o título do primeiro capítulo do documento, onde se afirma nomeadamente: «**Nas últimas eleições a APU conquistou a maioria absoluta. Este facto, se por um lado veio criar condições mais favoráveis à melhoria do nosso trabalho, veio por outro lado trazer responsabilidades acrescidas quer para nós, trabalhadores comunistas, quer para os nossos eleitos. A maioria absoluta significativa que o nosso trabalho e o nosso comportamento são acompanhados com atenção ainda maior tanto fora como dentro da Câmara.**»

O acompanhamento do trabalho, o exemplo dos militantes comunistas no estabelecimento de correctas relações de trabalho e no esforço para a concretização dos objectivos da gestão APU e a

necessidade de aprofundar o trabalho colectivo, são alguns dos temas tratados neste capítulo.

«**Reforçar a unidade e a organização dos trabalhadores**», assim se intitula o segundo capítulo do documento. Depois de assinalar que a CMA conta 870 trabalhadores e de analisar os problemas específicos dos trabalhadores administrativos, dos trabalhadores dos sectores de produção e dos quadros técnicos, o documento afirma: «**Combatendo a acção da direita e das forças que se opõem à APU e tentam criar dificuldades à autarquia, a actividade da nossa célula deve orientar-se persistentemente para reforçar a unidade entre todos os trabalhadores, roubando campo ao divisionismo e estimulando o diálogo e o entendimento para o enfrentamento de problemas comuns.**» Nesse âmbito, a Assembleia decidiu prosseguir o apoio dos comunistas à acção das duas organizações unitárias cuja acção muito progrediu no último ano: a comissão sindical e o Centro de Cultura e Desporto dos trabalhadores da CMA.

Fortalecer a organização

O último capítulo do documento intitula-se «**A célula: melhorar a organização, Intensificar a actividade.**» Aí se assinala que a célula do Partido na autarquia já ultrapassa a centena de camara-



«Actualmente vendem-se na CM da Amadora 24 «Avantes!», número que está abaixo das nossas possibilidades reais», assinala o documento-base aprovado na Assembleia dos trabalhadores comunistas daquela autarquia

das, e se aponta como avanços do último ano o fortalecimento do trabalho de direcção do Secretariado da célula, o recrutamento de três dezenas de novos militantes, a realização de vários plenários da célula com a participação dos camaradas eleitos, o melhoramento no funcionamento dos diversos núcleos e do recebimento da quotização, os avanços do trabalho unitário, o contributo da célula para as campanhas políticas nacionais do Partido e para o trabalho geral da autarquia.

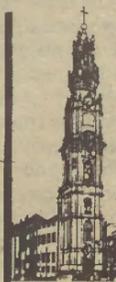
A parte final do documento analisa em detalhe as tarefas para o reforço da organização (nomeadamente consolidar o funcionamento regular dos núcleos e recrutar mais jovens, mulheres e quadros técnicos), para a informação e propaganda, para a difusão do «Avante!» e do «Militante», para a recolha de fundos e recebimento da quotização.

Sessão de encerramento

O novo Secretariado da célula, constituído por 11 camaradas e eleito numa sessão reservada aos militantes, foi apresentado no início da sessão de encerramento da Assembleia.

Foi então anunciada a adesão de quatro novos camaradas ao Partido e informado que durante os trabalhos da Assembleia se recolheram mais de 11 contos em fundos!

O camarada **Euclides Pereira**, que encerrou os trabalhos, abordou a situação política, a luta por uma alternativa ao Governo de direita PSD/Cavaco Silva e o desenvolvimento geral da actividade do PCP no plano nacional, exortando os trabalhadores comunistas da CMA a prosseguirem o seu trabalho para o progresso do Município de Abril.



Praça da Liberdade

Monte Aventino aventado assim?

O «terreno do Monte Aventino» — numa das mais bem localizadas zonas da cidade — é uma das poucas parcelas de terreno, com 33 mil metros quadrados, que a Câmara Municipal do Porto ainda possuiu.

A 20 de Outubro, só com o voto contra da APU, a Câmara decide ceder este terreno em direito de superfície por um período de 50 anos. Em 17 do corrente, a maioria da Assembleia Municipal, juntando os votos do PSD, CDS e de dois dirigentes do PS, ratifica esta cedência. Outorgantes: primeiro: Câmara Municipal do Porto (Sociedade Portuguesa a constituir entre mr. Rossillo e cidadão português — assim mesmo, com sublinhados, maiúsculas e parêntesis); cláusula terceira: «o terreno destina-se à instalação e exploração de um parque de diversões (...) conforme os planos e projectos juntos». Os projectos são algumas fotografias, em tudo semelhantes a um género de Luna Parque. Rendas a pagar pela concessão por 50 anos: 750 contos no primeiro ano, ou seja, 62,5 contos por mês, ou, o que é o mesmo, uma renda anual de 22,7 escudos por cada m² cedido. Havendo muito mais a dizer, o que aqui fica basta para caracterizar o «negócio» ruinoso e escandaloso para a cidade e os municípios.

Quem ganha? Quem defrauda desta forma o património municipal? Por que não se realizou um estudo económico? Por que não se procedeu a uma cedência mediante hasta pública? Que pressões houve e de quem? Quem beneficia quem?

A discussão na Assembleia Municipal desvendou algumas pistas. Um funcionário que ousou, entre outras coisas, aconselhar a realização de um estudo económico, apanhou uma repreensão registada aplicada pelo presidente. O Futebol Clube do Porto e a sua direcção, que ousaram manifestar a sua discordância quanto ao empreendimento por colidir com o desenvolvimento da sua actividade e instalações, foram alvo das mais graves insinuações e acusações. Sintomaticamente, o PSD e o CDS mantiveram-se mudos e quedos durante todo o debate. Quem fez as honras da casa e defendeu a proposta foram o presidente (PSD) da Câmara e dois dirigentes do PS. Não faltaram os insultos, as insinuações e as falsidades.

A discussão foi prolongada e viva. A APU propôs a reanálise do processo para estudo da mais conveniente utilização daquele terreno. Perante a recusa desmascarar, denunciou e mostrou à evidência que este «negócio» podia servir quem quer que fosse, mas não serviria com certeza a cidade. Mas a maioria, que se manteve silenciosa, lá estava. E quando foi de fechar o negócio, lá se levantou para votar. Consumava-se assim um verdadeiro crime contra a cidade. Perdeu-se uma batalha, mas não se perdeu a guerra. O Comité Local do Porto do PCP já tornou público que não desiste e vai levar o caso até às últimas consequências. Um assunto que ainda dará que falar: a ele também voltaremos.

■ M. A.

Internacional

Luta pela Paz no quotidiano



Em 1988, sondas automáticas irão explorar o pequeno planeta Fobos, satélite de Marte. Um projecto com objectivos de investigação e esclarecimento científico. Esclarecer a origem de pequenos corpos como Fobos significa esclarecer em grande medida a origem do nosso sistema solar. E paralelamente com a finalidade de «estudar o terreno», admitindo-se a possibilidade de os seres humanos virem um dia a colonizar outros corpos celestes. Vem esta sucinta informação a propósito de outros problemas, que hoje nos preocupam em particular: os problemas da paz e da guerra. Fobos é um projecto de Paz. Um projecto que como muitas outras realizações poderá ser comprometido pela militarização do Espaço. «A futura expedição espacial a Fobos é uma alternativa à «guerra das estrelas», afirma um dos responsáveis soviéticos do projecto. Uma das muitas realizações possíveis — sem corrida aos armamentos. De par da solução de problemas particularmente graves, da fome ao desemprego, da terrível mortalidade infantil à acelerada destruição de zonas e componentes fundamentais do meio-ambiente em que nos inserimos. É nesta perspectiva que se afirma a quotidiana batalha pela paz, desenvolvida em particular pela URSS e pela comunidade socialista.

Fracasso da moratória: Fazer os possíveis para que isso não aconteça

No próximo dia 1 de Janeiro termina o prazo da moratória unilateral soviética dos ensaios nucleares que vigora desde 6 de Agosto de 1985.

Que irá acontecer depois? A resposta ainda não existe. Uma única coisa é clara: a URSS tudo fará para evitar a degradação do panorama político internacional (pela mesma razão não pode, entretanto, comprometer o equilíbrio estratégico). Para os Estados Unidos a aposta à partida é no prosseguimento da corrida

aos armamentos — uma opção frontalmente antipopular, que por isso mesmo se tem vindo a acobertar sob a capa da «defesa» ou sob a cínica fórmula da preservação da «paz na liberdade»...

Em comentário ao termo da moratória soviética dia 1 de Janeiro, o jornal soviético «Pravda» sublinha que «se Washington fizer gorar a moratória, triunfará a dura lógica da confrontação». Lógica sem futuro. «É preciso fazer os possíveis para que isso não aconteça», mas «por mais boa vontade que haja, uma só das partes não pode transformar a moratória unilateral soviética em bilateral».

Entretanto uma nova explosão nuclear, realizada no âmbito

to da «guerra das estrelas» foi registada no deserto do Nevada.

Em Tóquio, os presidentes das Câmaras de Hiroshima e Nagasaki enviaram ao embaixador dos Estados Unidos telegramas de protesto. No protesto de Hiroshima exige-se que «os Estados Unidos tomem consciência da sua responsabilidade de grande potência e ponham termo à corrida aos armamentos e às explosões nucleares, desenvolvendo esforços no sentido do desarmamento nuclear e da transição da confrontação para o diálogo».

Também nos EUA crescem exigências no sentido do desarmamento.

Jessie Cocks, dirigente da organização antibélica «American Peace Test» classifica o programa da «guerra das estrelas» como «uma loucura descontrolada», afirmando que «é necessário que os EUA se juntem à URSS na sua moratória como um passo real para a cessação da corrida aos armamentos. Segundo as sondagens, cerca de 80 por cento dos americanos estão a favor da suspensão das experiências nucleares; por que razão a Casa Branca não escuta a opinião do povo?»

Tratado de Varsóvia propõe encontro com NATO

«O comandante-em-chefe das Forças Armadas unidas do Tratado de Varsóvia, marechal da União Soviética Viktor Kulikov, propôs ao comandante-em-chefe das Forças Armadas da NATO na Europa, general Bernard Ro-

gers, a realização de um encontro». A notícia é do «Berliner Zeitung», jornal publicado em Berlim, capital da RDA, e testemunha de mais um importante esforço no sentido da redução de armamentos e da desnuclearização da Europa.

Para a concretização do encontro proposto, ao mais alto nível, pelo Tratado de Varsóvia, alguns passos já foram dados. Foi enviada uma carta ao presidente do grupo NATO para questões de armamentos convencionais, com uma proposta no sentido do estabelecimento de contactos directos. O secretário-geral da comissão política consultiva dos Estados membros do Tratado de Varsóvia, Krolikowski, dirigiu uma mensagem ao secretário-geral da NATO, Carrington, pronunciando-se a favor do diálogo entre as duas organizações de forma a resolver o problema da redução das Forças Armadas e dos armamentos convencionais no continente.

No pós-Reykjavik registaram-se na NATO manifestações de alarme (!) face às palpáveis perspectivas que se abriram para uma desnuclearização do velho continente.

Um dos argumentos utilizados — pretexto bem velho... — foi a de uma pretensa desproporção no armamento convencional.

Agora o Tratado de Varsóvia propõe o diálogo.

E a NATO?

O outro «argumento» foi o das armas nucleares com um alcance inferior a mil quilómetros.

RDA propõe corredor livre de armas nucleares

Congelamento, redução, negociações — foram propostas avançadas na Islândia por Gorbachov em relação aos mísseis de curto alcance. Onde estão as «razões» do alarme na NATO?

Tais razões não se inserem na mesma lógica — aparentemente absurda — do galopante esmorecer de entusiasmos, quando a «opção zero» norte-americana é desta vez proposta pela União Soviética (naturalmente no quadro de um processo de desarmamento multiforme, e interdependente)?

Na verdade todos os caminhos estão abertos para o desarmamento da Europa.

Concretamente, a República Democrática Alemã adoptou uma proposta da Comissão Palme de 1982 e desenvolveu um processo de negociações entre o Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA — partido dirigente na RDA) e o Partido Social-Democrata da RFA — no sentido de se chegar a um acordo para a futura criação de um corredor livre de armas nucleares na Europa Central. Um acordo com o mesmo objectivo foi já elaborado entre a RDA e a Checoslováquia. Acordo aberto a outras adesões.

A questão das armas nucleares de curto alcance é perfeitamente solúvel.

O único obstáculo está na NATO.

ANC, 25 anos de luta armada

O Congresso Nacional Africano da África do Sul assinalou dia 16 o «Dia dos Heróis», comemorando o 25.º aniversário do início da luta armada.

Há 25 anos, a 16 de Dezembro de 1961, o braço armado do ANC, «Lança da Nação», promoveu os primeiros ataques, em Joanesburgo e Port Elizabeth.

Organizada em pequenos grupos de guerrilheiros, a «Lança da Nação» converteu-se ao longo destes anos num autêntico Exército popular, que actua praticamente em todo o território nacional.

EUA, mensagem de senadores contra violação do Salt-2

Cinquenta e sete senadores, democratas e republicanos, assinaram uma mensagem enviada ao presidente Reagan, exprimindo a sua preocupação pelo facto de os Estados Unidos terem violado cláusulas do tratado Salt-2.

Na mensagem sublinha-se que o facto de os Estados Unidos terem tomado a iniciativa de violar o tratado prejudica tanto a segurança nacional dos próprios Estados Unidos como as perspectivas de conclusão de um novo acordo no domínio do controlo de armamentos. Exorta-se ainda o presidente Reagan a «dar os passos necessários para que os Estados Unidos reiniciem a observância dos limites numéricos estabelecidos pelo Salt-2».

Na conferência de imprensa em que o texto da mensagem foi tornado público, afirmou-se que após Reykjavik a administração Reagan deveria ter dado uma consequente continuidade às suas acções e que não o fez. E entretanto «o tempo corre, e as oportunidades abertas podem não se repetir».

«Quanto maior número de armas nucleares for acumulado na Terra, tanto menor será a nossa segurança», afirmou o senador Dale Bumpers, democrata do Arkansas.

Comunistas da América Latina reunidos

Terminou na capital do Panamá a sessão da conferência permanente dos Partidos Comunistas da América Latina, que reuniu 12 partidos. Na declaração conjunta aprovada abordam-se os problemas da América Central, a política dos EUA no continente, a questão das Malvinas e a situação no Paraguai.

Os participantes consideraram que neste momento se vive um dos momentos mais difíceis para os países latino-americanos, nos últimos 50 anos, devido ao perigo de uma intervenção directa dos Estados Unidos contra a Nicarágua.

Neste âmbito foi manifestado o apoio aos esforços desenvolvidos pelo grupo de Contadora. Decidiu-se ainda proclamar os dias 21 e 22 de Fevereiro jornadas de luta continental contra a agressão e pela Paz na América Central.

Para além da condenação da violação dos direitos humanos em El Salvador e da atitude assumida pela Grã-Bretanha em relação às Malvinas (que estabeleceu uma «zona económica exclusiva» de 150 milhas à volta das ilhas), a Conferência condenou a «política de terror» praticada pelo regime paraguaio contra militantes dos partidos políticos de oposição e dirigentes dos sindicatos e das organizações sociais. As violações generalizadas dos direitos do homem e a vaga de violência atingem no Paraguai proporções ameaçadoras.

Etiópia, referendo sobre a Constituição

Iniciaram-se na Etiópia os preparativos para o referendo sobre o projecto da Constituição. Este documento, divulgado nas 15 línguas do país, constituirá a lei fundamental da futura República Democrática da Etiópia. Foi já criada a Comissão Nacional para a realização do referendo e estão a ser formadas as suas secções locais em todas as cidades e aldeias.

Segundo o projecto da Constituição, todo o poder do Estado pertencerá aos trabalhadores, sendo o Partido Operário da Etiópia a força orientadora do Estado e da sociedade.

A economia da Etiópia basear-se-á nas relações de produção socialistas.

A política externa parte dos princípios do internacionalismo proletário, da coexistência pacífica e do não-alinhamento.

URSS propõe conferência sobre cooperação humanitária na Europa

No dia dos Direitos do Homem, a União Soviética apresentou, na conferência de Viena, uma proposta no sentido da convocação de uma conferência dos Estados signatários da acta final de Helsínquia sobre cooperação no plano das relações e direitos humanos.

Ao apresentar esta proposta, a União Soviética parte do princípio que a cooperação nesta área constitui uma das bases da segurança internacional e que deve ser feita com base no pleno respeito dos princípios da Acta Final de Helsínquia.

Quando da divulgação da proposta, em conferência de imprensa em Moscovo, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Mikhail Kapitsa, referiu o reforço dos direitos humanos na URSS, as mudanças que se verificaram em todas as esferas da vida da sociedade no sentido da sua maior democratização.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Continuar na ofensiva

ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PELO EMPREGO, PELO SALÁRIO

Sobre a realização do Balanço da Organização e os objectivos orgânicos do próximo ano

sumário

Continuar na ofensiva

Encontro de Quadros do PCP sobre a Comunicação Social

Sobre a realização do Balanço da Organização e os objectivos do próximo ano

Organização Regional do Porto

Experiências de um Plenário de Quadros

Concelho de Évora

Novas freguesias

Novas vitórias da APU

«O Militante» vai aumentar de preço

É preciso divulgá-lo mais ainda

Sector dos Seguros

O Congresso, as lutas, a organização do Partido

Um Debate em Lamego

O Douro, a vinha e o vinho

Criação e desenvolvimento de uma Associação de Estudantes

Página Económica

O Orçamento do Estado para 1987

O grande capital e a iniciativa privada

Índice classificado dos artigos publicados em «O Militante» em 1986

Internacional

SWAPO condena venda de armas à África do Sul

A Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO), da Namíbia, divulgou um comunicado condenando vigorosamente a contínua violação pelos países ocidentais do embargo internacional de venda de armas ao governo racista da África do Sul, e em que se salienta que tal procedimento demonstra insensibilidade e falta de humanismo para com o povo oprimido da Namíbia ocupada, o povo sul-africano e os povos da África Austral.

No seu documento, a SWAPO congratula-se com a «Campanha Mundial contra a colaboração militar e nuclear com a África do Sul», cujo objectivo é desenvolver acções de protesto contra as violações, embargo decretado pelas Nações Unidas contra o regime de Pretória.

Foi justamente aquela organização que revelou recentemente o fornecimento à África do Sul de 39 toneladas de armas, via Honduras. Conhecida a completa dependência deste país em relação aos EUA, torna-se escusado perguntar sequer qual a origem dos armamentos...

Como a SWAPO faz notar, tal

armamento estará em breve nas mãos das forças repressivas sul-africanas, e as vítimas serão os inocentes namibianos e sul-africanos, com o recrudescimento da violência por parte do regime racista. Por outro lado, é previsível que as autoridades de Pretória se preparem para intensificar igualmente as agressões contra os países vizinhos, numa manobra de diversão que desvie as atenções internacionais para o agravamento da situação interna sul-africana.

Exortando os governos dos países ocidentais a tomar medidas contra os cidadãos e empre-

sas que violam o embargo de venda de armas à África do Sul, o documento da SWAPO faz notar que, numa fase em que a campanha para a adopção de sanções globais e económicas contra a África do Sul começa a surtir efeito, seria enorme injustiça deixar os mercadores da morte continuarem a sustentar o regime do apartheid.

Censura e repressão

Os acontecimentos recentes na África do Sul confirmam plenamente as preocupações expressas pela SWAPO. Na passada quinta-feira, o governo de Pieter Botha impôs drásticas restrições à comunicação social, desencadeou uma vaga de prisões e assassinou mais alguns patriotas sul-africanos.

A censura prévia aos jornais, rádio e televisão é a mais grave



Namíbia, um país ilegalmente ocupado pela África do Sul onde a luta pela independência não desarma

de sempre no país, proibindo os meios de informação nacionais e estrangeiros de relatar actos de «resistência», incidentes, acções policiais, movimentação de efectivos policiais, veículos, armamentos ou outro material, manifestações, acções de boicote ao regime, referências aos presos políticos, etc.

Numa comunicação televisiva, Pieter Botha «justificou» as medidas tomadas com a necessidade de impedir a «violência revolucionária» que estaria a ser planeada por forças anti-apartheid, entre as quais o Partido Comunista da África do Sul e o Congresso Nacional Africano, para os períodos de Natal e Ano Novo.

Na altura, Botha afirmou que os serviços de informação «têm informações secretas irrefutáveis de que unidades de assassinos dentro do nosso país são controlados pelas estruturas dos Estados nossos vizinhos», o que pode significar que os racistas preparam novas incursões armadas contra os países vizinhos, designadamente contra Angola e Moçambique.

A vaga de repressão desencadeada, o que segundo informações da polícia se saldou com o assassinato de um dirigente do ANC na província do Cabo, não identificado, e pela prisão de vários outros, para além da detenção do director do

jornal «New Nation», Zwelake Sisulo, filho do dirigente negro Walter Sisulo condenado conjuntamente com Nelson Mandela a prisão perpétua, é bem o testemunho do agravamento da situação interna naquele país e da crescente necessidade de isolar e liquidar o regime de Pretória.

Os EUA, que têm impedido nas Nações Unidas a aprovação de sanções globais contra a África do Sul, foi forçado a «protestar» contra as recentes medidas de censura. De registar, no entanto, que a propalada preocupação norte-americana com os direitos humanos não se manifestou abalada com o reconhecimento das autoridades sul-africanas de que estão presas 256 crianças. Os movimentos anti-apartheid, que de há muito vêm denunciando esta situação, garantem que os menores de 15 anos presos são mais de mil e que o número dos menores de 18 anos encarcerados atinge os quatro mil, entre as mais de 20 mil pessoas presas sem culpa formada.

ANGOLA

O MPLA nasceu há 30 anos

O povo angolano assinalou no passado dia 10 o trigésimo aniversário da fundação do MPLA e o nono da sua constituição em Partido do Trabalho, com diversas iniciativas, entre as quais um desfile em que participaram dirigentes do Partido, do governo e de organizações de massas e sociais, e uma homenagem a Agostinho Neto, fundador da Nação e do Partido.

Nas cerimónias, que foram presididas pelo presidente José Eduardo dos Santos, destacou-se a intervenção do coronel-general Pedro Maria Tonha «Pedale», membro do Bureau Político do MPLA-PT e ministro da

Defesa.

No seu discurso, o ministro da Defesa sublinhou que não há nenhum acontecimento marcante na vida do país nos últimos trinta anos ao qual não esteja ligado o nome do MPLA

que se soube assumir como vanguarda do povo angolano na sua luta para transformações revolucionárias que ocorreram em Angola.

O MPLA cresceu e fortaleceu-se, salientou o coronel-general «Pedale», na luta de princípios, contra as tendências elitistas, tribelistas e racistas que pretendiam retirar a dimensão nacional da nossa luta e impedir a unidade indispensável de todo o povo para o triunfo da luta de libertação nacional.

Representando na verdade o povo em armas, o MPLA pode hoje orgulhar-se da sua história ser a história da vitória sobre o colonialismo, das duas guerras de libertação nacional, da derrota da agressão armada das forças imperialistas e racistas.

Entretanto, a propósito desta efeméride, o Comité Central do PCP enviou ao camarada presidente Eduardo dos Santos e ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho uma saudação, que transcrevemos na íntegra.

Saudação do PCP

Queridos Camaradas,

Na histórica data do 30.º aniversário do MPLA, em nome dos comunistas portugueses e interpretando os sentimentos da classe operária portuguesa, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e por seu intermédio todos os seus militantes e o povo angolano.

Ao longo de 30 anos o MPLA conduziu a heróica luta armada de libertação nacional e ganhou o povo angolano através de uma inabalável confiança na vitória contra a guerra colonial e o colonialismo português.

Nesta efeméride os comunistas portugueses recordam a inesquecível figura do fundador do MPLA, o primeiro presidente da República Popular de Angola, destacado dirigente do Movimento Revolucionário, o saudoso camarada António Agostinho Neto.

O MPLA-PT, criado no I Congresso do MPLA, como Partido orientado pelo marxismo-leninismo, tem nas novas e difíceis circunstâncias conduzido a luta do povo angolano contra as agressões permanentes dos racistas sul-africanos apoiados

pelo imperialismo americano, contra os bandidos armados da Unita e pela reconstrução da economia angolana e pela edificação dos alicerces na qual há-de assentar a sociedade angolana liberta da exploração.

A revolução angolana é um ponto de referência e estímulo para a luta de todos os povos, que o imperialismo quer a todo o custo abater. Os comunistas portugueses estão solidários com a luta do MPLA-PT e do povo angolano.

Continuando a agir para que se reforcem os laços de amizade, solidariedade e cooperação, existentes entre o PCP e o MPLA-PT, os comunistas portugueses prosseguirão a sua luta para que em Portugal se ponha termo à política de deliberada obstrução ao desenvolvimento das relações entre os dois países e Estados prosseguida por sucessivos governos portugueses.

Viva o 30.º aniversário do MPLA-Partido do Trabalho.

Viva a amizade entre os povos de Portugal e Angola.

Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o MPLA-Partido do Trabalho.

Viva o internacionalismo proletário.

Morreu Henry Winston presidente do PC EUA



O Secretariado do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista dos Estados Unidos o seguinte telegrama de pesar pela morte do respectivo presidente:

Por motivo do falecimento do camarada Henry Winston, presidente do PC dos EUA, destacado dirigente comunista, indefectível combatente pelos ideais da democracia, do socialismo e da paz, expressamos sentidas condolências e sentimentos de fraternal solidariedade dos comunistas portugueses.

Octávio Pato na Líbia

A convite do Congresso do Povo Líbio partiu para Trípoli, capital da Líbia, o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Internacional

VI Congresso do PCV

Saudação ao Comité Central do Partido Comunista do Vietname

Ao Comité Central do Partido Comunista do Vietname

Queridos Camaradas,
Por ocasião do VI Congresso do Partido Comunista do Vietname o Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do Partido Comunista do Vietname e por seu intermédio a todos os comunistas e ao povo vietnamita, as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

É com o maior interesse e guiado por sentimentos de fraterno solidariedade que o PCP acompanha a actividade do PCV e do povo vietnamita no sentido da edificação no Vietname da sociedade socialista, em defesa da sua pátria finalmente livre e reunificada, pela transformação do Sudoeste Asiático numa zona de paz, boa vizinhança e cooperação.

A pesada herança legada pelo colonialismo e pelo imperialismo, sobretudo as colossais perdas de vidas e bens materiais resultantes da criminosa guerra de agressão desencadeada pelo imperialismo norte-americano no Vietname, impuseram e impõem ainda ao povo vietnamita esforços enormes para reconstruir o país, desenvolver a economia, elevar o seu nível de vida material e espiritual. Novos e complexos problemas surgiram no processo de edificação da nova sociedade. Estamos certos em que o povo vietnamita, dispondo de um riquíssimo património de experiência revolucionária, alcançará novos e grandes êxitos na edificação do socialismo e na salvaguarda da paz e da estabilidade na região.

No seu combate libertador contra o colonialismo francês, o ocupante japonês e o agressor imperialista norte-americano, o povo vietnamita, sob a direcção da sua vanguarda revolucionária, o Partido Comunista do Vietname, deu ao mundo extraordinários exemplos de determinação, heroísmo, amor à pátria e aos ideais do socialismo. A experiência de luta do povo vietnamita encerra valiosos ensinamentos para os comunistas e os revolucionários do mundo inteiro. A derrota imposta ao imperialismo norte-americano no Vietname e em toda a Indochina constituiu um acontecimento de alcance histórico que teve uma enorme repercussão internacional e exerceu uma grande influência na luta dos trabalhadores e povos de todo o mundo pela sua emancipação nacional e social. A criação no Vietname reunificado da República Socialista do Vietname representou uma nova e importante contribuição para o fortalecimento das forças do progresso social e da paz. A vitória histórica do povo do Vietname, assim como dos povos do Laos e do Kampuchea, comprova que a evolução mundial é no sentido da independência nacional, da democracia, do progresso social, do socialismo.

O imperialismo procura por todos os meios suste e se possível inverter o processo revolucionário e impor ao mundo a sua hegemonia. Com tal propósito pratica uma política de agressão e de guerra que põe em perigo a independência e a liberdade dos povos de numerosos países e regiões do mundo e a própria existência da Humanidade. Pôr termo à corrida aos armamentos, impedir a sua extensão ao espaço cósmico, encetar o processo

de desarmamento e em primeiro lugar o nuclear, operar uma viragem na situação internacional no sentido do desanuviamento e da coexistência pacífica, é tarefa urgente e comum aos trabalhadores e povos do mundo inteiro. Na sua luta por estes objectivos comuns a todos os povos o PCP combate firmemente a política de submissão de Portugal ao imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, como responsável pelo agravamento da tensão internacional e o aumento dos perigos de guerra; expressa a sua solidariedade para com os povos da Nicarágua e América Central, da África Austral, do Médio Oriente e todos os povos vítimas das ingerências e agressões armadas do imperialismo. O PCP considera os países socialistas como o principal factor de progresso social e de paz e valoriza altamente as iniciativas de desarmamento da URSS e dos países socialistas, designadamente as propostas visando a completa liquidação das armas nucleares até ao fim do século, o fim das experiências nucleares, a proibição da militarização do espaço. As propostas apresentadas pela URSS em Reikjavik representam uma contribuição da mais alta importância para a defesa da paz. O PCP tem também em alto apreço a actividade neste sentido desenvolvida por outras forças, designadamente pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, assim como os esforços do Vietname e demais países da Indochina por relações de paz, boa vizinhança e cooperação no

Sudeste Asiático e a transformação da região da Ásia e do Pacífico numa zona de paz.

Em face da política agressiva do imperialismo torna-se mais necessário do que nunca o fortalecimento da amizade, cooperação e solidariedade recíproca de todas as forças revolucionárias e anti-imperialistas e, em primeiro lugar, o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional.

Queridos Camaradas,
A luta do PCP em defesa dos interesses e pela realização das aspirações da classe operária e dos trabalhadores portugueses continua a estar indissoluvelmente ligada com a luta em defesa das conquistas da revolução de 25 de Abril, contra a política de sucessivos governos de direita visando a sua destruição e a restauração do poder dos monopólios e dos latifúndios que a revolução liquidara. O governo actual, prossequindo uma política ainda mais reacçãoária, mais anti-operária e anti-nacional que os anteriores, agrava brutalmente as condições de vida do povo e põe em perigo o próprio regime democrático. Trata-se, entretanto, de um governo que não reflecte a real correlação de forças sociais e políticas na sociedade e é minoritário na Assembleia da República. A sua continuação no poder resulta sobretudo de posições sectárias e preconceitos anti-comunistas ainda predominantes em partidos democráticos. Pelo seu lado o PCP considera que é imperioso e urgente derrubar o governo actual e substituí-lo por um governo de-

mocrático que assegure o respeito pela Constituição, se empenhe na solução dos graves problemas nacionais, salvaguarde a independência nacional. Para tanto, o PCP, ao mesmo tempo que desenvolve a sua acção independente de esclarecimento e mobilização da classe operária e das massas populares, luta pela convergência e cooperação de todos os partidos e forças democráticas. O PCP, incontestavelmente o partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses, desfruta de grande prestígio e influência nacional, é uma força indispensável para a solução dos problemas do povo e do país.

Queridos Camaradas,
Desejamos aos trabalhos do VI Congresso do PCV os melhores sucessos, assim como à ulterior aplicação das suas decisões.

Entre o PCP e o PCV existem há longos anos relações de fraterno amizade, cooperação e solidariedade; continuaremos a agir para que estas relações se fortaleçam ainda mais, no interesse da unidade do movimento comunista internacional e dos ideais comuns do socialismo e da paz!

Viva o VI Congresso do Partido Comunista do Vietname!

Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista do Vietname!

Viva o internacionalismo proletário!

Dezembro 1986

O Comité Central do Partido Comunista Português



Agricultura africana em debate

Realizou-se na semana passada em Harare, no Zimbabué, uma Conferência Interparlamentar para os problemas do desenvolvimento agrícola e da alimentação em África, considerados cruciais para o desenvolvimento dos países do continente.

Como foi afirmado na Conferência, a agricultura representa metade do produto bruto de África, garante 80 por cento do emprego da população e representa até 90 por cento das receitas provenientes da exportação dos países africanos, pelo que, como sublinhou o primeiro-ministro Robert Mugabe, o futuro dos países africanos e o seu desenvolvimento económico, social e cultural dependem em muito de uma política agrária correcta, bem como da capacidade de garantir o autoabastecimento em víveres.

Apesar destes factos, a Conferência constatou que o sector da agricultura não tem merecido a devida atenção.

Para a agricultura são canalizados, em média, apenas uma décima parte das verbas orçamentais e menos de vinte por cento da ajuda económica externa, ao mesmo tempo que o sector continua a ocupar um papel secundário nos planos nacionais, regionais e pan-africanos de desenvolvimento, o que provoca sérias distorções na política económica, impede o cumprimento dos programas sociais e contribui para o aprofundamento da crise alimentar e o aumento da dívida externa.

De referir que a dívida externa de África ascende actualmente a 175 mil milhões de dólares, com tendência para se agravar, até porque, como denunciou recentemente o vice-secretário-geral da Organização de Unidade Africana (OUA) num encontro de peritos de 17 países do continente para a preparação da sessão do Comité Permanente da ONU sobre a elaboração de recomendações económicas e sociais, as potências ocidentais se recusam sistematicamente a discutir com a devida seriedade esta questão, bem como impedem a convocação de uma Conferência Internacional dedicada a este problema.

Igreja do Haiti a favor da democracia

Num Simpósio organizado pela Conferência Episcopal do Haiti, a maior organização católica do país, mais de 150 sacerdotes pronunciaram-se a favor de transformações sociais democráticas no Haiti.

No documento aprovado no final do encontro os sacerdotes acusam as autoridades de procurarem dividir o povo do Haiti, que se manifesta por uma verdadeira democratização da vida sociopolítica do país e pela punição dos que apoiam o ex-ditador.

Mal o povo começa a organizar-se pela defesa dos seus direitos, afirma o documento, logo lhe atribuem diversos rótulos políticos. O povo do Haiti deve unir-se nestas condições, contrapondo a determinação e a vontade geral à política do triunvirato governamental. É preciso conseguir que as autoridades oiçam a voz do povo que exige verdadeiras alterações no Haiti.

Pretória implicada na morte de Machel

«A morte trágica do presidente Samora Machel está sem qualquer dúvida ligada às provocações da África do Sul contra Moçambique», afirmou a semana passada o jornal soviético «Izvestia», num artigo em que se afirma que «as táticas de desestabilização constituem desde há muito tempo uma componente permanente da política regional de Pretória.»

De salientar que embora se desconheça ainda o resultado do inquérito oficial às causas do acidente, são cada vez mais diversificadas as acusações ao regime racista de Botha. Este aspecto foi recentemente salientado pelo órgão central do PCI, «L'Unité», que afirma que as autoridades de Moçambique já têm nas mãos provas e testemunhos que as levam a inculpar a (à África do Sul) de muitos, demasiados, pormenores cruciais relativos não apenas à dinâmica do acidente, mas também aos factos que se lhe seguiram.

«Guerra dos campos» continua no Líbano

A chamada «guerra dos campos» em Beirute, entre guerrilheiros palestinos e forças do movimento shiita Amal, provocou já cerca de 800 mortos e 1200 feridos, nas últimas dez semanas. Os confrontos, que se travam nas imediações dos campos de refugiados palestinos de Sabra, Chatila e Burj Brajneh, voltaram a aumentar de intensidade no passado fim-de-semana, tendo falhado todas as tentativas para chegar a um acordo de cessar-fogo.

Um apelo da OLP aos países árabes para que intervenham a fim de pôr termo aos sangrentos combates no Líbano não teve ainda quaisquer resultados práticos.

Entretanto, nos territórios da Cisjordânia e de Gaza, ocupados por Israel, jovens palestinos têm sido alvo de brutal repressão pelas forças sionistas ao manifestarem-se contra os ataques do movimento Amal no Líbano e também contra a ocupação, as medidas de anexação, e a discriminação social de que são vítimas os palestinos. A repressão provocou já três mortos e várias dezenas de feridos.

Internacional

Nicarágua

Espião americano preso confirma trabalhar para o Pentágono

O espião norte-americano preso na passada sexta-feira, na Nicarágua, Sam Hall, confessou fazer parte da organização privada americana «Batalhão Phoenix», que recolhe informações secretas para o Pentágono. Segundo a cadeia de televisão dos EUA «ABC», Sam Hall já esteve anteriormente envolvido em programas da administração Reagan de ajuda aos «contras».

Trata-se, sem sombra de dúvidas, de mais uma prova de envolvimento directo dos Estados Unidos na agressão à Nicarágua, como de resto a própria imprensa americana tem salientado nos últimos dias, com a revelação de abundantes informações. Recordando-se que Sam Hall, que se fazia passar por escritor interessado na realidade nicaraguense, foi preso pelas autoridades sandinistas nas proximidades da base militar de «Punta Huete», nos arredores de Manágua, estando na posse de um mapa e de um esquema em que estavam assinalados a base e outros objectivos militares secretos.

Como curiosidade, é de referir que tal material estava escondido nos sapatos de Hall; um truque à boa maneira dos filmes de segunda categoria... inspirado por Reagan?

Mas acontece que nada disto é história de ficção. Como salientou em Manágua o ministro dos Negócios Estrangeiros, Miguel D'Escoto, é evidente que o mapa se

destinava a assinalar alvos para eventuais ataques aéreos à Nicarágua.

Sam Hall deverá comparecer em tribunal tal como o seu compatriota Hasenfus, o conselheiro militar norte-americano preso após o derrube de um avião que transportava material de guerra para os anti-sandinistas. Hasenfus foi condenado a trinta anos de prisão.

Mas importa salientar que o envio de espões para a Nicarágua não é um caso isolado, antes se insere na gigantesca manobra que a partir dos EUA é dirigida com o objectivo expresso de tentar derrubar o legítimo poder sandinista.

De acordo com o jornal «Miami Herald», o embaixador dos EUA nas Honduras tem vindo a desenvolver intensa actividade nesse sentido, tendo já reconhecido o envolvimento das forças militares do seu país estacionadas naquele país nos recentes ataques contra a Nicarágua. Para além do apoio aos somozistas em armas e di-

neiro, os EUA estão a desenvolver acções militares de envergadura, em que participam também tropas hondurenhas, armadas e transportadas pelos norte-americanos. As operações dos últimos dias foram inclusivamente dirigidas pelo general Galvin, chefe do Comando Sul das forças armadas dos Estados Unidos.

Também segundo a imprensa norte-americana Washington tem estado a pressionar a Costa Rica a fim de conseguir a sua colaboração na organização de uma provocação armada que sirva de pretexto para a desejada invasão da Nicarágua.

Thatcher também ajuda

Foi na Costa Rica, de resto, que se realizou em 24 de Novembro último uma reunião secreta destinada à elaboração de planos para a formação de um «governo provisório» dos anti-sandinistas, segundo revelou há dias o trabalhista britânico George Faulkes.

Segundo Faulkes, a Grã-Bretanha está envolvida na conspiração contra a Nicarágua, tendo um diplomata britânico participado na referida reunião.

Também a República Dominicana está envolvida no *complot*, como denunciou recentemente o

secretário-geral do Partido Comunista Dominicano, Isa Conde, ao afirmar que estão a ser criadas no país condições para os assessores norte-americanos treinarem os «contras» nicaraguenses. Entre outros factos, Conde assinala a reconstrução do aeródromo localizado na zona do Cabo Roxo, que se destinará a servir de base de treinos e de fornecimento de armas aos «contras».

Acresce ainda que, segundo o «Los Angeles Times», unidades aéreas da Guarda Nacional do Estado da Califórnia vão ser enviadas ainda este mês (ou já foram) para países centro-americanos para realizar missões no âmbito do programa militar «Voaleni Oak». As queixas apresentadas em tribunal e na Assembleia Nacional do Estado da Califórnia por opositores à intervenção militar norte-americana na América Central não foram atendidas, uma vez que uma lei federal aprovada em 15 de Outubro autoriza os governadores de Estados a enviar unidades da Guarda Nacional para «treino fora do país».

Que nada disto é uma novidade, ainda que se esteja perante um ascenso sério da tensão na América Central, comprovou-o Caspar Weinberger, secretário da Defesa dos EUA, ao afirmar aos jornalistas que a participação de meios humanos e materiais norte-

-americanos em acções como as realizadas nas Honduras a semana passada (que provocaram mortos e feridos entre a população civil nicaraguense), não é uma medida extraordinária ou invulgar.

Que é como quem diz, que os EUA o fazem frequentemente.

Somando todos estes factos, acrescentando-lhes outros como os preparativos bélicos dos EUA ao largo da costa nicaraguense, na zona do Canal do Panamá e nas bases militares no próprio território norte-americano, forçoso é admitir que se torna cada vez mais iminente a possibilidade de uma intervenção militar directa dos EUA na Nicarágua.

Como afirmou a semana passada um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS ao pronunciar-se sobre a escalada de agressão à Nicarágua, este perigoso «jogo com o fogo» é um desafio aberto à comunidade internacional, que defende uma regularização política na América Central.

Os Partidos Comunistas da América Latina, recentemente reunidos em Lima, no Peru, exortaram os povos do continente a promover uma ampla campanha de solidariedade para com a Nicarágua revolucionária. Um apelo que deve ser alargado a toda a humanidade.

Reagan irá ou não ser demitido?

Primeiro soube-se da venda de armas ao Irão; em seguida confirmou-se o desvio de fundos provenientes do negócio para os «contras» da Nicarágua; pesquisando melhor, concluiu-se que os terroristas afegãos e os bandidos da Unita também foram contemplados pelos amigos americanos; vasculhou-se mais um pouco no escândalo e apurou-se que os fundos chegaram ainda para apoiar a eleição de candidatos favoráveis à política belicista de Reagan; espreitou-se melhor neste amontoado de ilegalidades e descobriu-se que o herói nacional Oliver North, na versão Reagan, está implicado no tráfico de drogas com o objectivo de arranjar mais fundos para os anti-sandinistas.

É caso para perguntar: que mais irá acontecer?

E não há razões para duvidar que este autêntico estendal de ilegalidades em que está envolvida a administração norte-americana ainda está para dar e durar. Basta pensar que no início do próximo ano tomarão posse os novos membros do Congresso eleitos nas últimas eleições, que deram a maioria aos democratas, que nesta altura dos acontecimentos não vêem a hora de cavar ainda mais fundo na cova em que se meteram os seus pares republicanos.

É possível até, tendo em conta a gravidade e implicações da operação «armas para o Irão — dinheiro para os «contras»», que finalmente se reconheça nos Estados Unidos que não chega apontar nomes, assacar responsabilidades a este e mais ao outro, sem concluir que é toda a

administração que está em causa e com ela o sistema que torna possível este e outros «water-gates».

Como dizia há dias Dante Facell, presidente da Comissão para os Negócios Estrangeiros da Câmara dos Representantes, onde decorrem as audiências de investigação do «Irangate», toda uma rede inteira de indivíduos e departamentos governamentais, entre os quais o Pentágono, participaram no fornecimento secreto de armas ao Irão e na transferência dos meios obtidos para os «contras».

Como também agora veio a lume, o próprio Ministério da Justiça (cujo ministro, Edwin Meese, está encarregue das investigações) estaria informado da operação, tendo altos funcionários forçado o FBI a interromper uma investigação sobre o apoio secreto e ilegal aos anti-sandi-

nistas devido às «delicadas negociações sobre os reféns». A informação é do «Walt Street Journal» e não foi desmentida.

O facto vem agravar as suspeitas que já pesam sobre o Ministério da Justiça, acusado de não estar a investigar activamente as acções ilegais cometidas pela administração, colocando ainda mais em cheque Edwin Meese, cujos esforços para reduzir o âmbito das averiguações se tornaram excessivamente notórios.

A «súbita doença» de William Casey, na véspera de prestar declarações, não contribuiu igualmente para acalmar os ân-

imos, diariamente acirrados com novas revelações.

A utilização do tráfico de drogas como meio de angariar fundos para a compra de armas, por exemplo, caiu como uma bomba nos meios de informação. É que ninguém está esquecido da propalada iniciativa Nancy/Reagan de combate à droga, que já deu direito a reuniões internacionais e tudo, nem tão pouco da insistência com que Reagan classifica um dos principais implicados no processo, Oliver North, de «herói nacional».

Para agitar ainda mais estas turvas águas da política norte-americana, fontes iranianas envolvidas no processo vêm a pú-

blico espantar-se da insistência com que nos EUA se fala de «apenas» 12 milhões de dólares, quando o Irão pagou por seis carregamentos de armas um total de 35 milhões de dólares! Será que andam perdidos 23 milhões? Uma investigação às costas na Suíça, que as autoridades daquele país agora bloquearam por um mês, talvez responda a esta questão. Ou talvez não...

Entretanto, enquanto nos EUA se procura um investigador independente que leve a cabo um inquérito sério de todos estes investimentos, dizem as más línguas que a Casa Branca se transformou num pesadelo para Reagan.

O Irangate na AR

Na quinta-feira, no período de antes da ordem do dia, Carlos Carvalhas pôs o dedo na ferida do Governo no respeitante à alegada participação de Portugal no tráfico de armas dos EUA para o Irão, escândalo que anima os corredores da Casa Branca e não só.

Lembrando as notícias que a imprensa dos EUA tem divulgado, segundo as quais uma parte das armas enviadas a terroristas nicaraguenses do chamado caso «Irangate» foram embarcadas em Portugal, o deputado comunista lembrou a propósito o secretismo com que o Governo rodeou a recente visita de Cavaco Silva aos EUA.

«As proporções do escândalo são suficientes para que o Governo preste informações ao País e à Assembleia da República» — continuou Carlos Carvalhas — «para que o Primeiro-Ministro informe agora sobre a sua visita aos EUA, para que o Governo diga se são ou não falsos os documentos oficiais do governo americano, se autorizou ou não os embarques de armas e qual a proveniência destas».

Os deputados e os portugueses de uma forma geral ficam à espera da resposta de Cavaco Silva. Resposta que urge.

Avante!
Profetanos de todos os países. UNI-VOS

«Apesar da vaga repressiva e da histeria anti-soviética vomitada pela propaganda fascista, o 54.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro foi assinalado com reuniões comemorativas e de debate.

De algumas das iniciativas realizadas chegaram já notícias ao «Avante!»

Em Lisboa, cerca de 40 estudantes de várias escolas reuniram-se a 6 de Novembro e depois de brindarem à União Soviética com um Hip! Hip! URSS! discutiram em torno dos temas «Significado actual da Revolução de Outubro», «papel actual da URSS e da sua política externa progressista e da paz». Esta reunião prosseguiu a 13 de Novembro com a projecção do filme «O Couraçado de Potemkin», agora com a participação de 50 estudantes, aproximadamente.»

(...)

(«7 de Novembro», — «Avante!», VI série, n.º 436, Dezembro de 1971)

Avante!
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

(...)

«A actual luta dos médicos insere-se nas grandes movimentações médicas que vêm dos finais dos anos 50, aquando da elaboração do relatório das carreiras médicas, unanimemente consideradas como a abordagem mais profunda dos problemas da medicina em Portugal. Os escassos progressos verificados ao longo destes anos no campo da assistência médica e sanitária foram conseguidos pela luta geral do Povo português, mas na qual a luta dos médicos teve um papel de primeiro plano.

A actual luta dos médicos é uma denúncia vigorosa da criminosa política de saúde praticada ao longo de 45 anos pelos vários governos da ditadura.»

(«A luta dos médicos» — «Avante!», VI série, n.º 436, Dezembro de 1971)

Avante!
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

(...)

«Novas acções da classe corticeira.

Por toda a Margem Sul prossegue a luta dos corticeiros contra a ameaça de despedimento que sobre eles continua a pesar.

Da região Barreiro — Alhos Vedros foram enviadas a Salazar dezenas de telegramas pedindo que se evitem os despedimentos. Cerca de 100 trabalhadores destas localidades concentraram-se no Sindicato, no dia 18 de Novembro, para voltarem a discutir a situação. Entretanto esta acção foi prejudicada porque o presidente, apesar de conhecer a intenção dos operários, não compareceu.

No Seixal realizou-se também uma concentração no Sindicato de cerca de 70 trabalhadores, no dia 11 de Novembro. Os operários voltaram a insistir para que o presidente apoiasse as suas justas reivindicações. Este informou-os das diligências por ele realizadas junto do Presidente da Câmara que está disposto a recebê-los e lhe confessou: «Já estou aborrecido com o cargo, pois só tenho ganho dissabores e inimizades... vou por isso pedir a demissão».

No dia 17 os operários da Mundet do Seixal enviaram 3 telegramas, protestando contra a ameaça de despedimentos e pedindo providências, ao Presidente do Conselho de Ministros das Corporações e Economia. Idênticos telegramas foram enviados pelos operários da Wicander e das fábricas da Amora.»

(«Os trabalhadores lutam» — «Avante!», VI série, n.º 268 primeira quinzena de Dezembro de 1958)

A ciência perante a Paz e a Guerra

● Encontro de trabalhadores científicos

«A Ciência perante a paz e a guerra» foi tema do segundo Encontro de Trabalhadores Científicos sobre armas nucleares, realizado o passado sábado, em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

A finalidade do encontro, pelas palavras dos seus organizadores — «uma abordagem objectiva, pluridisciplinar, dos aspectos científico-técnicos dos desenvolvimentos mais recentes nos campos de investigação e desenvolvimento, fabricação, disseminação e utilização dos armamentos nucleares e seus vectores». Ou, na nossa linguagem de leigos — fazer o ponto da situação nesta questão central do nosso tempo, que é a corrida aos armamentos, as consequências já hoje, os terríveis perigos que comporta.

Ao longo do dia, foram temas abordados: os efeitos globais das armas nucleares — «inverno nuclear»; Iniciativa de Defesa Estratégica — «guerra das estrelas» — sua viabilidade científica e técnica; a investigação militar e o avanço da ciência e tecnologia; consequências sociais e económicas da corrida aos armamentos; questões do desarmamento; responsabilidade dos trabalhadores científicos.

Na abertura dos trabalhos do Encontro seriam à partida realçadas questões sempre presentes em tudo o que foi dito no encontro do LNEC. Por um lado o chocante contraste entre as imensas possibilidades abertas pelo desenvolvimento da ciência e da técnica e que nos dão razões de fundamentado optimismo quanto à solução dos mais prementes problemas que se colocam à humanidade. E a perversão desta revolução técnico-científica, quando orientada no sentido da autodestruição. Por outro a importância da crescente participação de trabalhadores científicos em todo o mundo na luta pela Paz.

Participação activa e empenhada, desde a organização de médicos às Universidades que recusam trabalhar para projectos suicidas, como o da «guerra das estrelas». Participação que evidencia uma crescente consciência da responsabilidade social — «não só na guerra como na Paz», como foi sublinhado. Pois também na paz há opções a fazer e nem todos os desenvolvimentos da ciência e da tecnologia corresponderão às necessidades do Homem, e do pequeno planeta sobre o qual temos hoje tanto poder e é a nossa casa comum.

O realce que nas páginas do «Avante!» damos a este encontro, tem a ver com a possibilidade acrescida — inerente à sua

actividade — que os trabalhadores científicos têm para melhor esclarecer e fundamentar as razões da tremenda urgência de uma batalha pela paz que tem que sair vitoriosa.

Na abordagem do tema «Uma forma de pensar, como poderoso alicerce na construção da Paz», disse Ester Luísa Rodrigues Dias, do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa:

«Movimentos de cientistas dos mais diversos pontos da Terra e defendendo as mais variadas ideologias e credos religiosos e políticos, têm divulgado, cada vez mais amplamente, as razões que os levam a temer uma guerra nuclear e têm alertado a opinião pública para as tremendas consequências que dela resultariam.

«Mas a função pedagógica do trabalhador científico não pode limitar-se a essa informação embora ela seja absolutamente necessária. Ele tem de tentar, em si e nos outros, a modificação da forma de pensar, em ordem a conseguir a eliminação das causas que podem provocar o temível holocausto. Uma dessas causas, ou mesmo a primeira de todas elas, é a não compreensão de que a guerra é absoleta pois o mundo é um todo, único e unificado, tudo o que nele existe está de tal modo inter-relacionado, que só pode conseguir-se o equilíbrio no equilíbrio da diversidade de tudo o que é a vida.»

A nossa função de jornalistas será contribuir também para a criação dessa nova mentalidade. Será divulgar qualquer novo conhecimento que vá carrear mais razões para a mobilização de todos para a luta. Porque do outro lado da fronteira, na absurda posição de apostar no fim da vida, está apenas o restrito sector do grande capital estreitamente ligado à produção de armas. Restrito sector que entretanto domina maioritariamente a economia e a investigação científica nos mais importantes países capitalistas, com destaque para os EUA.

Optámos aqui por pôr frente a frente duas facetas essenciais dos problemas da Paz e da guerra. A impossível aposta — mas que pode ser fatal — no desenvolvimento tecnológico como via para a reconquista de uma superioridade militar que, nos planos dos seus promotores, lhes garantiria o domínio mundial.

As terríveis consequências que adviriam da concretização de tais projectos!

Para concluir que não há caminho possível diferente do da Paz. Para que esse caminho se afirme, todos não são de mais nesta batalha.





O inferno de Dante no planeta azul

Não é por acaso que tão pouco se fala do que seriam as consequências de uma guerra nuclear. Os que promovem a violência de Rambo não se sentem particularmente preocupados em defender a nossa sensibilidade da visão do apocalipse nuclear. São outras as suas razões.

Após a projecção no pequeno écran, nos EUA, do filme «O dia seguinte» (que apenas aiorava a grandeza da tragédia previsível), famílias inteiras de norte-americanos correram para as igrejas, apavoradas. E se essa mesma massa de gente, finalmente esclarecida do que se trama no Pentágono, na Casa Branca, no complexo militar-industrial, saísse às ruas para exigir a paz? E não apenas a paz em termos gerais, mas a paz concreta. Que passa pela suspensão dos ensaios nucleares. Pelo fim do projecto da «guerra das estrelas». Pelo desarmamento nuclear.

É esta a questão. Por isso mesmo se tenta escamotear, ocultar, ou até negar, as terríveis consequências que teria uma guerra nuclear. Posição entretanto insustentável de um ponto de vista científico.

O quadro a que a ciência já chegou — e que seguidamente esboça-

mos em termos gerais — terá naturalmente lacunas e falhas várias (é nosso objectivo que nunca seja testado na vida real). Mas diz-nos já muito do inferno a que iríamos reduzir o planeta azul.

E a prova de que os dados não estão viciados é que se chega simultaneamente — por diferentes vias e em diferentes países — às mesmas conclusões, como foi salientado, sublinhando-se ainda que os modelos utilizados são os mesmo que servem para estudos meteorológicos, esses bem testados.

«Inverno nuclear» o inferno de Dante

O fogo, o frio, a escuridão — componentes do inferno de Dante — foi o quadro descrito pelo Dr. Olavo Rasquinho, do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, para ilustrar o que seria a realidade pós-guerra nuclear no nosso planeta. Um quadro que não ficaria circunscrito às zonas mais atingidas pelas devastações de uma guerra. Porque a «atmosfera não tem fronteiras».

Cingimo-nos aqui a alguns dados mais gerais, sobre os efeitos atmosféricos



A Paz e a Guerra, e a acção que os cientistas podem desenvolver, foram tema do II Encontro de Trabalhadores Científicos sobre Armas Nucleares, realizado sábado passado no LNEC

ricos da deflagração de parte da imensa capacidade nuclear de destruição existente hoje. Efeitos divulgados sob a designação de «inverno nuclear».

Actualmente estão armazenadas ogivas nucleares num total de 13 mil milhões de megatoneladas de TNT. Isto seria o suficiente para arrazar um milhão de cidades como Hiroshima (não há na Terra um milhão de cidades como Hiroshima!).

Mas nos seus estudos sobre as consequências previsíveis de uma guerra nuclear os cientistas tomam em consideração uma parcela deste monstruoso arsenal.

No exemplo apresentado — explosões da ordem das 5 mil megatoneladas — o fumo assim desenvolvido seria da ordem das 225 mil milhões de toneladas (em poucas horas). Como termo de comparação temos que, ao longo de todo um ano e em todo o mundo, a actividade industrial liberta hoje 200 milhões de toneladas de fumo.

Imensas nuvens de poeiras e fumos cobririam inicialmente as zonas directamente afectadas (previsivelmente o hemisfério norte) obscurecendo todo um horizonte pontuado de incêndios devastadores. Era a noite.

Mas não só a noite. As partículas de fuligem absorvem a radiação solar. E na noite, na ausência de radiação solar, as plantas ficam impossibilitadas de realizar a fotossíntese. A morte deste elo da cadeia alimentar arrasta só por si as outras formas de vida.

À noite viria somar-se o frio. Trinta dias depois da «guerra», as temperaturas normais nas várias camadas da atmosfera teriam sido invertidas. Ao nível da troposfera, que é onde vivemos e onde se manifesta o maior número de fenómenos atmosféricos, a temperatura teria descido para valores negativos da ordem das dezenas. Na atmosfera parada as imensas nuvens

de poeira e fumo permitiriam a passagem dos infravermelhos, não podendo assim a terra contar com essa fonte de aquecimento.

Um outro fenómeno iria atingir as possibilidades de sobrevivência da vida de forma brutal. Os cálculos feitos indicam que a camada de ozono seria drasticamente afectada. Fala-se de 30 a 40 por cento e até 70 por cento.

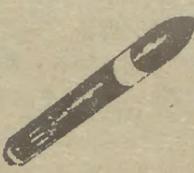
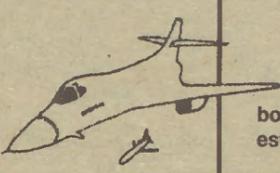
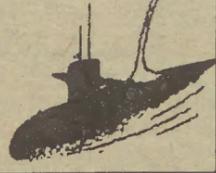
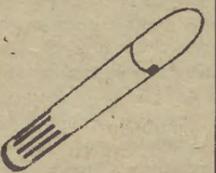
Ora sem a camada de ozono — é o que conclui a ciência, ao nível dos conhecimentos actuais — a vida seria pura e simplesmente impossível. A camada de ozono absorve a radiação ultravioleta na gama adequada à biosfera. E o ozono destruído leva anos para a sua reconstituição.

Para completar um quadro superficial, mas esclarecedor: a alteração geral das condições do movimento e circulação de correntes atmosféricas, levaria ao espalhamento das substâncias poluentes no sentido norte-sul.

É todo o planeta que está em causa. Não há ilhas de refúgio para os promotores de um holocausto nuclear.

Radioactividade. Os efeitos a longo prazo

«A biosfera, que distingue o planeta Terra dos outros astros do nosso sistema solar, desenvolveu-se durante talvez um bilião de anos. O conjunto dos ecossistemas resultante desta lon-

	320
mísseis balísticos intercontinentais «MX»	
	336
bombardeiros estratégicos «B-1B»	
	4
submarinos atómicos porta-mísseis sistema «Trident»	
	144
mísseis balísticos intercontinentais «Trident-2»	

126 500 MILHÕES ESBANJADOS

Se a administração norte-americana renunciar a cumprir as cláusulas do tratado Salt-II, nos próximos dez anos, o contribuinte norte-americano pagará 126 500 milhões de dólares, como mínimo, que serão destinados às despesas dos novos sistemas de armamentos, sem contar os sistemas já aprovados. Este esbanjamento, em virtude da vulnerabilidade que estes meios apresentam, traduzir-se-á em aumentos do arsenal nuclear dos EUA, em quantidades que o gráfico mostra.

Armas cósmicas, armas de primeiro golpe

Fazendo uma avaliação dos sistemas ABM (sistemas antimísseis) e ASAT (armas anti-satélites) e dos desenvolvimentos nestes domínios e analisando as mais variadas «justificações» do programa IDS, pensamos:

1. Que o alargamento da corrida aos armamentos ao Cosmos não tem uma dimensão puramente espacial. Antes se trata da elaboração de uma nova categoria de armamentos que poderão ser utilizados tanto com fins ofensivos como defensivos;

2. Que a militarização do espaço pretendida por certos meios representa um elemento decisivo nos planos que visam a obtenção de um potencial nuclear de primeiro golpe;

3. Que a eliminação dos riscos da corrida aos armamentos, incluindo a sua extensão ao Espaço, não poderá nunca significar a solução pura e simples de problemas exclusivamente técnicos, mas precisa antes do mais de decisões políticas.

Esta é uma importante conclusão de um encontro de cientistas da RDA, realizado em Novembro de 85, sob o tema «Pela utilização do Espaço com fins pacíficos, contra a militarização». Que aqui reproduzimos porque nos dá conta do «outro lado» do IDS. Não apenas um impossível escudo. Mas o desenvolvimento de novas armas de agressão. De «primeiro golpe». ■

2000



ga evolução incluiu o homem cujo tempo de existência é estimado em cerca de 650 000 anos.» Esta a síntese da primeira parte da exposição da dra. Carola Meierose, da Universidade de Évora. Palavras de introdução com que se pretende alertar para o valor inestimável daquilo que é o nosso meio-ambiente, a sua fragilidade, porque tudo é interdependente, e todos os fenómenos (ou sua alteração) mutuamente se repercutem. E ainda porque são escassos os nossos conhecimentos sobre estes ecossistemas em que o ser humano se integra (o seu estudo tem apenas 120 anos).

Quais os efeitos das diferenças de níveis de radioactividade para os ecossistemas? E para o homem?

É muito o que se não sabe. Mas no quadro dos conhecimentos actuais há que concluir que qualquer dose de radioactividade tem efeitos no plano biológico. A própria vida está ligada a um menor nível de radiação. Com uma elevada radioactividade não há vida, ou é extremamente reduzida.

Este um elemento que é indispensável ter sempre presente.

No que respeita ao ser humano — que naturalmente melhor conhecemos — calcula-se que 170 mil unidades de radiação ionizante é uma dose admissível. Quaisquer aumentos significativos sobre as doses admissíveis tem efeitos graves sobre a saúde, gerando doenças particularmente mortíferas, como é o caso do cancro.

Nas mulheres grávidas, tem dramáticos efeitos sobre a criança que vai nascer, atingindo em particular o sistema nervoso e as vias respiratórias do feto.

Por outro lado, as doses letais para os diferentes seres vivos variam no sentido inverso ao seu grau de desenvolvimento. Na simples amíbia a dose de radiação ionizante necessária para provocar a morte seria de 100 000. No homem (corpo inteiro) de 500.

São dados que bastam para compreender da gravidade das consequências de qualquer explosão nuclear.

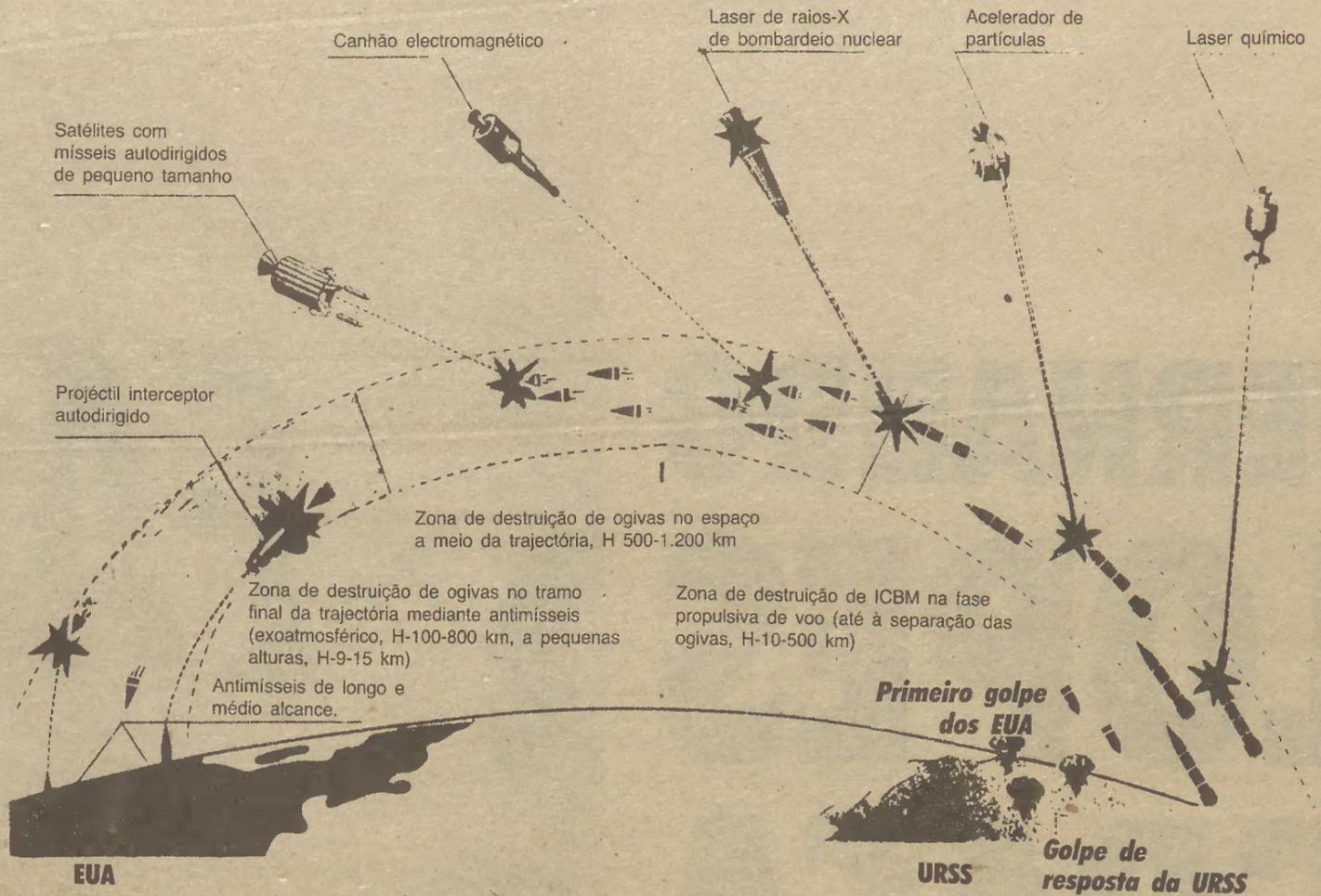
O exemplo concreto avançado, como alerta a conferencista, foi apenas um exemplo no quadro da utilização pacífica do átomo. O desastre de Tchernobyl. Que em nada se pode comparar a um ataque com uma «simples» ogiva nuclear. Muito menos às terríveis condições de um quadro de guerra. Muito pelo contrário. Tudo foi feito para minorar as consequências da tragédia.

Também por isso Tchernobyl constitui uma lição. Se mesmo em condições de paz se gerou uma situação tão difícil quando se perdeu o controlo da energia nuclear, não deliberadamente, mas por falha técnico-humana — que consequências para a Humanidade, que sofrimentos para os sobreviventes que teriam como perspectiva o fim, acarretaria uma guerra nuclear? Quem é que pode apostar em tal perspectiva?

E no entanto há quem estude e discuta estratégias e fabrique armas de segunda e terceira geração. Há quem pedra a pedra construa a via para o suicídio colectivo.

Há milhões e milhões de dólares em jogo — como foi sublinhado no encontro do LNEC. ■

Variante do sistema de defesa antimissil em grande escala elaborada nos EUA, parte integrante do potencial do primeiro golpe nuclear



«Guerra das estrelas» Defesa ou ataque?

As actuais despesas militares dos Estados Unidos são superiores às registadas durante a guerra do Vietnam. Este um elemento esclarecedor do conteúdo da política externa norte-americana a que outros importa acrescentar, porque muito nos dizem das intenções quanto ao futuro.

Quase 50 por cento dos especialistas em astronomia, astronáutica e aeronáutica nos EUA trabalham no sector militar. Estão também ligados a este sector aproximadamente 30 por cento dos matemáticos e mais de 20 por cento dos físicos. Quase metade dos especialistas dos diversos ramos da ciência estão de alguma forma ligados à investigação militar (tendo em conta também o sector privado). Muitas Universidades têm contratos militares, ou seja, estão em íntima ligação — e dependência — com o Pentágono. Mais: nos Estados Unidos, todas as verbas destinadas ao desenvolvimento da investigação são investidas no sector militar.

Estes são alguns dos elementos de análise avançados pelo Dr. Rainer Rilling, da Liga dos Cientistas Democráticos da RFA, na sua riquíssima exposição sobre investigação militar e o avanço da ciência e da tecnologia.

Elementos muito concretos que já de si põem em xeque o autoproclamado carácter defensivo de uma política que gera projectos como a «Iniciativa de Defesa Estratégica», a «guerra das estrelas».

Não é naturalmente de defesa uma política que nestas proporções aposta no sector militar. Como foi demonstrado à sociedade no Encontro de trabalhadores científicos, não é tão-pouco de defesa o projecto «IDS».

Antes do mais porque para a defesa não serve...

Não entramos aqui nas considerações de ordem técnica que foram

avanzadas no LNEC. Limitamo-nos a salientar alguns pontos importantes.

O «IDS» é apresentado como um sistema de «defesa». Um «escudo» que deveria defender todo o território dos Estados Unidos dos mísseis balísticos da União Soviética e da comunidade socialista (no pressuposto absurdo de um ataque deste género...).

Para que este «escudo» tivesse algum sentido, seria necessário que a sua eficácia fosse total ou praticamente total. Porque, mesmo se abstrairmos aqui o carácter universal das consequências de uma guerra nuclear, um pequeno número de ogivas que passasse as barreiras defensivas iria provocar destruições imensas (no mínimo). E note-se que um míssil tem em média dez ogivas.

Uma outra faceta da questão. As várias componentes do sistema anti-míssil das armas projectadas à fase de desenvolvimento da informática exigíveis — não existem ainda. Casos há em que se afirma serem completamente inviáveis (não se pode combater as leis da natureza, que não se alteram...). Nenhum teste final pode garantir a fiabilidade do sistema...

A própria manutenção das projectadas bases militares espaciais, nomeadamente no que respeita às imensas quantidades de energia necessárias, e ao seu transporte, colocaria problemas sérios. Exigiria, por exemplo, um sistema energético próprio. Se fosse utilizada a actual produção de energia nos Estados Unidos... «carregávamos no interruptor e a luz não acendia...»

Paralelamente, as contramedidas a opôr a tal sistema «defensivo» baseiam-se em tecnologias já existentes, e podem ser relativamente baratas (em termos comparativos, como é evidente).

O «IDS» não é um sistema de de-

fesa razoável. A constatação da sua ineficácia levou já à autodemissão de um dos seus principais responsáveis (no plano da elaboração científica).

Mas esse facto em nada reduz os imensos perigos que acarreta.

Antes do mais porque no concreto estamos perante a criação de armas qualitativamente novas. Uma nova geração de armas de ataque.

Um primeiro elemento a que importa somar outros dados significativos.

Uma das contramedidas possíveis face ao desenvolvimento deste sistema de armas é o aumento do número

de mísseis. Agravando só por si o frágil equilíbrio em que vivemos, num planeta carregado de armas suficientes para destruir várias vezes.

O grau de sofisticação das novas armas, a quantidade de informação que no quadro do projectado sistema se impõe tratar, a velocidade exigida para as operações de cálculo, análise e decisão, exige a utilização do computador ao nível do comando.

Retirando de mãos humanas o próprio poder de decisão em momentos cruciais para o futuro da humanidade.

Que caminho é este? ■

O fim que não queremos

«Uma grande guerra nuclear deixaria, até onde somos capazes de imaginar, no máximo, alguns sobreviventes dispersos no hemisfério norte, sobreviventes esses sujeitos a enfrentarem frios extremos, fome, falta de água, denso smog, tudo à meia luz ou mesmo na escuridão e, ainda por cima, sem qualquer hipótese de ajuda de uma sociedade organizada.

Os ecossistemas de que seriam muitíssimo dependentes apresentar-se-iam muito sobrecarregados, modificando-se de maneiras dificilmente previsíveis e com o seu funcionamento muito limitado. Os ecologistas não sabem o suficiente acerca de sistemas tão complicados para preverem de forma exacta como se apresentariam quando se «recuperassem». É inteiramente problemático se a biosfera iria alguma vez regressar a qualquer coisa semelhante ao que é hoje (...). Se os efeitos atmosféricos se espalham realmente a todo o planeta, não podemos ser a certeza de que o Homo sapiens possa sobreviver.»

Palavras do Dr. Paul Ehrlich, professor da Universidade de Stanford nos Estados Unidos, na Conferência, realizada em Washington — «O mundo após uma guerra nuclear, suas consequências biológicas a longo prazo». ■

FERNANDO LOPES GRAÇA



Quando, aos 14 anos, Fernando Lopes Graça actuou como pianista num quinteto organizado para acompanhar filmes no Cine-Teatro de Tomar, sua terra natal, o País não reparou nisso.

Estava-se em 1920, num tempo em que Portugal era muito mais Lisboa do que hoje, pelo que a sua existência artística só poderia merecer público apercebimento na capital, onde nove anos depois — em 1929 — voltou, curiosamente, a entrar num cinema como pianista, na orquestra do Cinema Central de Lisboa. Neste lapso de tempo produziria entretanto o bastante, não apenas para confirmar a precocidade artística que obviamente extravasava o quadro de animador musical cinematográfico, mas para anunciar o aparecimento de uma personalidade cultural fulgurante: matricula-se no Conservatório de Lisboa (curso superior de piano, composição e ciências musicais), concluído o curso superior de piano frequenta a aula de virtuosidade de Viana da Mota, no ano seguinte (1928) faz a sua apresentação pública como compositor, matricula-se na Faculdade de Letras de Lisboa em Ciências Históricas e Filosóficas, funda o jornal «A Acção», em Tomar, do qual fica director, e escreve os primeiros artigos de ensaísmo musical na revista «De Música», que funda em 1929 com Pedro Prado.

Assim, aos 23 anos, o jovem Fernando Lopes Graça já se impusera nos meios culturais nacionais. Dois anos depois — em 1931 — mais alguém, entretanto, demonstra ter reparado nele: o regime fascista, que o prende e o desterra para Alpiarça, na sequência do seu abandono da Faculdade de Letras como protesto contra certas medidas coercivas tomadas pelo Conselho Escolar durante uma greve académica.

Ganhava contornos precisos a trajectória deste homem extraordinário: intensa militância antifascista como artista e cidadão seria, a partir daí, o quadro onde se passou a construir a vida e a obra de Fernando Lopes Graça, que este ano festeja o seu 80.º aniversário.

Fernando Lopes Graça nasceu em Tomar, a 17 de Dezembro de 1906, iniciando aos 11 anos os estudos de piano e solfejo. Três anos mais tarde, em 1920, actua pela primeira vez em público como pianista, num quinteto organizado para acompanhar filmes no Cine-Teatro de Tomar, matriculando-se em 1923 no Conservatório de Lisboa, para o curso superior de piano, composição e ciências musicais, disciplinas regidas por Adriano Mereia, Tomás Borba e Luis de Freitas Branco, respectivamente. No ano seguinte, nova matrícula, desta vez no Curso Complementar de Letras do Liceu de Passos Manuel.

Entre 1927 e 1929 dá passos importantes na sua carreira artística e surge a público com actividades que transcendem o âmbito da música, nomeadamente no campo jornalístico, ensaístico e de crítica. E neste período que frequenta a aula de virtuosidade de Viana da Mota, após conclusão do curso superior de piano, que faz a sua primeira apresentação pública como compositor («Variações sobre um tema popular português» para piano, em 1928), que se matricula na Faculdade de Letras de Lisboa em Ciências Históricas e Filosóficas (onde ocorrerão poucos anos depois incidentes significativos na sua vida), que funda o jornal «A Acção», em Tomar, do qual fica director, que escreve os primeiros artigos de ensaísmo musical na revista «De Música», funda-



Ao cimo: Fernando Lopes Graça dirigindo o Coro da Academia de Amadores de Música em Luanda, num dos vários concertos que realizou na capital angolana em 1979. Em baixo, da esquerda para a direita: sempre dirigindo o Coro da Academia, que está intimamente ligado ao seu nome, desta vez na primeira Festa do «Avante!», em 1976; na mesma Festa e no mesmo palco, sendo cumprimentado pelo compositor italiano Luigi Nono; dirigindo o Coro em plena rua, na homenagem a Bento de Jesus Caraça, em 1974; finalmente uma foto histórica, dos princípios dos anos 50, com o coro da Academia dos Amadores de Música, recém-formado e também chamado Coro Lopes Graça



da por si nesse ano, com Pedro Prado. Quando, ainda em 1929, entra de novo como pianista para a orquestra de um cinema (o «Central de Lisboa») já não é o adolescente precoce e desconhecido de Tomar, mas um jovem artista cuja dimensão e personalidade irão em breve atrair a sanha do regime fascista.

As primeiras perseguições

O ano de 1931 fica assinalado na vida de Fernando Lopes Graça pelo primeiro confronto sério com o ainda recente regime salazarista, o qual não esquece a sua atitude de abandonar a Faculdade de Letras como protesto contra certas medidas coercivas tomadas pelo Conselho Escolar durante uma greve académica. Tempos depois, terminado o curso de composição com a classificação mais elevada, presta provas de concurso para as vagas de professor de solfejo e piano no Conservatório de Lisboa: obtém a 1.ª classificação mas não chega a ser nomeado para o lugar porque o regime prende-o por motivos políticos e desterra-o para Alpiarça...

No ano seguinte é contratado para leccionar solfejo, composição e piano na Academia de Música de Coimbra, volta à Faculdade de Letras (não concluindo, no entanto, o curso), convive com o grupo da «Presença» e colabora na revista e é eleito presidente da Direcção do Centro Republicano Académico. Mas pouco tempo depois a repressão salazarista mostra que continua «atenta» à carreira do jovem: em 1934 impede-o, invocando «motivos políticos», de usufruir uma bolsa no estrangeiro, que havia ganhado, para estudo de musicologia. Dois anos depois é mesmo detido por motivos políticos, julgado e condenado, mas entretanto executara, pela primeira vez em Portugal, música para piano de Hindemith e Schoenberg e escrevera os primeiros ensaios em língua portuguesa sobre estes compositores.

A perseguição de que é alvo não lhe verga a vontade: em 1937 parte para Paris a expensas suas e ali frequenta a cadeira de musicologia regida por Paul-Marie Masson e trabalha com Koehlin em composição e orquestração. No ano seguinte escreve «La fièvre du temps» por encomenda da Maison de la Culture (em contraste com a feroz perseguição que lhe moviam as autoridades do seu próprio País...) e emprende a harmonização de canções populares portuguesas. Ao eclodir a 2.ª Guerra Mundial, alista-se no corpo de voluntários dos «Amis de la République Française». Recusa uma proposta de naturalização francesa e em Outubro regressa a Portugal, fixa-se em Lisboa e assegura a crítica teatral em «O Diabo» e a musical na «Seara Nova».

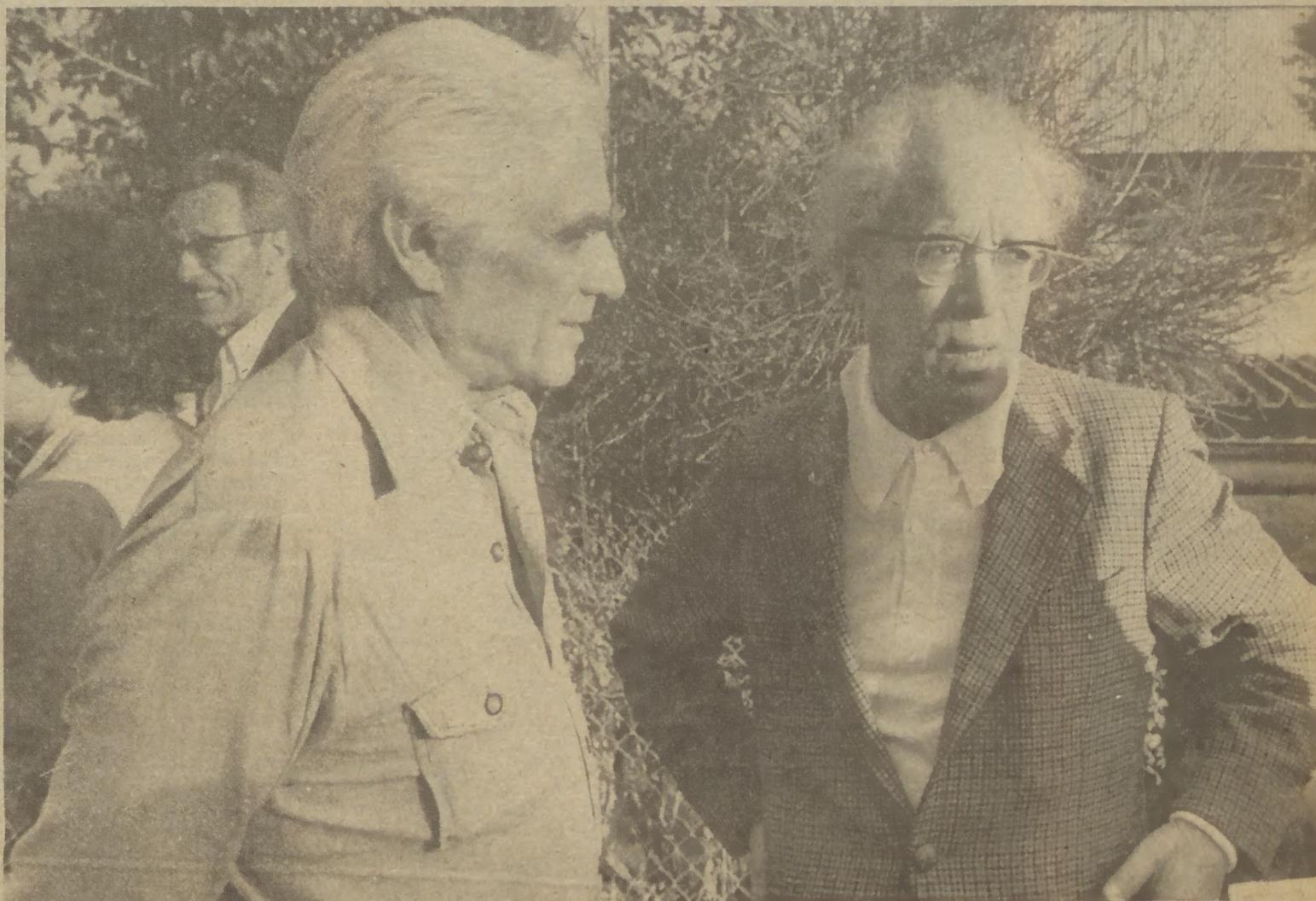
Actividade prodigiosa

A década de 40 testemunha uma intensa intervenção musical, intelectual e



Uma intensa militância antifascista como artista e cidadão; uma figura marcante na cultura portuguesa do nosso século

cívica do maestro. Logo no seu início ganha o prémio de composição do Círculo de Cultura Musical com o «1.º Concerto» para piano e orquestra, ao mesmo tempo que recusa a direcção da secção musical da EN para não ter de satisfazer formalidades de ordem política. Exerce o professorado na Academia de Amadores de Música (piano, harmonia e contraponto) e em 1942 funda, com outras personalidades, a «Sonata», além de obter novamente o prémio de composição do CCM com a «História Trágico-Marítima». No ano seguinte traduz «Les Confessions» de J. J. Rousseau e em 1944 ganha, pela 3.ª vez, o prémio de composição do CCM com a «Sinfonia». A meio da década faz parte da Comissão Distrital do MUD, cria o Coro do Grupo Dramático Lisbonense, mais tarde Coro da Academia de Amadores de Música (secção de folclore) e assume o cargo de secretário da Redacção da «Seara Nova». Em 1948 promove, na «Sonata», a audição integral dos Quartetos de Bartok, participa no 1.º Congresso dos Intelectuais para a Paz, na Polónia, participa no 2.º Congresso de Compositores e Musicólogos Progressistas em Praga e participa, como secretário da secção portuguesa do SIMC (criada graças às suas diligências), nos Congressos realizados durante os Festivais de Amsterdão (1948) e Palermo (1949). Ainda em 49 é convidado para o júri do Concurso Internacional Béla Bartok, em Budapeste, mas é impedido de partir... En-



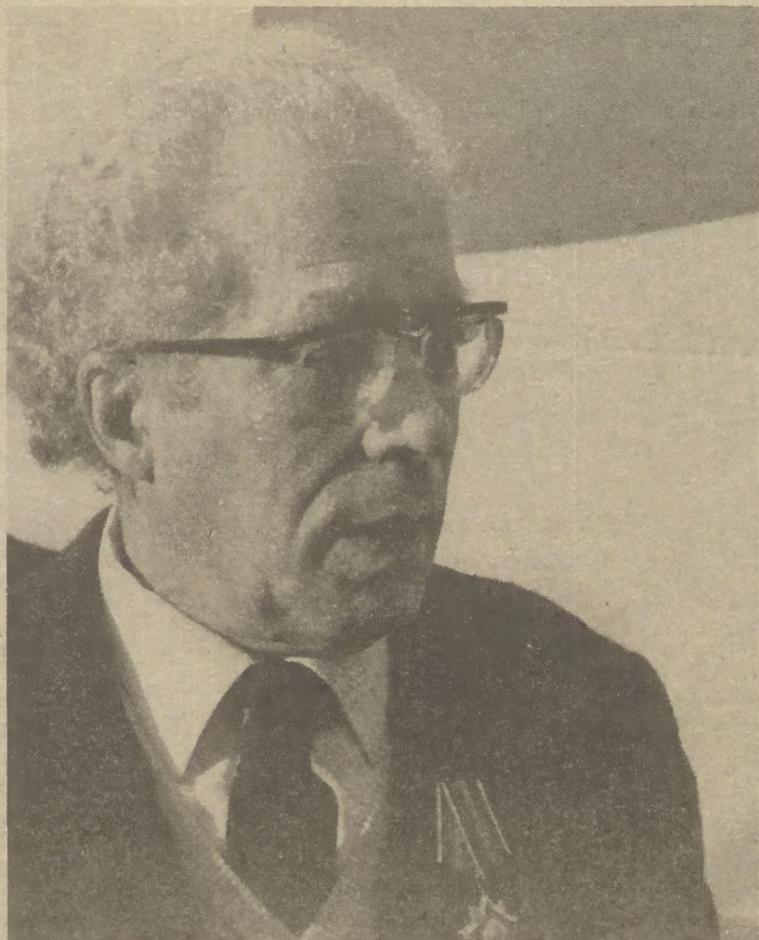
Com Álvaro Cunhal, num intervalo dos trabalhos da Conferência do PCP sobre o Poder Local, realizada em Almada a 18 de Outubro de 1981

tretanto abandona a «Seara Nova», por divergir da orientação ideológica assumida pela revista.

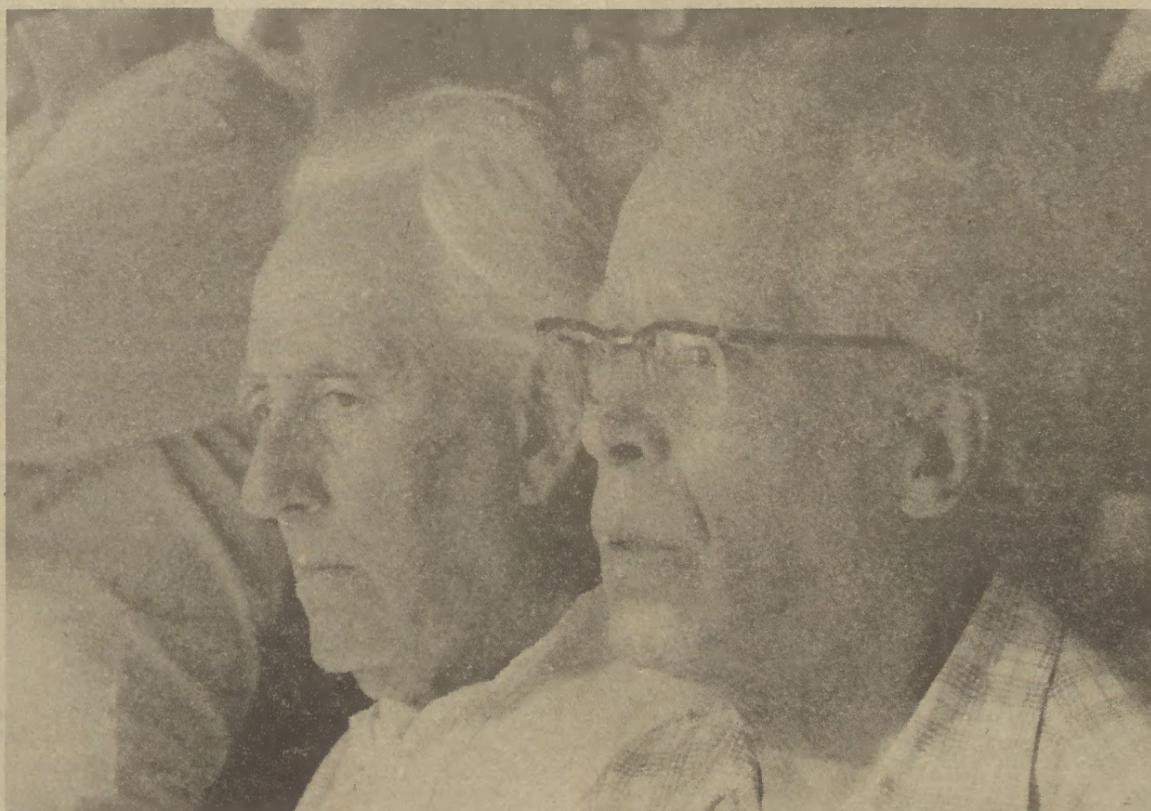
A década de 50 desenvolve-se na esteira da anterior, com a particularidade de o regime fascista ter levado a sua sanha persecutória até uma intervenção ministerial (em 1954) impedindo Fernando Lopes Graça do exercício de funções pedagógicas no ensino particular (à semelhança do que havia já imposto em 1931 em relação ao ensino oficial). Mas, como sempre, nada vergou o artista e o homem: em 1951 dirige o Coro Clássico da Academia dos Amadores de Música (então criado), funda, com outras personalidades, a «Gazeta Musical» e no ano seguinte obtém novamente o prémio de composição do CCM com a «3.ª Sonata» para piano. Em 54, já impedido de exercer funções pedagógicas (pelo que foi forçado a abandonar os seus cursos na Academia de Amadores de Música, que dirigia há 10 anos), promove a edição do Dicionário de Música, de Tomás Borba, obra que revê, actualiza e dota de entradas bio-bibliográficas. Em 1958 visita o Brasil, onde realiza recitais e conferências, o que repete no ano seguinte numa visita a Angola. Ainda em 1959 traduz «Beethoven — Les grandes époques créatrices», de Romain Rolland.

Um nome que ninguém pode ignorar

Na entrada dos anos 60 o nome e a obra de Lopes Graça já eram demasiado grandes para que a repressão fascista conseguisse enterrar-lhe o caminho. Em 1960 edita, com M. Giacometti, o 1.º volume da Antologia da Música Regional Portuguesa, em 1965 ganha o Prémio Príncipe Rainier III de Mônaco com o «Quarteto de Cordas» e com-



Em Janeiro de 1977, numa homenagem que lhe fez a Associação Portugal-URSS, ostentando a Ordem da Amizade dos Povos, condecoração que lhe fora concedida no ano anterior pelo soviete Supremo da URSS; a outra foto é de 1980, ao lado do grande poeta José Gomes Ferreira



põe, a convite de Rostropovitch, o «Concerto da camera col violoncello obbligato». Em 1967 faz parte do Júri Internacional de Composição das JM e em 1969 do Júri do I Festival de Música de Guanabara. Cria, em 1972, no âmbito das actividades culturais da Academia de Amadores de Música, o Festival dos Três Coros e no ano seguinte reassume as funções de director artístico da Academia de Amadores de Música e inicia a publicação das suas Obras Literárias (Ed. Cosmos) em 18 volumes, compreendendo inéditos, esparsos e reedições.

Em 1974, por incumbência do Governo Provisório saído do MFA de 25 de Abril, assume a presidência da Comissão para a Reforma do Ensino Musical e desloca-se a Budapeste para superintender na gravação discográfica de algumas obras suas. Em 1976 é condecorado com a Ordem da Amizade dos Povos, concedida pelo Soviete Supremo da URSS e no ano seguinte realiza uma viagem de concertos à União Soviética. Em 1979 realiza concertos em Luanda com o Coro da Academia de Amadores de Música e no ano seguinte volta à Hungria para superintender na gravação de «Divertimento» e assistir, como convidado do governo húngaro, às comemorações do centenário do nascimento de Béla Bartok. Em 1984 assiste em Moscovo à primeira execução, fora de Lisboa, do «Requiem pelas vítimas do fascismo em Portugal», durante o festival para a Paz ali realizado.

Lopes Graça é autor de uma vasta obra de música vocal (que conta muitas centenas de canções sobre textos de numerosos poetas portugueses e estrangeiros), coral (sobretudo arranjos de canções regionais) de piano, instrumental de Câmara e para orquestra. Deve-se-lhe também o primeiro cancionário de resistência antifascista, cuja publicação iniciou em 1946, e uma experiência no campo da música dramática (cantata-melodrama D. Uardos e Flérida, 1970). ■



Num convívio com intelectuais, ao abrigo da vigilância fascista. Reconhecem-se na foto, além de Lopes Graça (de escuro e com óculos), Soeiro Pereira Gomes, Fernando Piteira Santos e Mário Dionísio; a outra foto é um instantâneo da sua participação no 1.º Congresso dos Intelectuais para a Paz, realizado em 1948, na Polónia

Os futuros

Após se desunhar, numa página inteira, em escavações astrológicas, «O Diabo» desenterrou a seguinte garantia astral: «O CDS e Adriano Moreira terão ainda uma palavra a dizer quando novos ventos soprarem...» Se o futuro do CDS e de Adriano Moreira já depende das astrológicas do «Diabo», o melhor, mesmo, que têm a fazer é... consultar a bruxa! Mas uma de confiança, já agora.

O CDS e a agricultura

Centristas e afins decidiram ir até Elvas fazer um seminário sobre agricultura, em particular a que se pratica no Alentejo. Com grande auto-espanto, descobriram que ainda existem povoações agrícolas não electrificadas, que os agricultores beneficiariam com o acesso à informação de novos métodos para beneficiar a produção e, espanto dos espantos que os agricultores têm a lucrar com o associativismo.

Um dos intervenientes chegou mesmo a afirmar que os agricultores devem deixar de esperar que seja o Estado a tomar a iniciativa. Para quem, como centristas e afins, partilha tão intimamente as responsabilidades do que tem sido feito no Alentejo para liquidar o associativismo que os trabalhadores agrícolas tomaram a iniciativa de criar e desenvolver, tais afirmações são de fazer arregalar o olho. No caso presente, já não era mau que o Governo se abstinisse de intervir, pois sempre que o faz é para liquidar mais um pouco o direito à terra a quem a quer trabalhar.

Com menos seminários mais atenção às reivindicações dos trabalhadores agrícolas, não há dúvidas que a agricultura estaria muito melhor. Só que em Elvas não se pensou em trabalhadores agrícolas; a mensagem era para os latifundiários disfarçados de agricultores.

Que rica prenda!

Servilmente, o Correio da Manhã titula na sua edição de quarta-feira que a «CEE dá prenda de Natal». Contentíssimos da vida. Agora é que vai ser. Como quem ganha a taluda ou o totoloto, vamos chegar aí dinheiro que nunca mais acaba para desenvolver tudo e mais alguma coisa.

Contudo, o contentamento durou pouco. Lida toda a notícia ficamos a saber que «o Governo e a Caixa Geral de Depósitos celebraram ontem (o jornal é de quarta como dissemos) um protocolo que autoriza os municípios a contraírem adiantamentos de verbas para projectos com financiamentos aprovados pelo FEDER mas cujas transferências estejam bloqueadas». Mais se diz que «os adiantamentos da Caixa Geral de Depósitos serão feitos sob a forma de abertura de crédito em conta corrente, por um prazo de seis meses, eventualmente renovável».

Então é assim. Nós enviamos os projectos para a cidade (santa para alguns) de Bruxelas. A CEE avalia se esses projectos convêm ao desenvolvimento do nosso país. E depois diz que sim senhor, pode emprestar. E vai daí, o Governo manda à Caixa

Geral de Depósitos que desbloqueie a verba, é claro que ao juro do costume que isto aqui, como diz o Primeiro, não estamos para «privilégios», nem «desperdícios». Que rica prenda nos saiu a CEE.

Os «voos» de Cavaco

Cavaco Silva encomenda sondagens e diz que tem um programa para os próximos dois anos. «A opinião pública gosta de mim». Estranhas declarações estas, feitas durante uma visita às Oficinas Gerais de Material Aeronáutico. É caso para dizer que o Governo navega em planos e mais planos. Ou será que é só para impressionar a «opinião pública»?

O Governo viu aprovado na AR — para suprema infelicidade do Povo português — o seu programa. Mais recentemente sofreu uma derrota clamorosa com a derrota das suas «Grandes Opções para 1987» e a sua proposta de Orçamento foi seriamente alterada, ainda que não tanto quanto seria de desejar. Vem agora Cavaco Silva dizer que o Governo «vai aprovar em breve as linhas de orientação política até ao final da legislatura».

O que quer isto dizer? Que Cavaco Silva e os seus ministros vão novamente violar a Constituição com «planos» passados por baixo da mesa? Que vai Cavaco Silva fazer com o Orçamento que a AR aprovou e que a Constituição obriga que o Governo cumpra? Talvez que o ambiente tenha

Pontos Cardeais

entusiasmado em demasia o Primeiro-Ministro. Viu-se de repente, porventura, voando lá bem no alto, no país que ele desejava ter e não aquele que luta, resiste, trabalha e de perto o ameaça.

O leite da CEE

Só faltou soarem foguetes em Bruxelas para festejar os acordos a que chegaram os doze, felizes por conseguirem resolver questões que ameaçavam desorganizar os mercados mundiais. Como o caso do leite, ou da carne. Diz-se que há leite a mais, que não se sabe o que fazer à manteiga em excesso e à carne bovina armazenada. Vai daí, resolveu-se reduzir a produção e todos suspiraram de alívio. Os mercados mundiais vão continuar organizadinhos e os custos de armazenamento deixarão de ser um quebra-cabeças.

Para quem não saiba, diga-se que morrem diariamente no mundo milhões de crianças com fome. A quem falta o leite e que nunca chegaram a comer carne.

E vão continuar a morrer de fome para que os mercados mundiais não se desorganizem. Desconhece-se se há quem chame a isto a morte organizada.

O «Estado português da Índia»

Vinte e cinco anos depois da independência de Goa, Damão e Diu ainda há em Portugal quem chore o império perdido, cego, surdo e mudo à marcha da História. Uma folha reaccionária que dá pelo nome de «Dia» não poupou espaço para tratar do assunto. Como colaboradores, serviu-se de escritos de Franco Nogueira e Salazar sobre o assunto, entre outros documentos da época. E todo este trabalho só para lamentar a morte do colonialismo, insultar a memória de Nehru e chorar a descolonização «a maior traição que sofreu a pátria portuguesa ao longo dos seus nove séculos de existência». Sem comentários.

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Reagan, eminente coboiário de grande historial ia gozar o seu aniversário a nível nacional.

Eram discursos, festas e cantigas documentário até, com imagens, paleio e muitas figas a dar pela TV.

Veio depois o caso do Irão a descobrir aldrabice, torpezas, corrupção. Reagan deixou de rir.

As hostes dos falcões embaraçadas tremeram com os despistes. Então as festas foram canceladas p'ra não mexer mais em coisas tristes...

II

Dizem que a CIA passou por Portugal, pois então, os aviões que mandou com armas para o Irão. Cavaco disse que não não dera autorização...

Lá que os aviões passaram na sua rota escolhida os *ianques* confirmaram e ninguém hoje duvida. E o Governo papa-doce? O governo, esse, calou-se...

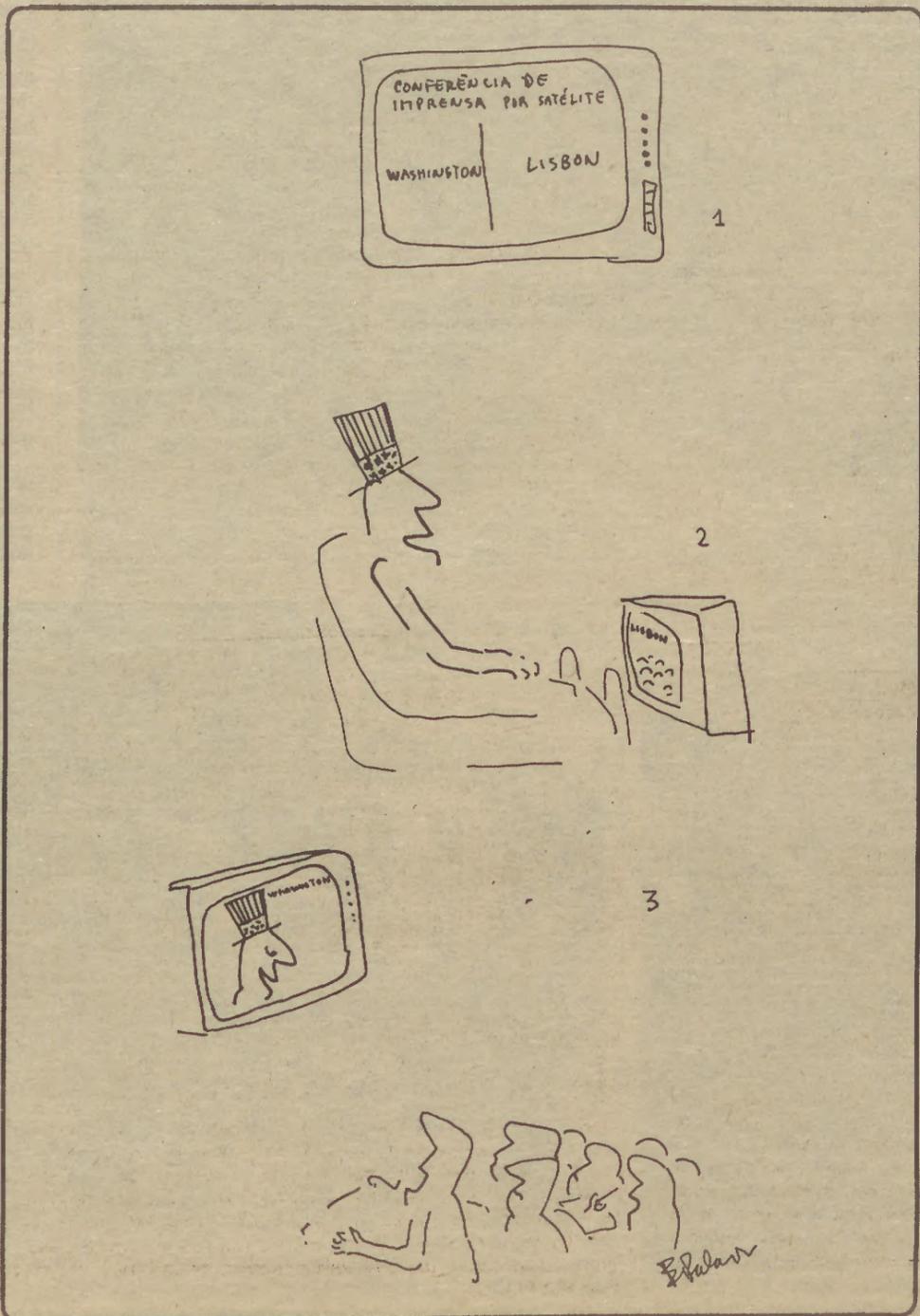
Não há no mundo escafermo mais estafado — é o que eu acho — que, dizendo-se governo tenham forma de capacho. Vem ultrage sobre ultrage e ele nem sequer reage...

III

Cavaco foi à TV. Para quê? Não o sabia ninguém muito bem. Mas no final ele acabou por explicar: era para desejar «Santo Natal...»

Tivéramos na véspera o espanto de aumento sobre aumento: até o pão sagrado fora agravado...

Como tantos meninos, nesse dia, Jesus foi ofendido com excesso. Por acção de Cavaco, a hipocrisia é que baixou de preço...



Agenda

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 677
18 de Dezembro de 1986
4.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Avante! Em foco

Bancas de Natal nos Centros do PCP Vale a pena, acreditem!

Ajudar o Partido e as organizações empenhadas em campanhas específicas, como sucede, por exemplo, em Lisboa (6.ª zona), no Porto (10 mil contos para o novo CT na cidade) ou em Setúbal (-60 mil contos para a luta dos trabalhadores), campanha em marcha para o novo CT da DORS na capital do Sado), aproveitar a oportunidade de fazer uma compra natalícia escolhida de uma variedade e de uma qualidade assinaláveis e, ao mesmo tempo, poupar uma tostão (ainda ninguém se apercebeu da explosão do consumo tão recesado pelo Governo Cavaco) são as propostas que as bancas de Natal instaladas em numerosos Centros de Trabalho do Partido Comunista Português, nas diversas regiões do País, aqui deixam à apreciação dos leitores do «Avante!».

Mais importantes que as palavras são as visitas que camaradas e amigos ainda vão fazer a essas bancas, onde podem encontrar de tudo para todos. Dos brinquedos ao vestuário, das peças decorativas e do artesanato às bebidas, passando pelos artigos utilitários, objectos pessoais, doces, novidades, etc.

Embora muito incompleta, a lista que aqui deixamos já de seguida dá uma ideia das múltiplas oportunidades que estão à sua espera, amigo leitor.

Distrito de Santarém

Vários CTs deste distrito ribatejano têm em funcionamento bancas de Natal onde a variedade dos artigos e os bons preços continuam a ser ponto de honra. Brinquedos, livros, discos, louças, objectos decorativos, roupas, bebidas, artesanato, candeeiros, vidros, enfim, de tudo para todos os gostos se encontra nos CTs de Santarém, em Tomar e em Alpiarça.

A banca em Santarém funciona das 14.30 às 22 horas. A de Tomar está aberta das 10 às 13 horas e das 14.30 às 22.30 nos dias úteis, aos sábados e domingos, e horário é das 15 às 19 horas. Entre as 9.30 e a meia-

noite funciona a banca do Centro de Trabalho de Alpiarça.

Amadora

Até 9 de Janeiro, o Centro de Trabalho da Amadora (Av. da República, 20, 1.º) oferece a possibilidade de uma boa compra na Loja de Natal que aí funciona das 14.30 às 22 horas. Brinquedos, louças, roupas, artesanato, cobbres, cristais... é só escolher!

Distrito de Coimbra

Artigos regionais e toda uma variedade de propostas para uma simpática oferta nesta quadra natalícia estão à disposição dos camaradas e amigos que visitarem as bancas especiais instaladas nos Centros de Trabalho do PCP em Coimbra, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.

Lisboa: no Vitória e não só...

Tudo para uma boa oferta é o lema da Loja de Natal que funciona no Centro Vitória, na Avenida da Liberdade.



Banca gigante no Vitória, em Lisboa

de. Aberta até 9 de Janeiro, das 11 da manhã às 21.30, esta «loja» é um grande bazar de Natal onde encontramos uma variedade impressionante de artigos. A diversidade dos produtos, acrescentam-se também os bons preços que vale mesmo a pena dar um salto ao Vitória, onde não faltam transportes rápidos mesmo a porta.

Mas se é verdade que é no velho Vitória que existe a maior banca de Natal dos CTs de Lisboa, também outros Centros na capital têm em funcionamento iniciativas idênticas, como sucedeu, por exemplo, em Alcântara, Santos e Lumiar, que merecem igualmente uma visita atenta.

No CT de Alcântara, a banca funciona de segunda a sexta-feira, das 11 às 22.30 horas.

de Freguesia da Ameixoeira e do Lumiar, a banca, instalada no novo Centro, na Rua Comandante Fontoura da Costa, 39, loja H, frente ao antigo cinema Lumiar, funciona das 17 às 23 horas nos dias úteis e das 10 às 19 horas aos sábados e domingos. Esta banca é acompanhada de um serviço de bar.

Algarve

Na sua ponta final, a campanha dos 3 mil contos promovida pela Direcção da Organização Regional do Algarve (DORAL) do PCP incluiu a preparação de bancas de Natal nos Centros de Trabalho do Partido em Faro, Olhão e Lagos.

Como nos refere a DORAL, aí se

Distrito do Porto

Tal como em anos anteriores, também este ano está a funcionar no pavilhão grande do CT de Boavista, o mercado de Natal.

Aberto desde o passado dia 26 de Novembro, o mercado, recheado de muitos e variados produtos (qual deles o melhor) espera a vossa visita, diariamente das 14.30 às 23 horas e na véspera de Natal das 11 às 20 horas.

E agora é só escolher: bacalhau, presunto e chouriço caseiro, queijo da serra, vinho verde, chocolates, tapetes, artigos de pele, vidros, artesanato, filigranas, flores, têxteis, roupas, fatos de treino, electrodomésticos, livros e discos, brinquedos...

das 14.30 às 22 h.

CENTRO DE TRABALHO DA AMADORA DO PCP AV. REPUBLICA, 20-1º

- BRINQUEDOS
- LOIÇAS
- ROUPAS
- ARTESANATO
- COBRES
- CRISTAIS

Tudo para uma boa oferta

86 Banca de Natal NO C.T. DE ALPIARÇA DO PCP

- BRINQUEDOS
 - LOIÇAS
 - VIDROS
 - LIVROS
 - BEBIDAS
- NAS 9.30 ÀS 24 horas

LOJA DE NATAL NO VITÓRIA

ARTESANATO
BRINQUEDOS
LOIÇAS
ROUPAS

Tudo para uma boa oferta

AVENIDA DA LIBERDADE LISBOA

Aberto todos os dias das 11 às 21.30h.

Bancas de Natal e festas de fim de ano

COM ESTA CRISE ONDE É QUE VOU FAZER AS COMPRAS DE NATAL?

JA SE!!!

BOAS FESTAS!

COM O PCP POR ABRIL!

Na última edição do «Avante!» falamos das bancas de Natal que estão a funcionar em numerosos Centros de Trabalho do PCP em todo o País. E de algumas das novidades pomnentes de interesse: Santarém, Tomar, Alpiarça, Amadora, Lisboa (Vitória, Alcântara, Santos, Lumiar), Coimbra, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure, Faro, Olhão, Lagos, Porto (Boavista), Gaia e S. Mamede. Por agora acrescentamos a lista as bancas dos Centros de Trabalho de Braga e Viana do Castelo. Segundo nos informa a DORM do PCP, brinquedos, livros, filigranas, linhos, tapetes, cerâmicas, meadas, artesanato, peles e couros, bebidas, frutas secas e... bacalhau são alguns dos artigos que se encontram nas bancas do CT de Braga. Uma palavra também, «cá» mais abaixo, na região de Lisboa, para o CT de Moscavide, onde a banca natalícia funciona das 20 às 23 horas, todos os dias.

Três espaços de animação e convívio em simultâneo — discoteca, estúdio de cinema e café-concerto — são argumentos de peso para a participação na grande festa de fim-de-ano que o Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP organiza pelo terceiro ano consecutivo na Voz do Operário. Na próxima edição do «Avante!» daremos todos os pormenores desta iniciativa, que decorrerá entre as 22 horas e as 5 da manhã... do 1.º dia de 1987.

No Porto, o CT da Boavista vai receber na última noite de 1986 uma festa de fim de ano em chelo. A iniciativa é do Comité Local do Porto e incluirá uma «grande discoteca»!

FIM ANO festa DEconvívio

RECETOS DESPORTIVOS DA AMADORA (EX-CINE I PLAZA)

86 87 AMADORA

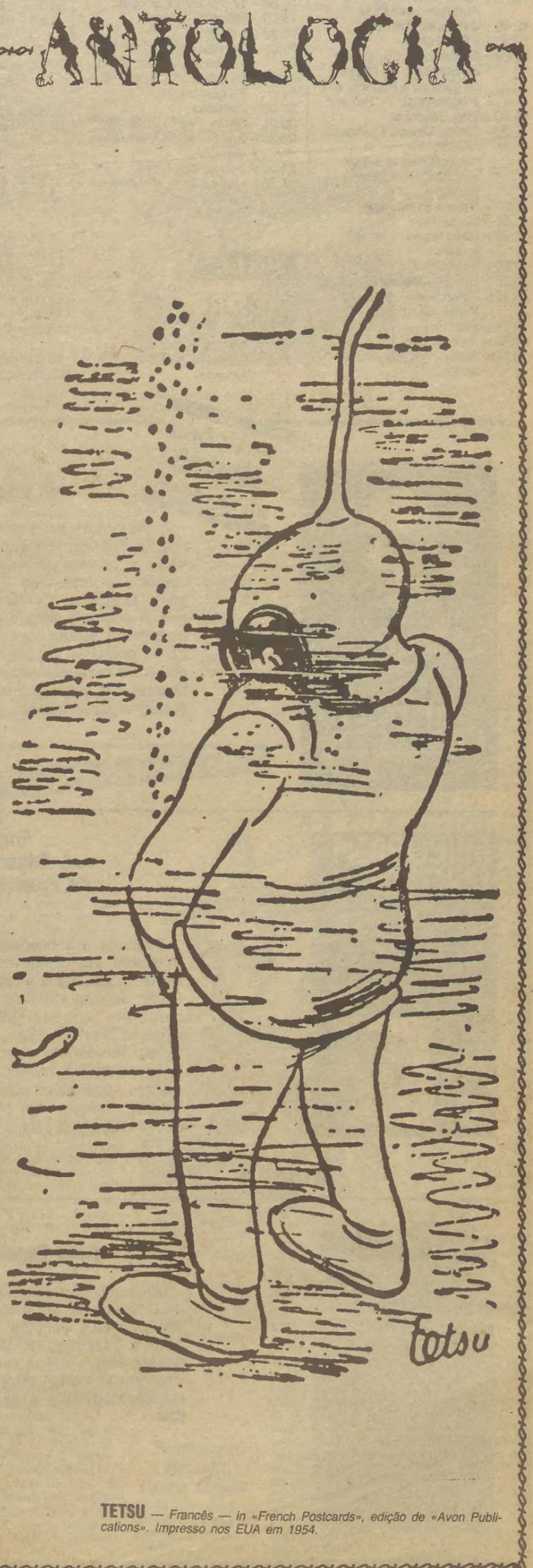
COMPRA JÁ O TEU CONVITE
RESERVA JÁ A TUA MESA
BAILE

ESPECTÁCULO
CEIA E....

MUITAS SURPRESAS!!!!!!

JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



TETSU — Francês — in «French Postcards», edição de «Avon Publications». Impresso nos EUA em 1954.

TV O Programa

Quinta ¹⁸

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Série - «Doce e Amargo», 14.º Epis.
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - «The Tube»
- 14.00 - Ginástica - Campeões da Europa e do Mundo de Ginástica Rítmica, em programa da TV Búlgara
- 14.30 - Trio Odemira
- 15.30 - Circo, Circo!, 1.º Prog. - Artistas de nacionalidades e artes diversas. Real. Horst Eppinger.
- 17.00 - Brinca Brincando
- 18.00 - Sumário
- 18.50 - Concurso - «Par ou Ímpar»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela - «Viver a Vida», 24.º Epis.
- 20.55 - Europa
- 21.30 - Telemundo
- 22.00 - Série - «Kane e Abel», 4.º Epis.

22.55 - 24 Horas
23.25 - Remate

RTP2

- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Série - «Fama»
- 17.30 - Trinta Minutos com...
- 18.00 - Mundo Animal
- 18.30 - Estádio
- 19.30 - Os Romanos Entre Nós - «Roma. Os Itinerários de Roma no Mundo» (2.º Programa)
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série - «5.ª Dimensão»
- 20.30 - Série - «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Concurso - «A Quinta do Dois»
- 23.30 - É de Ler

Sexta ¹⁹

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Série - «Doce e Amargo»

- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Natal dos Hospitais
- 18.00 - Sumário
- 18.50 - Concurso - «Par ou Ímpar»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela - «Viver a Vida»
- 20.55 - Este é o Meu País
- 21.10 - Série - «Xaltes Negros», 3.º Epis. Produção RTP/Açores
- 22.10 - Hitchcock Apresenta... «Gigolo», real. Thomas Carter
- 22.45 - 24 Horas
- 23.15 - Remate

RTP2

- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Série - «Fama»
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Mundo Animal
- 18.30 - Estádio
- 19.30 - Os Romanos Entre Nós - «A Cidade Romana»
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série - «5.ª Dimensão»

- 20.30 - Série - «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Contraponto
- 22.30 - Série - «O Bravo Soldado Schweick», 6.º Epis.
- 23.30 - Uma Boa Ideia
- 23.40 - É de Ler

Sábado ²⁰

RTP1

- 09.00 - Concurso - «A Quinta do Dois» (repetição)
- 10.45 - Corpo Humano - O Envelhecimento: um processo durante o qual nem tudo é inevitável ou mesmo irreversível...
- 11.15 - Juventude e Família
- 13.00 - Sumário
- 13.10 - Jornalinho
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - ABZ
- 18.00 - Série - «A Super Avozinha»
- 18.45 - Super Trinta
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - 7 Folhas
- 20.55 - Concurso - «Faz de Conta»
- 22.50 - Série - «Os Investigadores», 5.º Epis.
- 23.50 - Pela Noite Dentro - «Intimidade» («Interiors»), realização Woody Allen, interpr. Geraldine Page, Maureen Stapleton, Diane Keaton (EUA/1979, 91 min.)

RTP2

- 12.30 - Outros Mundos
- 13.00 - Os Anos não Contam
- 13.50 - Meu Bicho Meu Amigo - «O Gato»
- 14.05 - Os Pratos da Balança
- 14.30 - Novos Horizontes
- 15.00 - Quem Te Viu e Quem TV - Eunice Munoz
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Eurocinema
- 21.30 - 01 Magazine de Informática
- 21.45 - Jazz
- 22.40 - Video Clube
- 22.55 - Troféu

Domingo ²¹

RTP1

- 09.00 - Missa
- 09.55 - Vida Animal
- 10.20 - TV Rural
- 10.55 - Juventude e Família
- 12.10 - 70 vezes 7
- 12.35 - Série - «O Almoço Está na Mesa»
- 13.00 - Sumário
- 13.10 - Viva a Música
- 13.35 - Série - «Os Roberts»
- 14.00 - Arco Íris
- 15.35 - Primeira Matiné - «O Regresso de Lassie», real. Fred M. Wilcox (EUA/1943, 89 min.)
- 17.30 - Amigos Disney
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Histórias de Cidades - «Velha Goa, Cidade Ecuménica»
- 21.15 - Série - «Nas Asas das Águias»
- 22.15 - Domingo Desportivo
- 23.20 - Dizem os Astros

RTP2

- 12.30 - Magazine
- 13.00 - Caminhos
- 13.15 - Música na América
- 13.40 - Um Dia na Vida De...
- 14.15 - Deslizes da TV



Serenata à Chuva — obra-prima em noite de Natal

- 15.00 - Troféu
- 17.00 - Fantasia e Realidade
- 17.30 - Série - «Hill Street», 22.º Epis.
- 18.30 - Série - «As Vagas do Tempo», 10.º Epis.
- 19.00 - Entrada Livre
- 19.20 - Série - «As Fontes do Som»
- 19.50 - Série - «Os Anos Trinta», 3.º Epis.
- 20.45 - 6 Arias para Cesário
- 21.05 - Série - «O Mundo é um Palco», 9.º Epis. - Schiller, Goëte: as raízes do teatro do séc. XX



22.00 - Cine-Clube - «Chamada para a Morte», real. Alfred Hitchcock, interpr. Ray Milland, Grace Kelly (EUA/1945, 105 min.)

Segunda ²²

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Série - «Doce e Amargo»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Documentário
- 14.00 - Fantasia Sobre o Ge'lo
- 15.00 - O Defensor de Coronado
- 16.00 - Gala da UNESCO
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - «Espirituais Negros na Terra Santa»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela - «Viver a Vida»
- 20.55 - Vamos ao Teatro - «O Caso do Dia»
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
- 16.15 - Notícias
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série - «5.ª Dimensão»
- 20.30 - Série - «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Série - «A Lenda de Gosta Berling», 5.º Epis.
- 22.25 - 2.ª Volta
- 22.50 - Série - «Benson»
- 23.20 - É de Ler

Terça ²³

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Série - «Doce e Amargo»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Documentário
- 14.00 - «Nadia»
- 16.00 - Zirkus
- 17.30 - Contos Mágicos
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - «Espirituais Negros na Terra Santa»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela - «Viver a Vida»
- 20.55 - Série - «Dempsey and Makepeace»
- 22.45 - 24 Horas
- 23.25 - Remate

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
- 16.15 - Notícias
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série - «5.ª Dimensão»
- 20.30 - Série - «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinema Dois
- 23.10 - É de Ler

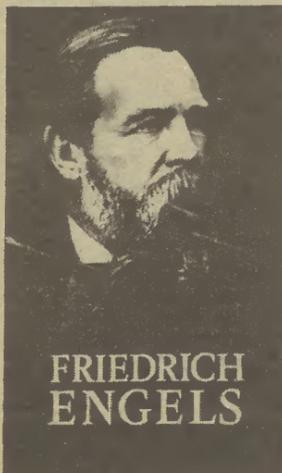
Quarta ²⁴

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.25 - Série - «Doce e Amargo»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Teatro Infantil - «Slim, Sala Bim»; «O Patinho Cwac»; «A Família do Lago»
- 14.45 - Histórias de Natal - «O Anel Mágico»; «Earth Stars»; «O Natal do sr. Kruger»; «Natal sobre a Neve»
- 19.00 - «Espirituais Negros na Terra Santa»
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.20 - Viva o Gordo
- 21.05 - Lotação Esgotada - «Serenata à Chuva», real. Stanley Donen e Gene Kelly (EUA/1952)
- 23.20 - Confraternização Portuguesa de Natal

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
- 16.15 - Notícias
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série - «5.ª Dimensão»
- 20.30 - Série - «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Oratória de Natal
- 23.30 - É de Ler



FRIEDRICH ENGELS

edições **Avante!**
Recomendam

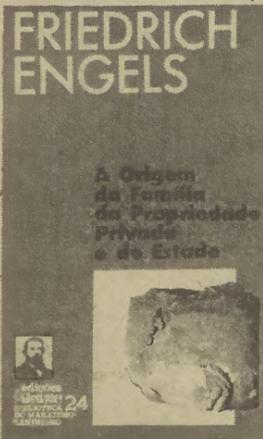
Biografia de Friedrich Engels

A elaboração de uma biografia científica de Friedrich Engels — genial pensador e lutador político, revolucionário convicto e destemido — é uma tarefa muito complexa. Contar a vida de Engels é contar a história gloriosa da luta da classe operária contra o capital, desde as primeiras acções do proletariado, dispersas e muitas vezes ainda espontâneas, até à sua transformação numa poderosa força política.

Friedrich Engels A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado

Segundo a concepção materialista, o momento em última instância determinante na história é a produção e reprodução da vida imediata. Esta é, no entanto, por sua vez também, de dupla espécie. Por um lado, a produção de meios de vida, de objectos, de alimentação, vestuário, habitação e dos instrumentos necessários para isso; por outro lado, a produção dos próprios homens, a reprodução da espécie.

Friedrich Engels

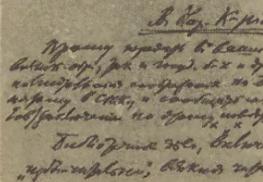


V.I. LÉNINE

Obras Escolhidas

V. I. Lénine Obras Escolhidas, tomo 4

No quarto tomo das Obras Escolhidas de V. I. Lénine em 6 tomos são incluídos trabalhos escritos entre Julho de 1918 e Dezembro de 1919, período do desencadeamento e intensificação da intervenção militar estrangeira contra a república soviética e da guerra civil no país.



Cinema A selecção Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Ana e as Suas Irmãs	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
B	A Cor Púrpura	★★	★★	★★★	★★★	★★★★
C	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
D	Intriga Internacional	★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★	—
E	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
F	O Passageiro da Noite	—	★★	★★★	—	—
G	Quarto com Vista sobre a Cidade	★★	—	★★★★	—	—
H	Ran	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de 1 a 5 estrelas

A — Real. Woody Allen — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45) — Lisboa.
 B — Real. Steven Spielberg — Sétima Arte (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00) — Lisboa.
 D — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Martin Scorsese — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Alan Rudolph — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. James Ivory — Amoreiras/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 H — Real. Akira Kurosawa — Alfa/3 (15.00, 18.00, 21.00 e 00.15), Amoreiras/1 (15.00, 18.00, 21.00, 24.00), Mundial/1 (15.00, 18.00, 21.00) — Lisboa.

• LISBOA

Albertina de Sousa e Ana Galvão, pintura e gravura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9. 1.º De 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30, sáb./15.00 às 20.00 (até 14/1)

Armarías, 500 peças de colecção particular. Das 11.00 às 23.00, Espaço 2062, Centro Comercial das Amoreiras (até 27/12)

Arte Plástica Postal (José Eduardo Rocha). SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Diariamente/14.00 às 20.00 (até 28/12)

Artesanato («Fazarte»). R. S. Pedro Alcântara, 63. 1.º (até fim Dezembro)

Arqueologia, organizada pelo Inst. Port. do Património Cultural. Gal. Almada Negreiros, Av. República, 16 (até 20/12)

«Brançusi fotógrafo». SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14 às 20 (até dia 30/12)

Banda Desenhada Portuguesa (a História de Portugal na BD portuguesa). Livr. Barata, Av. Roma, 11-A. De 2.ª a sáb./10.00 às 23.00 (até 31/12)

Cesário Verde — Bibliografia e iconografia, no 1.º centenário da sua morte. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.30, sáb./10.00 às 13.00 (até 20/12)

Colectiva — «As Viagens de Gulliver», pintura e escultura de artistas portugueses contemporâneos. Gal. EMI-VC, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00 (até 24/12)

Colectiva (Alberto Carneiro, Cabrita Reis, G. Parente, João Vieira, José Guimarães,

Júlio Sarmento, outros) Atelier de António Inverno, R. Emenda, 66, 3.º. De 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 14.30, às 18.00 (até 24/12)

Colectiva — «Alte-luia 86» (Cutileiro, João Bento d'Almeida, Croft, Marchand, Luís Camacho, Rui Chafes). Gal. Leo, Trav. Queimada, 48. Diariamente das 14.30. às 19.30.

Colectiva de aguarelas. Gal. A Janela Verde, R. Olival, 9. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00

Colectiva de pintura e escultura — selecção da mostra «Arte Portuguesa dos anos oitenta» apresentada na V Bienal de V. N. de Cerveira. Espaço Poligrupo/Renascença, R. Ivens, 14. e 2.ª a 6.ª/9.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 10/1)

Cristina Iglésias (Espanha), escultura. Gal. Cómicos, R. ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a 6.ª, 15.00 às 20.00 (até 31/12)

David Almeida, gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113-A.

«Estado Novo — das origens ao fim da autarcia», fotográfica, e documental sobre o período 1926-1959. Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.30 (até 31/12)

Fernando Ançã e Silva Palmeira, pintura. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a sáb./10.00 às 13.00 e 14.30 às 19.30 (até 31/12)

Gil Montalverne «Fantasquímica», fotografia. Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian (Piso 01). De 3.ª a dom./10.00 às 17.00

Gordillo, jóias. Gal. S. Francisco, R. Ivens,

40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. só de manhã.

Ilustrações de livros para crianças, França, séc. XX: «Petits Yeux, Grands Images». Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 31/12)

João Cutileiro — «O Nu e o Vestido», escultura. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 30/12)

Paulo Ossião, aguarelas. Atrium da Casa da Imprensa, R. da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 18/12)

Pinturas de índios da América Latina («Palavras Pintadas»). Museu de Etnologia, Av. Madeira (Restelo). De 3.ª a dom./10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até 19/12)

Rocha de Sousa, pintura. Gal. Bertrand, Chiado.

Boavista, 854. De 2.ª a sáb..% 16.00 às 20.00 (até 21/12)

Colectiva de pintura (José Malhoa, J. Lino, Lazaro Lozano, Mário Salvador, outros; **Objects Antigos**. Gal. Antiqua, R. Dr. Júlio de Matos. Das 16.00 às 20.00 (até 24/12)

David Clark, pintura. Gal. EG, R. do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.00 (até 31/12)

Jaime Azinheira «Diálogo com As Máscaras», escultura e desenho. Coop. Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 1.

80 Anos de Arte no Porto, colectiva, comemorativa do 80.º aniv.º do Futebol Clube do Porto, organizada em colaboração com a Cooperativa Árvore. Num pavilhão frente ao Estádio das Antas.

Vieira da Silva e Arpad Szenes, pintura e fotografia que deles fez Ursula Zangger. Até 18/1, Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. PORTO (inaugura sexta-feira)

Hogan



João Hogan, pintura, Ga. Ana Isabel, R. Emenda, 111. 1.º. De 2.ª a sáb./14.00 às 19.00 (até 31/12)

João Queiroz, pintura. Gal. A Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom./15.00 às 20.00 (até 29/12)

Manuel Rosa, escultura em pedra. Gal. Módulo, Av. António Aug. Aguiar, 56. 5.º-D. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 15/1)

Miranda Justo, pintura recente, Gal. Quadrum, R. Alberto de Oliveira (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 31/12)

Ana Vidigal, pintura, Gal. Módulo, Av.

Três Séculos de Ourivesaria Hispano-Americana (séc. XVII a XIX). Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 31/1)

Valente Alves, pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Neri, 42, 1.º. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sáb. e dom./16.00 às 19.00 (até 24/12)

Victor Palla, desenhos. Soc. Portuguesa de Autores, 31. De 2.ª a 6.ª/15.00 às 19.30.

OUTRAS LOCALIDADES

Nizuma, escultura em pedra. Até 30/1, Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL

«Fotografias nas Revistas Alemãs 1924/33» — Até 31/12, Casa da Cultura. CALDAS DA RAINHA

Espiga Pinto, pintura. Até 12/1, Museu de Évora.

A Europa na gravura do séc. XVIII, (intern.). Até Dezembro, Palácio Nacional. MAFRA

Helena Mata, pintura. Até 4/1, Pousada do Castelo. PALMELA

Eduardo Gageiro — «Os Desaparecidos», fotografia. Centro Cultural Reg. de Santarém, até 21/12. SANTARÉM

Manuel Guerreiro, pintura. Até 30/12, Museu Municipal SANTIAGO DO CACÉM

Lurdes Sendas — «Anjos, Demónios e Leões Feridas», pintura. Gal. de Artes Visuais do Museu de Setúbal/Casa de Bocage. De 3.ª a 6.ª, 9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.30, sáb. e dom./15.00 às 18.00 (até 28/12). SETÚBAL

Setúbal ontem e hoje, documental. Junta de Freg. de S. Sebastião. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.00 e 14.00 às 19.00, Sáb. e dom. só à tarde. SETÚBAL

«O Algarve e os Seus Artistas» — colectiva (6.ª Exposição de Artes Plásticas). Gal. de Artes Plásticas de Tavira, diariamente/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 6/1). TAVIRA

Gordillo, joalheria moderna. Gal. Neupergama. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 20/12). TORRES NOVAS

Ourivesaria — Colectiva do Palácio Nacional da Pena (até 31/1). Palácio da Pena. SINTRA

Francisco Nunes de Oliveira, «Palácios Imaginários». Galeria de exposições temporárias do Palácio Nacional da Pena. SINTRA

Gil Teixeira Lopes, gravura, pintura e escultura. Até 28/12, Gal. Barca d'Artes, Largo de S. Domingos. VIANA DO CASTELO

Teatro O Cartaz

• LISBOA

A Barraca, R. Alex. Herculano, 70. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **Os Polícias**, de Sławomir Mrozek, adapt. e enc. Hélder Costa.

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. **Isto é Maria Vitória**, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. 6.ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant**, de Fassbinder, enc. Carlos Fernando, pelo Grupo Teatro Hoje.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De 5.ª a sáb./21.45, dom./17.00. **Memórias de um Corpo**, de José Figueiredo Martins, enc. Cucha Carvalho.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade. De 3.ª a Sáb./21.00, dom./16.00 **A Mulher do Campo**, de W. Wicherley, enc. Luís Miguel Cintra — Comp. Teatro da Cornucópia.

Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a Dom. 21.45.

Dom./16.00. Aqui Há Fantasmas. Texto e enc. de Henrique Santana.

• PORTO

Teatro dos Modestos, R. Gonçalves Cristóvão. 3.ª a Sáb. 15.30 e 21 e 30, dom. 16.00. **O Jogo do Amor e do Acaso**, de Marivaux, enc. João Paulo Costa — Grupo os Comediantes.

de S. Bento, 75, B-2.º. Sáb./16.00, **A Rua dos Fantasmas**, de Javier Villafañe — Grupo de Teatro Maizum.

Comuna, Praça de Espanha, sáb. e dom., às 15.00. **Nós de um Segredo**, texto e enc. João Brites, pelo grupo «O Bando» (até ao fim do mês).

TIL, R. Leão de Oliveira, 1. **No Reino da Fantasia**, texto e enc. Agostinho Macedo. Sáb., dom. e feriados, às 16 horas (até 21/12).

• PORTO

Sala Pé de Vento, Rua das Virtudes. Sáb. e dom. às 16.00.

Na Ilha do Tempo, de Álvaro Magalhães, enc. de João Luiz.

• ALMADA

Academia Almadense. O Cavaleiro e o Dragão, de José Jorge Letria, enc. Joaquim Benite — Grupo de Campolide — Comp. de Teatro de Almada.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. 4.ª e 5.ª a b / 21.30, dom./16.00. **Gaileu Gaileu**, de Bertholt Brecht pelo Teatro Experimental de Cascais.

• SETÚBAL

TAS, R. Balneário Dr. Paula Rego. 3.ª, 4.ª e 5.ª, 21.30. **O Auto da Barca do Inferno**, de Gil Vicente, enc. Carlos César.

Para Crianças

• LISBOA

ABC, Parque Mayer. Sáb. às 18.30. **Fecha os Olhos...** **Entra Na História**, de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.

Casa dos Tabueneses, Rua dos Poiais

Homenagem a Lopes Graça

Com oitenta anos ontem feitos, Lopes Graça será a propósito homenageado no sábado na casa de que o seu nome — e porque o seu trabalho — é para sempre indissociável: a Academia de Amadores de Música.

É um concerto, a iniciar no salão da Academia às 18 horas, em que colaboram Nuno Barroso (piano), Dulce Cabrita (canto), Filipe de Sousa (piano), Joaquim Pimenta de Magalhães (violino), Madalena Sá Pessoa (piano) e Fernando Flores, Carlos Branco, Pedro Casaes, José António Mira (contra-baixos).

Colabora ainda o **Coro da Academia de Amadores de**



Música dirigida por José Robert. Obras: de Lopes Graça, naturalmente. Com a presença do maestro e de muitos amigos e personalidades da vida nacional.

...e ainda

Música, debates, etc.

Artista e cidadão desta nossa Pátria e do Mundo (e isto não é frase feita, como muita gente sabe e os leitores do «Avante!» sem dúvida), podemos e devemos associar-nos a esta homenagem. Nem que seja através de um telegrama...

Música

O Messias de Händel al está, finalmente. Na versão de Mozart, com cantores solistas e o Coro e a Orquestra Gulbenkian.

Em três concertos: **hoje**, dia 18, às 21.30, e **amanhã**, dia 19, às 18.30, no **Grande Auditório Gulbenkian**; **sábado**, dia 20, às 21.30, na **Basilica da Estrela**.

É a nossa única sugestão.

Cinema

O **ABC Cine Clube de Lisboa** tem uma antestreia para oferecer esta semana. **O Medo Come a Alma**, de Rainer Werner Fassbinder (RFA/1973). Amanhã, sexta, às 18.45, no Estúdio 444.

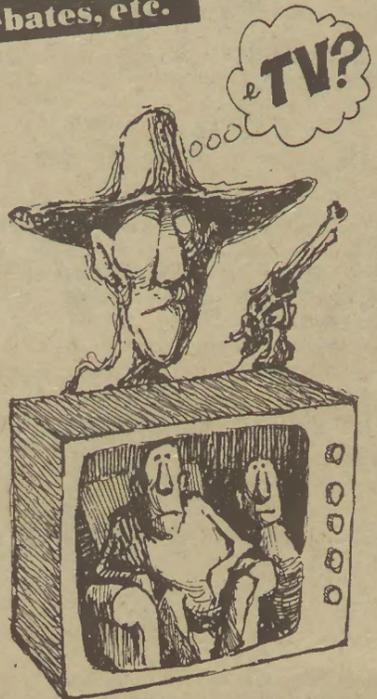
A **Cinemateca** está a apresentar um ciclo de filmes inéditos dos anos 80 de autores portugueses. Estão programados: para amanhã, às 18.30, A

Ilha de Morais, de Paulo Rocha, e às 21.30, do mesmo autor, **A Ilha dos Amores**; para sábado, **Le Soulier de Satin**, de Manoel de Oliveira, falado em francês — as duas primeiras partes a partir das 15.30, as 3.ª e 4.ª às 21.30.

No Forum Picoas continua até fim de Dezembro o ciclo «Cinema e Música — Os Anos do Rock». Ainda hoje **A Rosa**, de Mark Rydell, nos dias 19 e 20 **O Fantasma do Paraíso** de Brian de Palma, de 21 a 23 **Rolling Stones** de Hal Hashby. Sessões às 19 e 22 horas, aos sábados, domingos e feriados também às 16 horas.

Bailado

O Quebra-Nozes, o célebre bailado sobre partitura de Tchaikovsky agora coreografado por Armando Jorge a partir da coreografia clássica de Petipa/Ivanov, será representado de hoje a dia 23 (com excepção de 21), e de novo nos dias 26 e 28 no **Teatro Nacional de S. Carlos**. Bailarinos solistas e a Companhia Nac. de Bailado, com o Coro de S. Carlos dirigido por Gianni Beltrami e a Orquestra Sinfónica do mesmo Teatro Nacional sob direcção



do maestro Antoine Mitchell.

Horários dos espectáculos: dias 18, 19, 22 e 23/21 h; dias 20 e 26/18 h.

Este espectáculo será também apresentado no Porto nos dias 4, 5 e 6 de Janeiro, no Teatro Rivoli.

Festa do Brasil para todos

Por iniciativa do Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte — o ACARTE — da

Gulbenkian, a «Companhia Aérea da Terra» (Brasil) leva à cena hoje e amanhã às 18 e 30 e sábado e domingo às 15 e às 17 horas, na Sala Polivalente do CAME, **O Mistério do Bol Surrubim**, um musical inspirado no «Guardador de Rebanhos» de Pessoa, especialmente destinado a crianças e jovens mas que pelo que se tem publicado acerca do espectáculo, deve agradar a todas as idades. Preços: os habituais, isto é, 200\$00 com 50% de desconto para jovens estudantes.

Tempo Fim de Semana



Quer no sábado, quer no domingo, a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica indica que vamos ter céu pouco nublado nas regiões do Sul, e muito nublado no Norte e mesmo também no Centro. Vento fraco a moderado no Norte. Também no Norte, possibilidades de períodos de chuva.

a TV

Maus lençóis

Reagan em maus lençóis. Avolumam-se as suas responsabilidades na venda clandestina de armas ao Irão e consequentes desvios, corrupções, vendilhices.

Telejornal lá vai informando o estritamente indispensável para não ser acusado de silenciar a caso. Diz, mas não emociona. Não carrega no pedal.

Deixa-se ir... na cantiga.

A estampilha

Não sei se os meus leitores já ouviram falar numa coisa que se chama hipocrisia...

Reportagem no Telejornal. Sobre os Correios. Que mais isto, mais aquilo, Portugal era o país onde se escreve menos cartas: média europeia: 216 cartas por pessoa e por ano; em Portugal, 44 cartas...

... Agora, Cavaco aumentou o preço das estampilhas, passar-se-á a escrever menos, claro. Isto enquanto o Telejornal chora lágrimas de crocodilo.

A propósito: quando será que o Governo leva a estampilha que merece?

... de plástico

A informação na TV tudo fez para minimizar as grandes manifestações em Lisboa dos trabalhadores da Reforma Agrária.

Das poucas imagens à ausência dos objectivos, houve de tudo. Telejornal nem sequer recolheu um único depoimento ao vivo! É o que se chama uma informação... de plástico.

Telenorral disse-nos que os manifestantes protestavam contra aquilo que consideram a ofensiva destruidora da Reforma Agrária.

Reparem no preciosismo daquele «que consideram». Telejornal distancia-se. Claro. Por alguma razão se usa librê.

Colonização

Especialistas da Televisão reuniram-se em Viena de Áustria. Telejornal não adiantou muita conversa mas ter-nos-á dado o essencial, ou seja: os países europeus estão preocupados com a invasão das produções americanas e japonesas.

Capacidade de resposta: reunir esforços para produzir mais e mais barato.

Afinal, os críticos portugueses tinham razão quando apontavam os perigos da colonização (in)cultural americana...

TV não dá voz à oposição

Governo aparece, diante da opinião pública, acusado de desrespeitar o Estatuto da oposição.

Digamos que a Televisão constantemente desrespeita o mesmo «estatuto». Tudo se passa como se Portugal fosse novamente um país de partido único.

De súbito, desaba sobre nós uma avalanche de aumentos. Seria natural que as forças políticas mais qualificadas se pronunciassem sobre o caso...

Seria. Mas a Televisão não é mais do que o braço informativo do Governo...

Afinal a oposição sempre fala...

Claro que nem sempre, na Televisão, acontece assim. Por vezes Telejornal acha que deve dar a palavra a outros que não o Governo.

Por exemplo, refere-se a criação na Polónia de um Conselho Consultivo constituído, na totalidade, por elementos independentes do Governo e dos partidos políticos.

Logo a seguir, dá-nos a posição, sobre o assunto do... Lech Walesa!

Estamos a ver a urgência telefónica do Telejornal:
— Está lá? Está lá? É o Lech Walesa?
— Yes, it's me.
— Daqui fala o Telejornal.
— Olá, dear friends! Então o que temos?
— Diga-nos, o que pensa sobre a última iniciativa do Governo?

— Desculpem, mas eu não sei bem o que se passa por aí.

— Referimo-nos à Iniciativa do Governo polaco.
— Sinceramente, ainda não sei o que se passa, mas é uma coisa horrível, feia, péssima. O.K.?

Deve ter sido assim. Telejornal não perde tempo para esclarecer as situações...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

A política dos «timings»

Terá chegado o «timing» do PRD mas ainda não estamos no «timing» do PS. No PSD há uma certa agitação acerca do «timing». O CDS está dependente do «timing» dos outros. Como se vê, dificilmente esta prática estará de acordo com o «timing» dos interesses do povo português.

Governo em cheque

• «O Governo minoritário de Cavaco Silva, passado um ano de actividade e aprovado o último Orçamento, parece estar condenado a uma simples actividade de gestão. Com efeito, decidindo o PRD passar a uma atitude de oposição mais intensa (ver noticiário na primeira página), mais difícil se torna para o primeiro-ministro fazer passar qualquer projecto importante na Assembleia da República. Com efeito, mostrando-se avesso a negociações com outros grupos, Cavaco nem nos momentos das melhores relações com os eanistas conseguiu avançar com grandes iniciativas legislativas. Recorde-se que até acções de gestão um pouco mais espectaculares, como o encerramento da Petroquímica, seriam inviabilizadas no Parlamento. O único diploma de fundo aprovado neste período foi o da Segurança Interna — único caso também em que o Governo se dispôs a negociar com a oposição, retirando os aspectos mais polémicos da proposta (e procurando compensar este recuo através da legislação penal).»

(«Expresso», 13. Dezembro)

PRD mexe

• «O PRD pensa que o Governo de Cavaco Silva se esgotou e deve ser «rapidamente substituído», tendo proposto ao PS a realização de um acordo entre renovadores e socialistas que viabilizasse imediatamente uma «alternativa credível».

A proposta foi feita na reunião que teve lugar na terça-feira na sede dos socialistas, a qual «não correu muito bem», segundo uma fonte renovadora, dado o PS não se ter mostrado receptivo ao ponto de vista apresentado logo de início do encontro por Ramalho Eanes.

A inflexão táctica do PRD deve-se ao facto de considerar que o Executivo, tendo tido uma acção «globalmente positiva», na gestão corrente, se mostrou incapaz de realizar reformas estruturais em tempo útil. Os renovadores entendem por isso que chegou o momento de abandonar a posição «expectante» em que se encontravam e passar-se à oposição activa, realizando as diligências necessárias para a substituição do Governo.

Segundo a fonte que temos vindo a citar, o Partido Socialista mostrou-se indisponível para a criação imediata de uma alternativa, parecendo interessado em «deixar correr algum tempo» antes de tomar qualquer iniciativa no sentido do derrube do Executivo.

Perante isto, o PRD decidiu

dar apenas «mais uma oportunidade ao PS» e, caso «até ao princípio do ano» este partido não desencadeia nenhuma acção concreta para substituir o gabinete de Cavaco Silva os renovadores avançariam com iniciativas próprias.»

(«Expresso», 13. Dezembro)

PS: a lei dos «timings»

• «De qualquer modo e face às propostas «globais» do PRD, Constâncio terá respondido a Ramalho Eanes que o PS tem a sua estratégia e o seu calendário próprios que não tenciona alterar em função da recente «inversão estratégica» dos renovadores. Durante a reunião, o líder socialista explicou aos renovadores que não tenciona neste momento, abrir uma crise política nem apresentar uma moção de censura ao Governo. O PS, ainda segundo Vitor Constâncio, só estará disponível para encarar hipóteses de solução política alternativas ao actual executivo a partir do momento em que se verifique, de facto, uma situação de crise.»

(«Expresso», 13. Dezembro)

Dúvidas no PSD

• «Entretanto, no seio do PSD estalou alguma agitação, depois de se tornar evidente o afastamento do PRD em relação ao partido. José Miguel Júdice, sobretudo, tem desencadeado violentos ataques a Fernando Nogueira, tido como o líder do que se poderia designar por «esquerda cavaquista» — Nogueira que se pode gabar de ter ganho a JSD numa disputa com a «direita cavaquista» (apoiada logisticamente pelo secretário-geral, Dias Loureiro). Mas José Miguel Júdice tem outras razões para se preocupar com o ministro-adjunto: é que a «esquerda cavaquista» se esforça agora por lhe ir conquistar a liderança da distrital de Lisboa — tendo-se mesmo

falado já em Mira Amaral como candidato ao lugar (e, embora Mira Amaral nos tenha desmentido a intenção de se candidatar, é provável que surja brevemente outro nome desta área a encabeçar a luta contra Júdice).

Júdice avança à frente da «direita cavaquista» (num momento em que Marcelo Rebelo de Sousa prefere manter uma atitude mais apagada e em que Santana Lopes e Durão Barroso, no Governo, evitam assumir posições que possam ser polémicas ou desagradar a Cavaco), esperando com certeza recolher os dividendos de alguma desilusão de Cavaco em relação aos eanistas. Mas é improvável que Cavaco se tenha de facto iludido com o PRD — ter-se-á limitado a aproveitar da melhor maneira, procurando aprofundá-las, as divisões da oposição —, da mesma forma que é improvável que o líder social-democrata, num momento em que necessita sobretudo de captar votos à esquerda, deseje asfixiar a ala mais à esquerda do seu partido.»

(«Expresso», 13. Dezembro)

Lei eleitoral: uma questão central

• «Mas, mostrando-se Cavaco especialmente apto a criar um clima de tensão nas relações com a Assembleia da República, não lhe será certamente impossível descobrir uma maneira satisfatória, do seu ponto de vista, para desencadear a crise. Sobretudo sabendo-se que o PS não está de modo nenhum disposto a tomar essa iniciativa.

Por outro lado, há sempre o risco de, realizadas eleições antecipadas, o quadro parlamentar se manter sem alterações sensíveis — ou, pelo menos, de o PSD continuar a não dispor de maioria parlamentar, mesmo que aliado ao CDS. As sondagens, na realidade, dão este cenário como muito provável, já que a prevista subida eleitoral do PSD será feita essencialmente à custa do CDS.

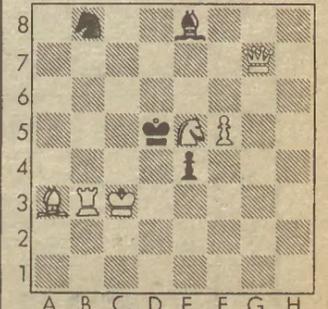
Assim, a única forma de ultrapassar o problema seria alterar a Lei Eleitoral, antes de provocar a crise que conduzisse a eleições. E o PSD está a dar grande prioridade à revisão da Lei Eleitoral, a partir do projecto do Código Eleitoral elaborado pela comissão presidida por Jorge Miranda. Consta mesmo que ao nível de Governo (o secretário de Estado da Administração Interna, Durão Barroso, é quem tem tratado o assunto) tem havido contactos com elementos ligados à Presidência da República (fala-se no nome de Joaquim Aguiar) e ao PS (o juiz do Tribunal Constitucional, Luís Nunes de Almeida) para chegar a um entendimento sobre o assunto.»

(«Expresso», 13. Dezembro)

Xadrez

LXXXII — 18 de Dezembro de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 82
Por: Piero di Scala
«Combat», 1959

Pr.: (4): P64-C b8-B68-Rd5



Br.: (6): Pf5-C65-Ba3-T b3-Dg7-Rc3
Mate em 2 lances

JOGO N.º 82
4.º Campeonato de Viena, Out./1986

Br.: L. Flacnik
Pr.: E. Fauland

1. d4, Cf6; 2. Cf3, e6; 3. c4, a6; 4. Cc3, c5; 5. d5, b5; 6. e4, b4; 7. e5, bxc3; 8. e4f6, g:f6; 9. Fd3, Bg7; 10. 0-0, f5; 11. b:c3, d6; 12. d:c3, f6; 13. B:f5, e:f5; 14. Dd5, Ta7; 15. Td1+, Rf8; 16. Tb1, B:c3; 17. Bb6+, Bg7; 18. Bg5, Bf6; 19. T:b8, Rg7; 20. T:c8, D:c8; 21. B:f6+R:f6; 22. D:d6+R, Rg7; 23. Dg3+, Rf8; 24. Cg5, Tg8; 25. Dd5, T:g5; 26. Df6+, Tf7; 27. D:g5, Dc6; 28. h4, h6; 29. Dd8+, Rg7; 30. Td6, Tc7; 31. Tg8+, Rh7; 32. Th8+, Rg6; 33. Dg8+, Rf6; 34. T:h6, e as pretas abandonam.

SOLUÇÃO DO N.º 82

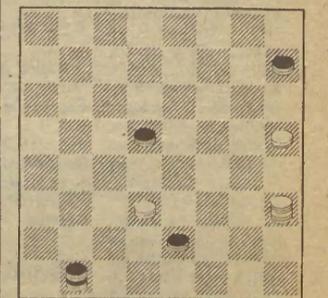
Chave: 1. Cc6!
1. ...R:c6; 2. Db7+
1. ...B:c6; 2. Dd4+
1. ...C:c6; 2. Tb5+

A. de M. M.

Damas

LXXXII — 18.12.86
PROPOSIÇÃO N.º 82
Por «Lusíada» — Lisboa
«Cidade de Tomar», 26.11.1950

Pr.: (4)-6-19-25



Br.: (9)-11-17
Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 82
Campeonato Nacional Individual
Algés, 7.VI.1985

Br.: Rasgadinho (Évora)
Pr.: Medalha (Almada)
1. 10-14, 23-19; 2. 14:23, 28:19; 3. 5-10, 32-28; 4. 1-5, 21-17; 5. 11-14, 28-23; 6. 9-13, 24-20; 7. 5-9, 20-16; 8. 6-11, 26-21; 9. 12-15, 19:12; 10. 8:15, 23-19; 11. 14:23, 27:20; 12. 15:24, 31-28; 13. 24:31, 29:26; 14. 31:18, 21:5; 15. 13-18, 5-1; 16. 11-15, 30-27; 17. 15:20, 17-13; 18. 20-24, 1-23; 19. 3-6, 26-2; 20. 6-11, 22-19; 21. 4-8, 19-14; 22. 8-12, 23-32 e ganham as Pretas.

GOLPE N.º 82
Por: Nelson Fontes de Carvalho
Pareda, 1953? 1954?
1. 11-15, 23-20; 2. 6-11, 20-16; 3. 10-14, 28-23; 4. 5-10, 23-20; 5. 1-5, 32-28; 6. 3-6, 22-18; 7. 14-19, 18-14; 8. 11:18, 21:14; 9. 9-13, 20:11; 10. 6:15, 27-22; 11. 13-17, 25-21; 12. 10-13? Perdentel (Br. 2-4-5-7-8-12-13-15-17-19 Pr. 14-16-21-22-24-26-28-29-30-31) J. Pr. G.

SOLUÇÕES DO LXXXII
N.º 82 («L.»): 9-21 SE: 4:14; 2:18+ SE: 4:18; 2:9+ SE: 4:21; 2:22+
GOLPE N.º 82 (NF de C): 12. ... 14-11; 13. 7:14, 16:7; 14. 4:11, 22-18; 15. 13:22, 28-23 16. 19:28, 26:1; 17. 17:26, 1:32+

A. de M. M.

Tudo para uma boa oferta

ARTESANATO
BRINQUEDOS
LOICAS
ROUPAS

Aberto todos os dias das 11 às 21.30h.

Loja de Natal no Vitoria

AVENIDA DA LIBERDADE LISBOA